

EDSON JÚNIOR SANTANA

**IMPACTO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO CENTRO OESTE –
FCO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NO ESTADO DE
GOIÁS: UM ESTUDO MULTICASOS NO ESTADO DE GOIÁS –
BRASIL**

Orientador: Professor Doutor António Augusto Teixeira da Costa

Co-orientadora: Professora Mestre Stefânia Polyana de Lima Alves

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Escola de
Ciências Económicas e das Organizações**

Lisboa

2019

EDSON JÚNIOR SANTANA

IMPACTO DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO CENTRO OESTE – FCO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NO ESTADO DE GOIÁS: UM ESTUDO MULTICASOS NO ESTADO DE GOIÁS – BRASIL

Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias no dia 25 de novembro de 2019,
Com o Despacho Reitoral nº274/2019 com a
seguinte composição:

Presidente: Professora Dra. Ana Cristina Freitas
Brasão

Arguente: Professor Dr. Eduardo Manuel
Machado de Moraes Sarmiento Ferreira

**Orientador: Professor Doutor António
Augusto Teixeira da Costa**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

Lisboa

2019

Louvai ao senhor! Bem-aventurado o homem que teme ao senhor, que em seus mandamentos tem grande prazer. A sua descendência será poderosa na terra a geração dos justos será abençoada. (Salmo 112:1-2)

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a minha querida e amada mãe Dona Ester uma grande mulher que foi predestinada por Deus para me receber aqui na Terra como seu filho, e a memória de meu pai. Sou eternamente grato pelos ensinamentos, cuidado, amor e incansável zelo na condução da educação dos seus filhos. Obrigado por ensinar-me o valor do trabalho, da honestidade, da perseverança e do amor.

Agradeço imensamente a Deus por ter nos ligados em sangue e carne e ter proporcionado a mim pai e mãe tão especiais, agradeço todos os dias pela vida de minha Mãe e pela oportunidade de convívio com meu saudoso Pai.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a **Deus** pela força e pelo discernimento para tomar as decisões corretas, toda honra e toda gloria ao Senhor e Salvador Jesus Cristo.

Agradeço a **Jaqueline Dias Braz Santana** minha esposa e ao meu Filho **Edson Terêncio de Santana Neto** que foi minha maior motivação, eu amo vocês. Também agradeço a toda minha família pelo apoio e compreensão. Dedico especialmente este trabalho a minha mãe **Esteria Abadia da Silva Santana** e ao meu pai **Edson Therêncio de Santana** (*in-memorian*), por sempre estarem ao meu lado em todos os momentos, quando precisei, quando não precisei e até mesmo nas madrugadas em que fiquei acordado em frente ao computador.

Agradeço o meu professor orientador, **Dr. Antonio Augusto Costa** pelo suporte e ajuda dedicado à minha Co orientadora Mestre Stefânia Polyana de Lima Alves pela condução e direcionamento quando mais precisei.

E por fim, minha gratidão aos proprietários das empresas pesquisadas pela disponibilidade e atenção.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o impacto de desenvolvimento empresarial das indústrias do Estado de Goiás que usufruíram de recursos subsidiados do Fundo Constitucional de Financiamento (FCO), no período entre 2004 a 2014. Trata-se de uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa, em que os dados foram coletados por meio do Instrumento de Entrevista Semiestruturada e documental, com a participação de três indústrias, sendo uma de Goiânia, Abadia de Goiás e Trindade, no período entre maio a junho de 2018. O estudo contemplou dados que mostraram que houve um significativo impacto na economia regional e consequentemente na geração de empregos e renda para a população goiana. Os investimentos foram desde infra-estrutura até vagas de empregos operacionais, impactando de forma direta na economia da Região Metropolitana de Goiânia. As indústrias são de segmentos diversos, porém, investiram os valores da referida linha de crédito em benfeitorias, no aumento da produção. Diante dos resultados apresentados junto a três indústrias de diferentes segmentos, pode-se notar que cabe ressaltar os avanços da política regional brasileira, seja do ponto de vista da maior disponibilidade de recursos, seja em termos do seu aprimoramento institucional e legal, seja do processo de monitoramento e avaliação da política.

Palavras-chave: Fundo Constitucional de Financiamento. Indústrias. Impacto econômico. Empregabilidade.

ABSTRACT

To analyze the impact of business development on the industries of the State of Goiás, which benefited from subsidized resources from the Central Western Constitutional Fund (FCO), between 2004 and 2014. This is a quantitative-qualitative research, in which the data were collected through the Semistructured and Documentary Interview Instrument, with the participation of three industries, one from Goiânia, Abadia de Goiás and Trindade, between May and June 2018. Results: The study included data that showed that there was a significant impact on the regional economy and consequently on the generation of jobs and income for the population of Goiás. The investments went from infrastructure to vacancies of operational jobs, impacting directly on the economy of the Metropolitan Region of Goiânia. The industries are of different segments, however, they invested the values of said line of credit in improvements, in the increase of the production. In view of the results presented to three industries from different segments, it can be noted that it is worth noting the advances of the Brazilian regional policy, from the point of view of the greater availability of resources, in terms of its institutional and legal improvement, process of monitoring and evaluating the policy.

Keywords: FCO. Industrias. Economic impact. Employability.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	x
LISTA DE TABELAS.....	xi
LISTA DE QUADROS.....	xii
LISTA DE QUADROS.....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiii
 INTRODUÇÃO	 1
 CAPITULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	 7
1.1 GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: IMPORTÂNCIA PARA AS INDÚSTRIAS	7
1.1.1 Planejar	9
1.1.2 Organizar	13
1.1.3 Liderar	14
1.1.4 Controlar	15
1.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO	15
1.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTAVEL.....	20
1.4 PAPEL DO ESTADO NO CRESCIMENTO ECONÔMICO	25
1.4.1 Estado mínimo.....	27
1.4.2 Estado intervencionista.....	27
1.4.4 O Estado empreendedor	29
1.4.4.1 <i>Função alocativa</i>	30
1.4.4.2 <i>Função distributiva</i>	31
1.4.4.3 <i>Função estabilizadora</i>	31
1.4.5 A Reforma do Estado	32
1.4.5.1 <i>Cenário econômico brasileiro a partir de 2003</i>	34
1.4.5.2 <i>Política fiscal</i>	38
1.5 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	38
1.5.1 Órgãos normativos.....	40
1.5.1.1 O Conselho Monetário Nacional (CMN)	40
1.5.2 Demais Instituições Financeiras	41
1.5.2.1 <i>Agências de fomento</i>	41
1.5.2.2 <i>Associações de poupança e empréstimo</i>	42
1.5.2.3 <i>Bancos de desenvolvimento</i>	42
1.5.2.4 <i>Bancos de investimento</i>	43
1.5.2.5 <i>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)</i>	43
1.5.2.6 <i>Cooperativas centrais de crédito</i>	44
1.5.2.7 <i>Sociedades de crédito, financiamento e investimento</i>	44
1.5.2.8 <i>Sociedades de crédito imobiliário</i>	45
1.5.2.9 <i>Sociedades de crédito ao microempreendedor</i>	45
1.5.2.10 <i>Bolsas de Valores</i>	46
1.6 INCENTIVOS E FONTES DE FINANCIAMENTO EMPRESARIAL DE LONGO PRAZO	46
1.6.1 Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO)	48
1.6.1.1 <i>Perfil de distribuição do FCO</i>	54
1.6.2 Programa de Incentivo Fiscal FOMENTAR	55

1.6.2.1 Requisitos para ser Beneficiado pelo programa FOMENTAR.....	62
1.6.3 Produzir	66
1.6.3.1 Subprogramas do PRODUZIR.....	70
1.6.4 Crescimento do Setor Industrial após a implantação do PRODUZIR.....	71
1.7 DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DO ESTADO DE GOIÁS.....	74
1.7.1 Contextualização da economia em Goiás.....	77
1.7.2 Desempenho das indústrias na economia Goiana.....	81
1.7.2.1 Geração de emprego e impactos na economia com o FCO	83
CAPITULO II - METODOLOGIA	86
2.1 OBJETIVOS	86
2.1.1 Objetivo geral da pesquisa.....	86
2.1.2 Objetivos específicos	86
2.2 JUSTIFICATIVA METODOLÓGICA.....	86
2.3 PROBLEMÁTICA	87
2.4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	87
2.5 PROCEDIMENTOS.....	89
2.6 POPULAÇÃO E AMOSTRA	90
2.6.1 Objetos de estudo	90
2.7 PROCEDIMENTOS DE COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS.....	91
CAPÍTULO III - ANÁLISE E TRATAMENTO DOS RESULTADOS	93
3.1 ESTUDO DAS INDÚSTRIAS DE GOIÁS	93
3.1.1 Indústria A	93
3.1.2 Indústria B	108
3.1.3 Empresa C	120
3.2 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS INDÚSTRIAS GOIANA COM FCO	127
3.3 ANÁLISE QUALITATIVA.....	131
3.4 RELAÇÃO ENTRE CUSTO BENEFÍCIO E O IMPACTO DOS SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA	134
CONCLUSÃO.....	140
BIBLIOGRAFIA	145
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)	152
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	154

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sistema Financeiro Nacional.	40
Figura 2 – Regiões beneficiadas pelos FCF	49
Figura 3 – Cidades classificadas como polos regionais.	57
Figura 4 – Cidades classificadas como subpolos regionais.	58
Figura 5 – Mapa da disposição do Produzir no Estado de Goiás em 2014, em valores incentivados	69
Figura 6 – Organograma da Indústria A.	95
Figura 7 – Fluxograma de produção da Indústria A.	100
Figura 8 – Localização da indústria B.	108
Figura 9 – Organograma da Indústria B.	110
Figura 10 – Fluxograma de produção da indústria B.	115
Figura 11 – Localização da Indústria C.	120
Figura 12 – Organograma da Indústria C.	122
Figura 13 – Crescimento das receitas em 5 anos de projetos por empresa.	127
Figura 14 – Crescimento das receitas em dólar \$ por 5 anos de projeto por empresa.	128
Figura 15 – Comparativo de valores da empresa A, em reais (R\$) e dólar (\$) no período.	128
Figura 16 – Comparativo de valores da empresa B, em reais (R\$) e dólar (\$) no período.	129
Figura 17 – Comparativo de valores da empresa C, em reais (R\$) e dólar (\$) no período.	129
Figura 18 – Crescimento do emprego por 5 anos de projeto por empresa.	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de juros de operação FCO.....	53
Tabela 2 – FCO para Investimento e Capital de Giro Associado – 2013.....	61
Tabela 3 – FCO para Aquisição de Insumos e Matéria Prima e Formação de Estoques para Venda – 2013.	61
Tabela 4 – Limites e quantidades de pontos estabelecidos pelo decreto nº 2.453/83.	64
Tabela 5 – Faturamento em (Bilhões de R\$) do setor industrial do Estado de Goiás – 1999 – 2007.....	65
Tabela 6 – Projetos aprovados e projetos efetivamente implantados pelo FOMENTAR – 1985-2003.	66
Tabela 7 – Projetos aprovados com incentivos/PRODUZIR – 2009 – 2014.	70
Tabela 8 – Goiás: Projetos aprovados com incentivos/PRODUZIR por atividade – 2014.....	71
Tabela 9 – Contratos e financiamentos da GOIÁSFOMENTO – 2015 – 2016.	73
Tabela 10 – Capacidade atual de produção e vendas.	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição geográfica do mercado consumidor da Indústria A.....	101
Quadro 2 – Resumo do projeto para fco da Indústria A.....	103
Quadro 3 – Quadro geral de investimentos do projeto da Indústria A.....	104
Quadro 4 – Expansão da capacidade produtiva da Indústria A.....	105
Quadro 5 – Projeção dos custos após expansão até estabilidade da Indústria A.....	106
Quadro 6 – Distribuição geográfica do mercado consumidor da indústria B.	113
Quadro 7 – Resumo do projeto para fco da Indústria B.	116
Quadro 8 – Expansão da capacidade produtiva da Indústria B.	117
Quadro 9 – Quadro geral de investimentos do projeto da Indústria B.	118
Quadro 10 – Resumo do Financiamento da Indústria B.....	119
Quadro 11 – Resumo do Projeto da indústria C.	123
Quadro 12 – Produção do empreendimento a 100% da capacidade da Indústria C.....	124
Quadro 13 – Projeção dos custos anuais a 100% da Indústria C.....	124
Quadro 14 – Quadro geral de investimentos do projeto da Indústria C.	125
Quadro 15 – Resumo do Financiamento da Indústria C.....	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BD	Banco de Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Conselho de Desenvolvimento Industrial
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CF	Constituição Federal
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CODEG	Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás
CODEVASF	Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONFAZ	Conselho de Política Fazendária
CONSUP	Conselho Superior de Prioridades para o Desenvolvimento Industrial
DAIA	Distrito Agroindustrial de Anápolis
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FEBRAFITE	Federação Brasileira das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais
FEICOM	Fundo de Expansão da Indústria e do Comércio
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDR	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
FOMENTAR	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental
FUNPRODUZIR	Fundo de Atividades Industriais
GC	Governo Central
ICM	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMB	Instituto Mauro Borges
IQUEGO	Indústria Química do Estado de Goiás
IOCS	Inspetoria de Obras Contra a Seca
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
IVA	Imposto sobre Valor Agregado
IVC	Imposto sobre Vendas e Consignações
IVM	Imposto sobre Vendas Mercantis
LC	Lei Complementar
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
NICS	Países Recentemente Industrializados
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDR	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLOAMAZÔNIA	Programa de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PPC	Paridade do Poder de Compra
PRODECER	Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODUIR	Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria
SEFAZ GO	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
SEGPLAN GO	Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás
SIC GO	Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STF	Supremo Tribunal Federal

SIN	Sistema de Incentivos à Industrialização de Goiás
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento do Sul
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCE	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
VA	Valor Adicionado
VAF	Valor Adicionado Fiscal

INTRODUÇÃO

O contexto do presente trabalho se desenvolve por meio de análises de dados existentes de um estudo em três empresas na área industrial localizadas no Estado de Goiás, as quais usufruíram de financiamento empresarial FCO para expansão de seu parque produtivo, o trabalho contém números obtidos através de pesquisas voltadas ao contexto de investimentos destinados a gestão empresarial com subsídios governamentais. Essa dissertação busca contribuir com a discussão sobre a política de crédito público, considerando que a mesma se faz necessária. Uma vez que as questões que envolvem o custo de capital o tornam inviável na esfera privada para o financiamento empresarial.

Analizando a série histórica de 1989, há um balanço muito positivo referente à contribuição do Fundo Constitucional de Financiamento (FCO) para a redução das desigualdades regionais e a expansão de oportunidades para o desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo o Ministério da Integração Nacional, em vinte e cinco anos de existência, o investimento conjunto do FCO foi superior aos R\$ 166 bilhões, permitindo 6,5 milhões de empréstimos.

O contexto desta discussão parte de um fato que historicamente o Brasil sempre foi guiado pelas políticas governamentais e o governo sempre teve grande influência nas atividades econômicas, situação essa que a economia trata em relação aos países pobres o estado precisa desenvolver a parte estrutural, pois o retorno há longo prazo não atrai o setor privado (Bresser-Pereira, 2008).

No século XX o Brasil passou por várias transformações no que tange aos modelos econômicos de desenvolvimento, quando em meados do século passado a política intervencional passou a ocupar um papel de destaque para o desenvolvimento e com isso

houve a criação de instituições voltadas ao desenvolvimento local e regional com intuito de diminuir as disparidades econômicas (Bresser-Pereira, 2008).

A partir dos anos 1970 o poder intervencionista do Estado aumentou e com esse enfoque o país começou a desfrutar de números de crescimento econômicos maiores e as regiões periféricas passaram a sediar novas empresas com isso melhorou a questão de distribuição do emprego e renda. Essa mudança apesar de pequena historicamente foi determinante para novas políticas com intuito de descentralizar o processo de industrialização e de produção que algumas regiões dominavam (Abreu, 1990).

Com intuito de atenuar as desigualdades quando da elaboração da Constituição Federal de 1988, criou-se os Fundos Constitucionais, esse processo foi desenvolvido com intuito de diminuir e atenuar as disparidades no desenvolvimento regional do país, algumas regiões foram contempladas, sendo elas a região norte e nordeste e também a região centro oeste, para a mesma houve a criação do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), que contempla os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (Borges, 2014).

O Estado de Goiás é marcado por uma grande divergência regional de renda, a qual se torna um entrave ao processo de desenvolvimento econômico. Isso pode ser revelado em vários indicadores, como renda, PIB, PIB per capita e IDHM. Segundo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), em 2012 o Índice de Gini calculado para a variável PIB, no período 2002 e 2012, ficou entre 0,77 e 0,80, revelando a grande concentração de renda no Estado de Goiás.

Outro fato que revela essa desigualdade regional é o fato do PIB per capita municipal variar mais de vinte vezes entre o município mais rico e o mais pobre. Diante dessa realidade regional, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO) pode ser uma ferramenta importante para a dinamização da economia local, de modo a combater essa

desigualdade. O FCO foi criado pela Constituição de 1988, com o intuito de reduzir a desigualdade regional, promovendo e financiando as atividades econômicas nas regiões menos favorecidas, de modo a dinamizar suas economias locais (Resende, Cravo & Pires, 2010).

Porém, pode-se dizer que em partes o país vem conseguindo alcançar alguns dos objetivos, apesar de muito questionamento essa política de crédito com subsídio, vem trazendo alguns resultados. O Brasil não pode ser considerado um país com um alto grau de atraso econômico. Houve alguns avanços em áreas importantes nas últimas décadas, estabilizou seu crescimento populacional, e mantém a inflação sob controle (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

O Brasil se destaca por possui algumas vantagens como à alta produtividade de sua agricultura, detém tecnologias complexas como a da exploração do petróleo em águas profundas (Pré sal), fábrica de jatos a computadores e ostenta um Produto Interno Bruto (PIB) que se alinha entre os maiores do mundo. Mas também existe outro lado de maneira negativa, possui uma escalada da criminalidade afrontosa, a carga tributária elevadíssima, os serviços públicos em regra deficientes, com altas taxas de juros, a exploração dos recursos naturais predatória, o crescimento econômico medíocre e milhares de pessoas que sobrevivem em condições subumanas (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

Devido à necessidade de maior competitividade por meio de inovações tecnológicas, visando o crescimento, empresas buscam financiamentos de pequeno, médio e longo prazo, em bancos de desenvolvimento alcançando assim um volume maior de capital de giro, liquidez e grau de imobilizado. Esse processo de evolução tecnológica leva as empresas e nações a um novo modelo de comportamento no cenário global (Silva, Resende & Silveira Neto, 2009; Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

O atual processo de globalização em que a tecnologia e todos os meios de comunicação são de uma maneira em que tudo ocorre de maneira instantânea, o mesmo se encontra da em evolução na forma de integração dos mercados e na competitividade em escala mundial, as crises econômicas deixaram de ser problemas locais e passaram a afligir praticamente todo o mundo (Silva, Resende & Silveira Neto, 2009).

Dentro de um cenário internacional os países que saíram da forte crise mundial com início através da bolha imobiliária americana, tiveram como pilar da política econômica a abundância do crédito. Os EUA mantiveram as taxas de juros em 0,25% a.a. por longo período entre 2008 e 2014, e os ajustes recentes foram parcimoniosos, exatamente pela preocupação do investimento produtivo o país foi elevando a taxa de juros gradativamente a 1,25% a.a., patamar abaixo da inflação daquele país (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

A união europeia através da Zona do Euro vem mantendo a taxa de juros (taxa de refinanciamento) em zero e a compra de títulos em volumes elevados, o que amplia a oferta de moeda e a pressão baixista nas taxas de juros de mercado. O Japão (-0,10%), a Suécia (0,50%) e a Suíça (-0,75) mantêm taxas negativas. No Reino Unido está em 0,25% a.a., e no Canadá e Noruega, em 0,50% a.a. Ainda há de se ressaltar que a economia mundial passou por uma forte crise pelo efeito da bolha imobiliária americana no ano de 2008, com intuito de analisar o período pré e pós crise o recorte deste trabalho se fará a partir do ano de 2004 até o ano de 2014, em que o último recorte se faz necessário em virtude de verificação de dados disponibilizados na esfera macroeconômica (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

O patamar europeu e dos Estados unidos, ainda não foi inserido dentro do contexto político e econômico brasileiro, onde se faz necessário uma prática de situação de “subsídios” no investimento produtivo através de linhas oficiais. A justificativa para a pesquisa e a investigação objeto deste trabalho, reside no fato de que a identificação adequada de uma ou mais fontes de financiamentos, e se constitui em um dos elementos mais importantes para a

atividade empresarial na medida em que a utilização adequada dos recursos obtidos contribui para sua dinâmica, eficiência e inovação (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

O sistema financeiro é o responsável pelo papel de intermediação bancária, mas sofre influência diretamente do governo. Assim, conforme Araújo e Dias (2006) afirma que o efeito da interferência governamental dentro do sistema financeiro nacional, a maior imposição de reservas tem efeitos deletérios sobre a taxa de crescimento da economia. O crescimento é afetado porque a imposição de uma alíquota mais elevada de reservas aos bancos impõe um imposto à acumulação de capital. No próximo item, baseia-se em explorar o papel dos processos socioeconômicos sobre as políticas territoriais no Estado de Goiás.

O objeto de análise da presente dissertação é mensurar a mudança com este fundo criado especificamente para desenvolver certas regiões e atenuar a desigualdades regionais.

O presente trabalho é um estudo de múltiplos casos com três indústrias de vários setores em Goiânia e região metropolitana: a empresa A, a empresa B e a empresa C. O estudo de múltiplos casos foi eleito pelo autor para responder a seguinte problemática: Quais os impactos que as indústrias que utilizaram o FCO entre 2004 e 2014 ocasionam na economia regional?

O objetivo geral da pesquisa é analisar o(s) possível(eis) impacto(s) de desenvolvimento empresarial e econômico de indústrias do Estado de Goiás, que usufruíram de recursos subsidiados do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO).

E, ainda, de maneira específica:

- Compreender a economia e a participação do Estado;
- Descrever as formas de subsídios da linha de crédito do FCO;
- Analisar o impacto do subsídio para o desenvolvimento da economia e três indústrias em seus vários aspectos.

O estudo se justifica, pois, de acordo com a necessidade de maior competitividade através de inovações tecnológicas, visando o crescimento, as empresas buscam financiamentos de pequeno, médio e longo prazo, em bancos privados e de desenvolvimento, alcançando assim um volume maior de capital de giro, liquidez e grau de imobilizado. Vamos analisar as empresas que usufruíram do Fundo Constitucional do Centro Oeste.

As políticas não podem ser exclusivamente locais ou exclusivamente regionais, mas devem se adequar tanto a nível nacional como internacional e sistemas territoriais. Assim, subscrevem não só a cooperação entre empresas, mas também a articulação para apoiar as instituições como fatores-chave para o desenvolvimento.

Uma análise exploratória sugere que, paralelamente à ação estatal e à existência de recursos naturais dos municípios de Goiás com maior participação social, arranjos institucionais o poder político teve melhores condições para promover o desenvolvimento econômico.

A dissertação se encontra dividida em três capítulos, sendo descrito no primeiro *Capítulo* a base teórica para subsidiar a pesquisa empírica; no segundo *Capítulo* esta o desenho metodológico do estudo; no terceiro *Capítulo* se encontra os resultados da pesquisa com multicase desenvolvido em três indústrias, e, ao final as considerações finais seguida das referências e apêndices.

CAPITULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 GESTÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: IMPORTÂNCIA PARA AS INDÚSTRIAS

Para Rebouças (2015), a gestão estratégica é o planejamento, monitoramento, análise e avaliação contínuos de tudo o que é necessário para uma organização atingir suas metas e objetivos. A inovação acelerada, as tecnologias emergentes e as expectativas do cliente forçam as organizações a pensar e tomar decisões estrategicamente para permanecerem bem-sucedidas. O processo de gestão estratégica ajuda os líderes da empresa a avaliar a situação atual da empresa, definir estratégias, implementá-las e analisar a eficácia das estratégias implementadas.

De acordo com Andréas (2005) o processo de gerenciamento estratégico envolve a análise de decisões de negócios multifuncionais antes de implementá-las. A gestão estratégica envolve tipicamente: Analisando os pontos fortes e fracos internos e externos; Formulando planos de ação; Executando planos de ação e Avaliar em que medida os planos de ação foram bem-sucedidos e fazer alterações quando os resultados desejados não estão sendo produzidos. A gestão estratégica exige um compromisso com o planejamento estratégico, que representa a capacidade de uma organização de definir metas de curto e longo prazo e, em seguida, determina as decisões e ações que precisam ser tomadas para alcançar esses objetivos.

O autor comenta que o processo de gestão estratégica é uma técnica de gerenciamento usada para planejar o futuro: as organizações criam uma visão desenvolvendo estratégias de longo prazo. Isso ajuda a identificar processos e alocação de recursos necessários para atingir esses objetivos. Também ajuda as empresas a fortalecer e apoiar suas principais competências. Ao determinar uma estratégia, as organizações podem tomar decisões lógicas e

desenvolver novas metas rapidamente para acompanhar o ambiente de negócios em constante mudança. A gestão estratégica também pode ajudar uma organização a obter vantagem competitiva e melhorar a participação no mercado.

Planejar é fazer o plano ou planta é projetar, traçar, um bom arquiteto planejará um edifício, fazer um planejamento é programar, planificar, planejar, tencionar, fazer tenção ou resolução, projetar. Mesmo antes do dia nascer, as pessoas inconscientemente já começam a fazer o planejamento para o dia. Os administradores projetam suas ações, e mesmo o ser humano com menos ocupação faz os seus planos com vista a conseguir em um determinado prazo (Brondani; Santos, 2003).

Essencialmente, planejamento é o ato de antecipar-se. É a definição prévia de como a situação que se vai enfrentar será conduzida, que resultado se espera e que providências serão tomadas caso ocorra algum imprevisto. Como já é comum se dizer, constitui-se um exercício de viajar até o futuro, ver o que está acontecendo, voltar para o presente e preparar-se para enfrentar aquela situação que se enxergou. Conforme Rebouças (2015, p. 259):

O planejamento é uma técnica para observar a incerteza sobre o futuro e permitir maior consistência no desempenho das obrigações. Planejamento lida com o futuro. Começa com a determinação dos objetivos e detalha os planos necessários para atingi-los com eficiência e eficácia. Assim planejar significa definir o que vai fazer antecipadamente, o melhor curso para as ações com custo mínimo e o menor esforço possível.

Rebouças (2015) compreende que o planejamento começa com a determinação dos objetivos e detalha os planos necessários para atingi-los da melhor maneira possível. O mesmo define onde se pretende chegar, ou o que deve ser feito, quando, como e em que sequência. A gestão estratégica é um processo que começa com aos objetivos e define os planos para alcançá-los. Essa definição faz do estabelecimento dos objetivos a serem alcançados o ponto de partida do planejamento. A fixação dos objetivos é a primeira coisa a ser feita: saber onde se pretende chegar e consequentemente de como chegar lá. Objetivos são

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Económicas e das Organizações

resultados futuros que se pretende atingir. São alvos escolhidos que se almeja alcançar dentro de um espaço de tempo, aplicando-se determinados recursos disponíveis ou possíveis. Assim, são pretensões futuras que uma vez alcançadas, deixam de ser apenas objetivos e passam ser uma realidade.

1.1.1 Planejar

Na visão de Megginson, et al (1998), o planejamento pode ser definido como O processo de estabelecer objetivos ou metas, determinando a melhor maneira de atingi-las. O planejamento estabelece o alicerce para as subseqüentes funções de organizar, liderar e controlar, e por isso é considerado função fundamental do administrador.

O planejamento é condição básica para o sucesso de qualquer trabalho que procure a melhoria da qualidade. O planejamento deverá ser feito desde a pesquisa de mercado, o projeto, o conhecimento do melhor fornecedor e até a prestação do serviço e do produto desejado pelo consumidor. De acordo com Bernardi (2007, p. 102), “planejamento é a definição de um futuro almejado e dos meios e alternativas mais eficazes de alcançá-lo. Desta definição, entende-se que planejamento é a busca de um futuro desejado”.

O planejamento se assemelha muito aos objetivos, pois será a partir de um planejamento sólido e organizado que se estabelecerá as metas e objetivos a serem seguidos. Assim, para que haja um planejamento eficaz é necessário o estabelecimento de objetivos, simples, claros e definidos e a definição dos caminhos que levaram aos objetivos almejados. É uma função gerencial que abrange a definição das metas de uma organização, o estabelecimento de uma estratégia global para alcançá-las e o desenvolvimento de uma hierarquia abrangente de planos a integrar e coordenar atividades.

Segundo Chiavenato (2007, p.138):

O planejamento representa a primeira função administrativa, por ser exatamente a que serve de base para as demais funções, como organização, direção e controle. Na verdade o planejamento é a função administrativa que determinam antecipadamente quais são os objetivos a serem atingidos e como se deve fazer para alcançá-los da melhor maneira possível. Trata-se, pois, de um modelo teórico para a ação futura.

O planejamento é elaborado de meios diferentes nos vários níveis organizacionais. Em razão disso existe uma hierarquia de planos. Há três níveis distintos de planejamento: Planejamento estratégico, Planejamento tático e planejamento operacional. Segundo Chiavenato (2007 p.139)

Planejamento estratégico: é o mais amplo e envolve e abrange toda a organização como um sistema único e aberto.

Planejamento tático: é o planejamento elaborado em cada departamento no nível intermediário da organização. Cada unidade organizacional deve elaborar seu planejamento tático subordinado ao planejamento estratégico.

Planejamento operacional: é o planejamento que se refere a cada tarefa ou atividade em particular.

Maximiano (2006) traz em seu livro conceitos de vários autores estudiosos sobre planejamento estratégico, como um processo de escolha de oportunidades, em relação aos termos de clientes a serem atendidos e produtos a serem oferecidos e, ao mesmo tempo, como o processo de tomar decisões sobre investimento de recursos com o intuito de atingir os objetivos.

Batman e Snell (2005), para esses autores, a definição de estratégia está ligada ao padrão de ações e de alocação de recursos planejados para conseguir alcançar os objetivos da organização. A estratégia que a organização implementa tem por finalidade compatibilizar as competências e os recursos da organização com as oportunidades do ambiente externo.

Para os autores Mintzberg; Ahlstrand; Lampel (2005) a definição clara de estratégia é considerar um padrão, isto, é, consistência em comportamento ao longo do tempo. O autor explica que há plano padrão em que se deve considerar o passado e entender o futuro dos

negócios. Ele conceitua esse processo de estratégia pretendida e a estratégia realizada, onde as empresas nem sempre conseguem cumprir as estratégias pretendidas.

Segundo Porter (2004), entende-se por estratégias competitivas os meios pelos quais uma organização utiliza-se para competir mais eficazmente no mercado, obtendo uma vantagem em relação aos concorrentes. A partir daí, o autor diz que a vantagem competitiva surge fundamentalmente do valor que uma empresa tem condições de criar para seus compradores.

Desta forma segundo Pinho (2001, p.89),” antes de conceituar planejamento estratégico, é necessário lembrar que, na consideração dos grandes níveis hierárquicos, podem-se distinguir três tipos de planejamento: estratégico, tático e operacional.” Oliveira (2001, p. 89), “planejamento estratégico é um processo gerencial que possibilita ao executivo estabelecer o rumo a ser seguido pela empresa, com vistas a obter um nível de otimização na relação da empresa com seu ambiente.”

Oliveira (2001, p.89), o planejamento estratégico:

É normalmente, de responsabilidade dos níveis mais altos da empresa, e diz respeito tanto à formulação de objetivos, quanto à seleção das estratégias empresariais a serem seguidas para a consecução desses objetivos, levando em conta as condições externas e internas à empresa e sua evolução esperada.

De forma resumida Chiavenato (2000, p.121 A 125), afirma que as quatro estratégias competitivas são:

- Estratégia defensiva: adotada por empresas que possuem domínios definidos de produtos/mercados que pretendem manter ou defender da ação de concorrentes. Os dirigentes são capacitados e eficientes e estas empresas raramente fazem grandes modificações em tecnologia. Procura concentrar todas as atenções na manutenção ou no aumento da eficiência das operações atuais.
 - Estratégia ofensiva: adotada por empresas que, de maneira constante, buscam novas
- Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Económicas e das Organizações

oportunidades de mercado e experimentam regularmente reagir com respostas potenciais às tendências emergentes do meio ambiente. Estas empresas são os elementos criadores de mudanças e de incertezas no meio ambiente. A preocupação com mudanças e inovações faz com que estas empresas não se esmerem o suficiente para extrair de suas operações atuais o máximo de rendimento possível, o que as torna pouco eficientes, tal fato explica por que todo e qualquer domínio de produto serviço/mercado é, do ponto de vista de uma estratégia ofensiva, sempre transitório e substituível pela inovação que virá a caminho.

- Estratégia analítica: é uma estratégia compartimentada adotada por empresas que operam em dois tipos de domínio produto-serviço/mercado: um estável e outro mutável. A empresa mantém e defende um domínio já garantido de produto/mercado, procura aproveitar oportunidades ambientais em novos domínios. Assim os executivos observam os concorrentes em busca de novas idéias e adotam rapidamente aquelas que lhes parecem mais promissoras.
- Estratégia reativa: enquanto as três estratégias anteriores são proativas (isto é, se antecipam às ocorrências do ambiente), esta é uma estratégia reativa(isto é, reage com atraso às ocorrências do ambiente), despreparada e improvisada. A adoção de qualquer das três estratégias estáveis pode proporcionar sucesso empresarial por períodos longos de tempo, pois são respostas válidas e adequadas às mudanças ambientais. A estratégia reativa, contudo, é inadequada às demandas ambientais, pois os executivos da empresa se apercebem com muito atraso da mudança e da incerteza que ocorrem no meio ambiente em que sua empresa está inserida, tornando-se incapazes de articular uma resposta empresarial pronta e eficaz. O resultado é a tendência à adoção de estratégias que já dão mostras de envelhecimento, bem como adoção de estratégias que deram bons resultados no passado e em outras circunstâncias anteriores.

Porter (1986, p.45), uma estratégia competitiva efetiva:

Assume uma ação ofensiva ou defensiva de modo a criar uma posição defensável contra as cinco forças competitivas. De modo amplo, isto corresponde uma série de abordagens possíveis:

- posicionar a empresa de modo que suas capacidades proporcionem a melhor defesa contra o conjunto existente de forças competitivas;
- influenciar o equilíbrio de forças através de movimentos estratégicos e, assim, melhorar a posição relativa da empresa; ou
- antecipar as mudanças nos fatores básicos das forças e responder a elas, explorando, assim, a mudança através da escolha de uma estratégia apropriada ao novo equilíbrio competitivo antes que os rivais a identifiquem.

Porter (1986, p.61), a estratégia competitiva Envolve o posicionamento de um negócio de modo a maximizar o valor das características que os distinguem de seus concorrentes. Em consequência, um aspecto central da formulação da estratégia é a análise detalhada da concorrência. O objetivo desta análise é desenvolver um perfil da natureza e do sucesso das prováveis mudanças estratégicas que cada concorrente pode vir a adotar, a resposta provável de cada concorrente ao espectro de movimentos estratégicos viáveis que outras empresas poderiam iniciar e a provável reação de cada concorrente ao conjunto de alterações na indústria e às mais amplas mudanças ambientais que poderiam vir a ocorrer.

1.1.2 Organizar

Conforme Megginson, et al (1998), organizar é o processo de nos certificarmos que os recursos humanos, materiais e financeiros trabalhem lado a lado. O planejamento fornece a informação e as estimativas que permitem juntar esses recursos com maior eficácia. Por exemplo uma parte importante da organização é conseguir o pessoal adequado.

Organizar diz respeito à ordem na empresa, como serão realizadas as funções de seus membros, significa apontar os dados e informações obtidos através do planejamento e pô-los em prática de forma coordenada e sincronizada, para que se obtenha sucesso e funcionamento da organização. Para Bernardi (2007) a organização de uma empresa e sua estruturação é fundamental para que se atinjam os objetivos propostos e também para se estabelecerem

condições a um ambiente favorável e adequado. Num dado contexto, as pessoas, de forma organizada, estruturada, liderada, coordenada, sincronizada e integrada, desenvolve as atividades vitais da empresa, de forma eficaz, mediante um desempenho eficiente de suas funções, para que a empresa tenha condições de atingir seus objetivos estilísticos e instrumentais.

1.1.3 Liderar

Liderar significa usar a influência para motivar os funcionários a atingir as metas, determinar qual a melhor opção para toda organização, delegar as atribuições, determinar os caminhos a serem seguidos e decidir o que é melhor para organização. Para Megginson, et al (1998, p. 133),

A função de liderar está sempre intimamente associada a planejar. O planejamento determina a melhor combinação de fatores, forças, recursos e relações necessárias para liderar e motivar os empregados. A função de liderar refere-se à maneira de pôr em ação esses elementos.

Nesse sentido, as medidas adotadas pelo empresário influenciaram em toda organização. Um autêntico líder deve oferecer o apoio moral aos liderados, ser carismático, saber definir as funções dos membros do grupo, demonstrar confiança nas decisões e medidas adotadas, terem consciência de que a melhor decisão a ser tomada deve preponderar ao interesse da organização.

Assim, a melhor definição, para traduzir o conceito de liderança é a apresentada por Stoner (1995, p. 7), “liderar significa dirigir, influenciar e motivar os empregados a realizar tarefas essenciais. Estabelecendo a atmosfera adequada, os administradores ajudam seus empregados a dar o melhor de si”.

1.1.4 Controlar

Controle está relacionado à liderança, controle é o acompanhamento das tarefas atribuídas, ou seja, se os funcionários estão seguindo as metas ou se os objetivos da organização são reais e efetivos. Na visão de Bernardi (2007), diante da variedade de atividades, recursos envolvidos e objetivos empresariais definidos há necessidade de acompanhamento e controle do desempenho da empresa, bem como da eficiência do sistema e da segurança das operações.

Deve se observar as metas estabelecidas e seus efetivos resultados, com essa fiscalização esse controle e cautela que o administrador deve utilizar-se no desenvolvimento da empresa. De acordo com Megginson, et al (1998), o controle é uma consequência importante do planejamento eficaz, pois mostra aos administradores se seus planos são realistas ou se uma administração insatisfatória foi a causa de os planos não funcionarem como era de se esperar. Portanto, o controle é o meio de avaliar o desempenho real em relação aos planos.

Assim, o controle deve ser uma medida constante como meio de fiscalização dos objetivos e das metas para um funcionamento pleno daquilo que anteriormente foi estabelecido pelos objetivos.

1.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO

A busca pelo crescimento econômico é uma constante em toda economia mundial, mas somente é possível alcançá-lo aumentando os limites produtivos e com isso melhorando a renda per capita, as empresas possuem um enorme dentro desse contexto. Em um cenário simplório pode se definir o Crescimento Econômico como “meramente o crescimento

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Econômicas e das Organizações

(quantitativo) da renda per capita ao longo do tempo”, mas dentro da macroeconomia o contexto é bem maior e mais complexo do que isso (Oliveira, Arriel & Silva, 2014).

Segundo o que afirma Vasconcelos (2006) uma forma de observar a importância da eficiência do investimento na taxa de crescimento econômico é imaginar que o governo pode investir em ativos relativamente improdutivos (por exemplo, por motivos políticos o governo investe em um setor com baixa taxa de retorno sobre o capital investido) ou impor políticas que acabem incentivando, por meio de subsídios ou isenções fiscais, investimentos privados improdutivos. Conforme o mesmo autor as fontes de crescimento são: aumento na força de trabalho; aumento do estoque de capital ou da capacidade produtiva; melhoria na qualidade da mão-de-obra, por meio de programas de educação, treinamento e especialização; melhoria tecnológica, que aumenta a eficiência na utilização do estoque de capital; eficiência organizacional, ou seja, eficiência na forma como os insumos interagem.

Segundo Hunt (1981) o crescimento econômico em países “em desenvolvimento” de acordo com a teoria da (proposição elementar na macroeconomia Keynesiana), depende, em primeiro lugar, do volume anual de gasto “autônomo” (como investimentos). Esses gastos aumentam o produto e a renda diretamente (se há mais procura interna por nossas bananas, por exemplo, os produtores aumentam a oferta vendem mais e ganham mais) e também indiretamente; o dinheiro ganho com bananas estimulará o aumento da procura por bens de consumo que poderá induzir uma expansão da produção destes no país, com maior ou mais eficiente utilização de fatores produtivos e, portanto, crescimento do produto *per capita*.

Conforme Vasconcelos (2006) partindo de uma análise da teoria Neoclássica do crescimento, baseando-se em trabalhos como Solow (1956), Swan (1956). Os quais teorizam sobre as principais variáveis que afetam a dinâmica de crescimento dos países. Os modelos neoclássicos exógenos explicitam que a acumulação de capital é propulsora do crescimento econômico. Entre tais modelos, os de Solow e Swan, utilizam uma função de produção que

busca satisfazer a condição de proporções flexíveis no uso dos fatores. A concepção dos autores é que a produtividade marginal do capital é decrescente, sendo assim, os países pobres crescem mais rapidamente que os países ricos, à medida que os primeiros possuem baixas taxas de acumulação de capital.

O modelo de Solow (1956) conclui que a propensão marginal a poupar determina somente a relação capital-trabalho e a velocidade do ajustamento da economia ao Estado estacionário, a qual é determinada exogenamente pelas taxas de progresso tecnológico e de crescimento populacional. Adicionalmente, aumentos na taxa de poupança proporcionam apenas a passagem da economia de um Estado estacionário para o outro (*apud* Vasconcelos, 2006).

De acordo com Araújo e Dias (2006), o papel do setor bancário na intermediação financeira, a atuação do governo na captação de recursos e a realização de investimentos em infraestrutura e, por fim a participação das firmas que demandam empréstimos para a formação de capital fixo. Partindo desse ponto os investimentos governamentais possuem uma grande alavanca para o crescimento econômico.

A acumulação de capital e o progresso técnico são as fontes fundamentais de crescimento da produtividade do trabalho e do padrão de vida da população. Com efeito, o progresso técnico permite, por um lado, um aumento da eficiência na produção, ou seja, que os mesmos bens e serviços sejam produzidos com o uso de uma quantidade menor de insumos, em especial o trabalho; por outro lado, o progresso técnico leva ao desenvolvimento de produtos e serviços cada vez mais sofisticados ou complexos, isto é, produtos que incorporam não só uma quantidade maior, como também mais diversificada, de conhecimento técnico e científico (Vasconcelos, 2006).

Esses produtos mais sofisticados ou complexos são produzidos por trabalhadores altamente qualificados em empresas que operam na fronteira tecnológica ou próxima a ela,

razão pela qual o produto possui maior valor adicionado por unidade de trabalho empregada. Dessa forma, o progresso técnico decorre não apenas do avanço do “estado das artes”, mas principalmente por intermédio de um processo de mudança estrutural, no qual recursos produtivos e trabalhadores são transferidos das atividades com menor valor adicionado por trabalhador empregado (setores menos sofisticados ou complexos) para atividades com maior valor adicionado por trabalhador empregado (Bresser-Pereira, Oreiro & Marconi 2014).

As empresas necessitam em suma de alavancagem financeira para que possam fazer investimentos com o intuito de promover crescimento individual, automaticamente isso afetará a economia como um todo, o governo dentro desse contexto pode colaborar e incentivar essa prática. Segundo Araújo e Dias (2006), neste sentido, as firmas se deparam com as restrições de que todo investimento hoje depende dos novos empréstimos tomados junto aos bancos comerciais.

Dentro destes parâmetros e na visão internacional o modelo de crescimento de Solow é construído para mostrar como o crescimento do estoque do capital, os avanços tecnológicos e o crescimento da força de trabalho interagem em uma economia, e como afetam a produção total de bens e serviços de um país. Neste modelo de crescimento de Solow, a tecnologia cresce a uma taxa exógena constante (Mankiw, 2003).

A estratégia de crescimento equilibrado entre oferta e demanda parte do pressuposto de que um empreendimento não viável do ponto de vista individual poderá apresentar rentabilidade positiva quando considerado em conjunto com outros empreendimentos. De outra parte, um projeto individual poderá fracassar por falta de demanda, não sendo o caso quando vários outros forem implantados simultaneamente, de sorte que no agregado a expansão da renda e do emprego criará simultaneamente o mercado necessário (Souza, 1999).

O objetivo econômico consiste em maximizar o crescimento da produção. Com isso é claro que os países podem visar a vários outros objetivos, tais como a redução do desemprego

e do subemprego, uma distribuição mais equitativa de renda, tanto entre indivíduos ou regiões de um país e um maior grau de independência econômica através de menor dependência do comércio internacional e das entradas de capital estrangeiro. Além disso, a estratégia de desenvolvimento escolhida dependerá crucialmente do elemento tempo (Bresser-Pereira, Oreiro & Marconi, 2014).

Em uma economia aberta, o aumento da produtividade do trabalho e a melhoria dos termos de intercâmbio, ao mesmo tempo em que geram uma taxa de crescimento econômico mais elevado, apresenta menor pressão de demanda, porém, os efeitos são similares aos do investimento. Níveis mais elevados de exportação permitem maior volume de importação e maior taxa de crescimento econômico, independentemente do volume de financiamento (Kalecki, 1997).

O efeito do aparecimento de novos empreendimentos sobre as empresas antigas e sobre a situação econômica estabelecida, tendo em consideração que combinações novas signifiquem a eliminação das antigas, em regra, o novo não nasce do velho, mas aparece ao lado deste e o elimina na concorrência, e mudar de tal modo todas as condições, que se tornam necessário um processo especial de adaptação (Schumpeter, 1997).

As inovações que surgem no decorrer de um dado período tornam mais atraentes os novos projetos de investimento. A influência desse fator é análoga à de um acréscimo do montante dos lucros que, no decorrer de um dado período, torna os projetos de investimento em geral mais atraentes do que eram no princípio desse mesmo período. Cada nova invenção, da mesma forma que cada acréscimo dos lucros, provoca certas decisões adicionais de investimento. Um fluxo constante de invenções, no que diz respeito ao efeito sobre o investimento, é comparável a uma taxa constante de acréscimo dos lucros. Assim, esse fluxo faz subir o nível de investimento por unidade de tempo que se teria sem ele. Esse é o impacto imediato das novas invenções sobre o investimento (Kalecki, 1997).

1.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento econômico é um processo pelo qual a acumulação de capital e a incorporação sistemática do progresso técnico permitem o aumento persistente da produtividade do trabalho e do padrão de vida da população (Bresser-Pereira, Oreiro & Marconi, 2014). O aumento da produtividade do trabalho torna possível a elevação persistente dos salários reais.

As escolhas da população e seu estilo de vida direcionaram o planeta para as questões atuais. O trabalho na sociedade e na vida humana, principalmente em dias que se fala em globalização e o surgimento de blocos econômicos, faz com que, a cada dia, se obtenha novas tecnologias e esse processo da “destruição criadora” como cita Schumpeter (1997) em sua teoria onde o novo substitui o velho no processo de consumo humano. A renovação por meio da substituição, em que um exemplo mais comum deste processo pode ser o computador que substituiu a máquina de escrever e muitos outros equipamentos, o aparelho celular também se enquadra neste processo. A tecnologia moderna permitiu a um número limitado de sociedades o experimento de abundância sem precedentes. Apesar disso, a crise do meio ambiente, alerta para o fato de que estamos sem recursos e sem lugares para armazenar nossos dejetos e com possibilidades de continuidade da relação sociedade, cultura e consumo do presente.

O desenvolvimento econômico para os indivíduos pode ser mensurado de acordo com sua qualidade de vida e ou fatores sociais, de acordo com Marin e Quintana (2012). Isso dá motivos adicionais para conceder importância às capacitações elementares tais como escrever, ler, estar bem informado e ter chances realistas de participar no processo de decisão social.

Segundo Machado (2009), essa reorganização de mercado de capitais deve tentar eliminar o grau de dispersão das taxas de retorno social dos investimentos existentes e dos novos investimentos sob o controle empresarial doméstico.

Desenvolvimento sustentável pode ser definido como o desenvolvimento para atender às necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras (Ipiranga, Godoy & Brunste 2011).

É um processo pelo qual o desenvolvimento pode ser sustentado por geração. Oferece à geração futura a mesma, se não mais, capacidade de prosperar que a geração atual. O desenvolvimento econômico não é uma bênção para os seres humanos. Sem dúvida, ele traz maior bem-estar material, aumentando a produção nacional de bens e serviços, por um lado, e por outro lado, polui muito o meio ambiente pelo uso excessivo e mau uso dos recursos naturais.

De acordo com Marin e Quintana (2012) no curso do desenvolvimento econômico, o custo dos danos ambientais na forma de desmatamento, degradação da terra, erosão do solo e poluição do ar e da água etc. pode exceder os benefícios de ter mais produção de bens e serviços.

Os efeitos posteriores dos danos ambientais já estão aparecendo na forma de efeitos de estufa, condições climáticas adversas, monções irregulares, aquecimento global e chuva ácida etc. Agora, a questão básica é como o desenvolvimento econômico e o ambiente agradável podem coexistir para que o desenvolvimento possa ser possível. sustentado por gerações. É por isso que o 'desenvolvimento sustentável' entrou em discussão (Bresser-Pereira, Oreiro & Marconi, 2014).

Literalmente, ambiente significa condições externas e arredores em que pessoas, animais e plantas vivem. Simplesmente falando, meio ambiente significa o ambiente e as condições externas que afetam a vida e o desenvolvimento de uma área.

O ambiente pode ser definido como a soma total de todos os fatores naturais que influenciam diretamente a chance de organismos (plantas, animais, seres humanos) sobreviverem e se reproduzirem. Os fatores ambientais que influenciam a vida na Terra

podem ser amplamente classificados como componentes abióticos e bióticos. O componente abiótico inclui os fatores climáticos relacionados ao ambiente aéreo. Condições do solo, fatores topográficos. Fatores bióticos incluem organismos vivos como plantas, animais e seres humanos (Ipiranga, Godoy & Brunste 2011).

A natureza manteve um bom equilíbrio entre os vários componentes do ambiente para permitir que plantas, animais e seres humanos sobrevivam e se reproduzam. Porém, durante o curso do desenvolvimento econômico, esse equilíbrio da natureza foi distribuído, denominado crise ambiental.

Simplemente falando desenvolvimento sustentável significa o desenvolvimento que deve continuar. De um modo geral, é uma situação em que o desenvolvimento econômico não diminui com o tempo. Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que é eterno. Desenvolvimento sustentável é um processo em que a base de recursos naturais não pode se deteriorar. Desenvolvimento sustentável pode ser definido como o desenvolvimento para atender às necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras. É um processo pelo qual o desenvolvimento pode ser sustentado por geração. Oferece à geração futura a mesma, se não mais, capacidade de prosperar que a geração atual (Bresser-Pereira, Oreiro & Marconi, 2014).

Relação entre meio ambiente e desenvolvimento sustentável:

(a) O desenvolvimento sustentável minimiza a degradação ambiental. Como o desenvolvimento envolve alguns distúrbios em nosso meio ambiente, o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um esforço para minimizar a taxa de degradação ambiental. Ele garante que, por menor que seja a degradação, seja feita da melhor forma aceitável e o mais rápido possível.

(b) O meio ambiente é uma das dimensões do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é aquele que aumenta a renda nacional e per capita, mantendo os

danos ambientais dentro de um limite tolerável, para que a geração futura obtenha benefícios iguais em termos de produção e ambiente agradável (Bresser-Pereira, Oreiro & Marconi, 2014).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) a definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Este conceito foi apresentado ao mundo em um estudo realizado pela ONU em 1987, chamado “*Nosso futuro comum*” (Ipiranga, Godoy & Brunste 2011).

O crescimento das cidades, as indústrias e os veículos, estão causando transtornos para o ar, solo e as águas. O desenvolvimento é necessário, porém, o ser humano precisa respeitar o meio ambiente, pois dependemos dele para sobreviver neste planeta. É importante que haja a viabilidade econômica nas ações voltadas para a produção de bens e serviços, porém estes não devem comprometer o futuro das próximas gerações. Atualmente muito se discute o conceito e a aplicação de sustentabilidade, o que se espera e o que se propõe através de desenvolvimento sustentável. A pressão entorno do modo de produção passa por questões de degradação e até mesmo a interferência no clima do planeta (Ipiranga, Godoy & Brunste 2011).

Conforme relata Pellaud (2002) é difícil, também para o indivíduo aceitar as deficiências presentes no ambiente e na sociedade que para ele devem coexistir harmonicamente, pois, está ligada a sua escolha de vida e consumo.

Esse conceito ainda se encontra em formação e não se tem parâmetros concisos para se mensurar essa questão de uma maneira homogênea. Conforme Rattner (1999) a falta de precisão do conceito de sustentabilidade evidencia a ausência de um quadro de referência teórico capaz de relacionar sistematicamente as diferentes contribuições dos discursos e

campos de conhecimentos específicos. Por outro lado, esta situação reflete a indecisão prevalecente das elites em definir um plano e programa de ação coerente que aceitem e incorporem as crescentes críticas dirigidas ao modelo de desenvolvimento convencional e ainda dominante.

Ainda de acordo com Rattner (1999), sustentabilidade também nos remete a uma dimensão temporal pela comparação de características de um dado contexto ecológico e sociocultural no passado, presente e futuro. O primeiro serve como parâmetro de sustentabilidade, enquanto que o último requer a definição do estado desejável da sociedade no futuro.

Dentro desse universo de paradigmas vamos caminhando, buscando não só respostas, mas também soluções, de acordo com Pellaud (2002), como pretender ter posse do último lançamento em informática e ainda ter um visual sempre na moda, preocupando-se em reduzir as disparidades sociais? Como almejar uma carreira promissora que permita a aquisição de uma Ferrari pensando na redução da fome e da emissão de CO₂ no mundo?

Partindo deste ponto de vista encontramos os entraves econômicos e sociais e de acordo com Rattner (1999), além do volume impressionante de bens e serviços, a industrialização baseada em progresso técnico e abundância de matérias primas produziu um número infinito de problemas ambientais e sociais referidos como "custos sociais". Apenas durante as últimas décadas, a sociedade civil começou a resistir e a exigir a internalização dos custos ambientais causados pelas atividades econômicas.

Os conceitos deste tema também levam as seguintes questões de acordo com Van Bellen (2004), para algumas organizações não-governamentais, e para o próprio Programa das Nações Unidas em Meio Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável consiste na modificação da biosfera e na aplicação de seus recursos, para atender às necessidades humanas e aumentar a qualidade de vida (IUCN/UNEP/WWF, 1980). Para que

esse desenvolvimento seja sustentável, devem ser considerados os fatores social, ecológico e econômico, dentro de perspectivas de curto, médio e longo prazo.

Como mensurar a sustentabilidade de algo, dentro desse contexto existe uma preocupação em nível mundial para colocar em prática um planejamento através de índices que mensurem e consigam auferir resultados na prática do referido conceito (Ipiranga, Godoy & Brunste 2011).

1.4 PAPEL DO ESTADO NO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Ao longo do tempo a participação do Estado na economia foi intensificada por motivos tais como: crescimento da renda per capita, avanços tecnológicos, mudanças na previdência social, fatores políticos e sociais, efeitos de guerra e mudanças populacionais. A partir do século XX, mudanças no mercado financeiro e no comércio internacional trazem avanços sem precedentes para as economias locais, além de causar uma revolução no comércio mundial. Tal revolução é caracterizada por um maior nível de complexidade nas interações econômicas, complexidade essa que quebra o paradigma da capacidade do mercado se ajustar automaticamente à eventuais desequilíbrios (Hunt, 1981).

Não havendo condições da economia autorregular-se e trazer estabilidade no nível de empregos, preços e atividades, torna-se complicadas as relações econômicas, surgindo maiores níveis de incerteza e especulação, as quais eram raras até então. Para Hunt (1981, p. 556), a proposta de intervenção do Estado na economia originou-se principalmente pelos estudos desenvolvidos pelo economista John Maynard Keynes. Essa tese surge em contravenção à ideologia neoclássica conservadora que defendia a teoria utilitarista e o livre mercado:

Os três principais elementos ideológicos do utilitarismo neoclássico eram: (1) a teoria da distribuição baseada na produtividade marginal, que retratava o capitalismo concorrencial como um ideal de justiça distributiva; (2) o argumento da “mão invisível”, que retratava o capitalismo como um ideal de racionalidade e eficiência e, (3) a fé na natureza automática e autorregulável do mercado, que demonstrava que as principais funções do governo deveriam ser fazer cumprir os contratos e defender os poderes e os privilégios da propriedade privada (Hunt, 1981: 556).

Em 1929, houve a crise de superprodução nos Estados Unidos, provocando uma queda na produção de bens e serviços e um aumento no desemprego. O surgimento desta crise colabora para o enfraquecimento do pensamento neoclássico de que o mercado é autor regulável e que o lucro deve ser o principal objetivo do empresário, assim, abre espaço para o Estado intervencionista, sob a justificativa de que o mercado nem sempre funciona de maneira eficiente, e que está sujeito à certas falhas (Hunt, 1981).

Tais falhas de mercado são recorrentes desde o século XIX, como concentração de mercado em megacorporações, formação de trustes¹, na qual as empresas envolvidas abrem mão de sua independência legal para constituir uma única organização, e cartéis² em maior parte provocada pelo surgimento do mercado mundial de capitais e avanço na produção e transporte (Hunt, 1981, p. 556). Em adição, as falhas de mercado também remetem a certos produtos que o mercado não é capaz de proporcionar, bem como à externalidades provocadas pela produção e o consumo de certos bens e serviços, respaldando a ação do Estado para fornecer tais produtos ou amenizar tais efeitos.

Para Hunt (1981) a intervenção do governo na Economia tem como um dos objetivos controlar a demanda agregada. Anteriormente, sob o domínio do pensamento clássico e neoclássico, tomava-se como verdade a ideia de que a oferta de bens é responsável por ditar o comportamento da economia. Fundamentadas pela Lei de Say, toda oferta cria sua própria

¹ Truste é uma forma de oligopólio - situação de mercado em que poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado.

² É uma associação entre empresas do mesmo ramo de produção, com o objetivo de dominar o mercado e disciplinar a concorrência. As empresas em comum acordo decidem sobre o preço, que se torna uniformizado, de um modo geral em um alto nível (mais caro), e as quotas de produção se tornam fixadas para as empresas membro.

demanda, os produtores não se preocupavam em conhecer os desejos ou vontades dos consumidores, produzindo o máximo possível para minimizar custos e aumentar lucros. Após a crise de 1929 e os estudos de Keynes, a demanda agregada passou a ter maior importância, uma vez que o consumo é a forma de atender a produção realizada. Com isso, os governos voltaram suas políticas para garantir que toda renda gerada pela produção seja revertida, seja em consumo ou investimento. Além disso, passaram a estimular a economia com seus próprios gastos, principalmente durante o período da Segunda Guerra Mundial.

1.4.1 Estado mínimo

Para Norberto Bobbio, o pressuposto filosófico do Estado liberal é “doutrina dos direitos do Homem elaborada pela escola do direito natural (ou justnaturalismo)” (Bobbio, 1998, p. 11). Segundo essa doutrina, o Estado liberal é visto como um Estado limitado, estando seus limites estabelecidos em dois níveis: limites quanto aos poderes e limites quanto às funções. O Estado de direito é a noção que corresponde à limitação dos poderes.

O Estado mínimo, segundo Bobbio (1998), é a noção corrente para representar o limite das funções do Estado dentro da perspectiva da doutrina liberal. Para Giambiagi e Além (2010) a concepção de Adam Smith sobre o Estado funda-se, como, de resto, sua obra de Economia Política, na doutrina jusnaturalista. John Stuart Mill destaca-se como um liberal vinculado ao utilitarismo.

1.4.2 Estado intervencionista

Na visão de Bandeira (1999) a intervenção estatal ou Estado interventor refere-se a atos discricionários do governo para intervir na economia de mercado. Tal intervenção viola

as regras gerais do funcionamento da interação social que foram acordados em estabelecer o quadro de governação.

Segundo Giambiagi e Além (2010) a grande expansão do comércio e tecnologia nos séculos XX e XXI tem produzido um nível de riqueza material que permitiu o custo da intervenção do governo a ser compensado, e permanecem em grande parte ocultos para muitos observadores. Essa possibilidade não é um fenômeno novo, Adam Smith apontou há muito tempo que o poder de interesse próprio exercido no mercado da economia é tão forte que pode superar um cem obstruções impertinentes com as quais a loucura das leis humanas muitas vezes dificulta suas operações.

De acordo com Giambiagi e Além (2010) as finanças públicas têm elementos normativos e positivos, e movendo-se entre a teoria e a prática exige atenção para ajudar e entender as políticas que o governo deveria adotar e se é provável que o faça como estado interventor. Não se deve surpreender quando as políticas ruins são adotadas apesar de melhores políticas estarem disponíveis no sistema político for estruturado para entregar resultados ruins, por exemplo, se o ambiente político fortalecer os políticos incentivos para atender interesses estreitos à custa do bem comum. Portanto, a compreensão dos motivos das práticas políticas observadas pode ajudar a desenvolvermos melhores teorias positivas.

Para Bandeira (1999), quem deve suportar os encargos fiscais de uma sociedade? As economias mais avançadas têm determinado que a abordagem mais equitativa é uma distribuição progressiva, pelo que queremos dizer que aqueles com maior capacidade de pagamento, conforme medido, por exemplo, por renda (ou consumo, ou riqueza) devem pagar uma parcela maior de sua receita antes de impostos do que aquelas com menor capacidade para pagar.

Após a crise de 1929 e os estudos de Keynes, a demanda agregada passou a ter maior importância, uma vez que o consumo é a forma de atender a produção realizada. Com isso, os

governos voltaram suas políticas para garantir que toda renda gerada pela produção seja revertida, em consumo ou investimento.

A Constituição Federal de 1988, desde seu preâmbulo, destaca a importância do desenvolvimento nacional, como pode ser observado:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte (BRASIL, 1988).

Segundo Giambiagi e Além (2010) a teoria das finanças públicas sugere que o Estado de maneira intervencionista se deve decidir sobre uma base tributável desejada e estrutura de tarifas e depois impõem impostos de acordo. Mas os códigos fiscais são preenchidos com disposições que parecem refletir a ambivalência por parte das autoridades fiscais. Enquanto as provisões de um código tributário podem especificar que um tipo particular de renda é tributável, ou que uma despesa específica é dedutível, outras disposições substituem esses princípios gerais em circunstâncias particulares de uma maneira que normalmente torna os sistemas fiscais muito mais complicados.

1.4.4 O Estado empreendedor

Mazzucato (2014) deixa claro seu posicionamento frente a uma batalha discursiva que envolve o questionamento do papel do Estado na condução da economia. Assume o compromisso de desfazer a imagem que contrapõe a iniciativa privada como força inovadora versus o Estado como um do símbolo da paralisia e ineficiência. Sua intenção é demonstrar a falsidade desse argumento trazendo exemplos que mostram o Estado na origem dos investimentos mais audaciosos em tecnologias. Ao assumir o risco e a verdadeira incerteza no

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Económicas e das Organizações

financiamento das inovações, o Estado se comporta como um agente marcado pelas características do empreendedorismo. Apresentar o Estado empreendedor é, conforme a autora, uma das melhores maneiras de defender, proativamente, sua presença e tamanho. Na teoria econômica convencional, as intervenções do Estado são admitidas enquanto formas de corrigir as falhas de mercado. Em situações, por exemplo, onde as características de bem público e das externalidades implicam num retorno social maior do que o privado.

Entretanto, em vez de analisar o papel ativo do Estado sobre esse ângulo, Mazzucato advoga a necessidade de se construir uma teoria do papel do Estado na formação e criação de mercados. No que se refere à inovação, é a intervenção do Estado que dinamiza a capacidade e a disposição do empresariado, criando os espaços e as perspectivas de investimento e mercado. Setores já consolidados e outros, ainda emergentes, como os de tecnologia da informação e comunicação, farmacologia, biotecnologia, nanotecnologia e tecnologias verdes, tiveram o Estado na liderança dos processos, incentivando a participação de atores econômicos e científicos. Na obra, a autora passa grande parte do texto detalhando o papel do Estado em cada uma dessas áreas, tanto em relação ao desenvolvimento das tecnologias quanto na formação de empresas e criação das oportunidades e condições de mercado.

Mediante o exposto, a intervenção do Estado na economia pode ser analisada através de três funcionalidades, sendo definidas como: função alocativa, distributiva e estabilizadora.

1.4.4.1 Função alocativa

Para Vasconcelos (2006) a função alocativa tem como finalidade disponibilizar aos indivíduos bens e serviços que não foram disponibilizados de maneira adequada pelo mercado, de modo a corrigir as externalidades, sendo positivas ou negativas no consumo ou na produção de bens e serviços. Essa função é justificada pelo fato de que nem todos os tipos

de produtos podem ser ofertados pela iniciativa privada. Seguindo a lógica da iniciativa privada, sob a qual determinado bem deve estar sob a posse de determinado indivíduo para que este possa auferir lucro sob a sua comercialização, certos tipos de produtos não se adequam para fornecer lucro uma vez que seu uso não pode ser limitado há um número de indivíduos.

1.4.4.2 Função distributiva

Em seguida, a função distributiva demonstra que a distribuição da renda agregada depende da produtividade do trabalho e de outros fatores de produção do mercado refere-se à organização da distribuição da renda, resultante dos fatores de produção capital, trabalho e terra, e da venda dos serviços desses fatores no mercado. Ela pode ser feita através do mecanismo das transferências, dos impostos e dos subsídios para assegurar conformidade com o que a sociedade considera uma situação “justa” de distribuição (Machado, 2009).

Assim, o mercado pode funcionar livremente na esfera da produção, enquanto o governo assume a responsabilidade da distribuição da renda. Essa distribuição deve ser proporcional aos indivíduos, removendo recursos da parte mais rica da sociedade e transportando para a camada menos próspera.

1.4.4.3 Função estabilizadora

A função estabilizadora permite o governo intervir na economia quando necessário, para modificar o modo em que os preços se comportam, uma vez que eles não se estabilizam de modo instantâneo. De acordo com Machado (2009) essa função está relacionada ao uso da política orçamentária, com o objetivo de manter o pleno emprego. Pode se manifestar diretamente, através da variação dos gastos públicos em consumo e investimento, ou

indiretamente, pela redução das alíquotas de impostos, que eleva a renda disponível do setor privado.

1.4.5 A Reforma do Estado

A reforma do Estado e da ordem econômica teve como objetivo reduzir as despesas públicas de custeio e investimento e atrair capitais externos, enquanto a reforma administrativa visava impedir o crescimento do funcionalismo público. No caso da Previdência Social, a ideia era acabar com as aposentadorias especiais ou restringi-las, aumentar a contribuição dos serviços públicos ativos e desestimular as aposentadorias precoces por tempo de serviço no setor privado; além disso, também se aprofundou o Programa Nacional de Desestatização, incluindo no processo a Vale do Rio Doce e setores de concessão de serviços públicos, como energia elétrica e telecomunicações (Lopreato, 2013).

O século XXI condensa o resultado do rápido avanço do progresso científico tecnológico, expresso nas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que vêm se processando, principalmente nas últimas décadas. Verificando um contexto histórico sobre a análise de evolução política e econômica. O Brasil tem passado por muitas mudanças desde meados do século passado, e isso tem impactado diretamente no modelo de estado e a sua forma variada forma de governança (Lopreato, 2013).

Conforme Paula (2005) nas últimas décadas, os brasileiros estiveram engajados no processo de redemocratização do país, buscando reformar o Estado e construir um modelo de gestão pública capaz de torná-lo mais aberto as necessidades dos cidadãos brasileiros.

Resende (2013), de acordo com a evolução e o contexto histórico do Brasil, as reformas de 1964-1967, no início da década de 1960 o Brasil estava com elevados déficits públicos, consideráveis níveis de inflação, e um sistema que dificultava a intermediação financeira a

ponto de proibir práticas de correção monetária e de taxas juros superiores a 12% ao ano. Nesse contexto, o governo foi obrigado a implementar um conjunto de reformas a partir de meados da década, onde destacamos o Programa de Ação Econômica do Governo lançado no final de 1964 (Abreu, 1990).

O comportamento das contas públicas nos anos 1970, ao longo da década de 1970 as finanças do setor público eram norteadas por uma grande multiplicidade orçamentária. Havia o Orçamento Geral da União, o orçamento das empresas estatais, o orçamento monetário e a conta da dívida. Até o final da década as receitas e despesas das empresas estatais não haviam sido agregadas em um orçamento consolidado. Na verdade, somente com a criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST) em 1979 é que o governo pôde ter um conhecimento preciso do número total de entidades estatais e fazer um orçamento geral das empresas estatais para o ano seguinte (Abreu, 1990).

Segundo Abreu (1990), com a morte do presidente eleito, Sarney foi quem assumiu a função, mas não pôde desempenhá-la de forma satisfatória, pois, não contou com o apoio dos deputados e senadores peemedebistas. O que elevou ainda mais há fragilidade política do Governo Sarney foi a eclosão de demandas populares por investimentos e gastos públicos, demandas essas que eram anteriormente sufocadas pelo regime autoritário. Com a implementação de diversas alterações na legislação a partir de 1985 e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, vieram diversas mudanças institucionais.

Todos esses fatores somados aos impactos da crise externa e a ação dos heterodoxos (keynesianos) contribuíram para uma elevação no déficit já a partir de 1987, quando passou-se a observar uma combinação de níveis de arrecadação constantes e gastos públicos crescentes. Sano e Abrucio (2008) descrevem que a partir do governo de Fernando Collor o Brasil experimentou uma grande abertura econômica acompanhada de um processo de privatização.

De acordo com Sano e Abrucio (2008) a visão do ministro Bresser-Pereira, o sistema administrativo brasileiro, nascido da Constituição Federal de 1988, tinha realçado os piores elementos do modelo burocrático, com o reforço da lógica dos procedimentos, a uniformização e o “engessamento” da estrutura dos órgãos públicos e da política de pessoal, somados ao baixo controle público da burocracia. Para mudar essa situação seria necessário, de um lado, flexibilizar a gestão pública e, de outro, tornar o corpo burocrático mais *accountable* em relação aos cidadãos.

Segundo Paula (2005) nos anos 1990 com o debate da reforma gerencial do Estado e o desenvolvimento da administração pública gerencial. A crise do nacional de desenvolvimentismo e as críticas ao patrimonialismo e autoritarismos do estado brasileiro estimularam a emergência de um consenso político de caráter liberal. A partir de 1990 o desequilíbrio fiscal manteve-se modesto durante quatro anos consecutivos.

Segundo o que relata Sano e Abrucio (2008) as primeiras propostas de reforma do Estado feitas pelo presidente Collor geraram uma enorme desconfiança. Além disso, o próprio governo FHC não apoiava integralmente esse projeto, pois sua preocupação maior era com o ajuste fiscal. Na visão da equipe econômica, núcleo hegemônico na estrutura de poder, a flexibilização da gestão pública e a delegação de funções que continuariam a ser financiadas pelo Estado poderiam prejudicar as metas fiscalistas.

1.4.5.1 Cenário econômico brasileiro a partir de 2003

De maneira focada na dimensão macroeconômica da Política desenvolvida pelo Governo no período a partir de 2003, o objetivo deste retrospecto é posteriormente explicar a relação das políticas econômicas adotadas pelo Governo para aumentar a demanda e consequentemente aumentando o consumo e a situação da economia. A leitura do comportamento da economia brasileira é de um cenário de recuperação. Lançando luz sobre

os indicadores macroeconômicos observa-se a reação dos agentes econômicos, governo, famílias e mercado frente às turbulências ocorridas na economia mundial no último quadrimestre do ano passado, justamente em um momento em que o processo de investimentos no Brasil estava muito forte, pela entrada de investimento externo direto no mercado de ações e vários projetos privados em andamento, consumo e produção em alta, o que é natural do segundo semestre (Paula, 2005).

A Índia e a China se encontram como os principais importadores do agronegócio brasileiro, especialmente soja e carne, e minério como o aço. Estes dois países têm muita gente para alimentar e não tem terra disponível para plantar e a China apresenta pesados investimentos em infraestrutura. O Brasil tem grande disponibilidade de terra para produção, detentor de recursos escassos no mundo, como água em abundância, alimentos para boa parte do mundo e oferta de energia como os biocombustíveis, fatores esses primordiais para sobrevivência no mundo nos próximos anos. O congresso precisa deixar o país progredir revendo e aprovando logo a reforma tributária e o governo liberar os recursos para o FCO (Paula, 2005).

Em 2003, aumentou R\$ 36 bilhões, enquanto as despesas aumentaram apenas R\$ 29 bilhões, em 2004 as receitas aumentaram R \$ 64,6 bilhões enquanto as despesas cresceram R\$ 54,3 bilhões. Como resultado, a receita tributária como a proporção do PIB em 2004 atingiu 36% em comparação com 17,3%, 18,3% e 17,4% no Chile, México e Argentina, respectivamente (IPEA, 2009).

Em abril de 2004, o Comitê de política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic para 16%. Após as turbulências decorrentes da transição e com ventos favoráveis do cenário internacional, o Governo Lula obteve em 2004 o maior crescimento desde 1994, primeiro ano do Plano Real, quando o PIB ficou em 5,3%. Em 2005-2006, a relação dívida com o PIB, beneficiada pela continuidade do crescimento 3,2% e 3,7%, respectivamente, conheceria

novas reduções, caindo para 46,5% em 2005 e para 44,9% em 2006. Em 2006, o número de correspondentes bancários havia aumentado em 59.300 unidades em relação ao ano de 2000 (Sano & Abrucio, 2008).

Em janeiro de 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com projeções iniciais de investimentos da ordem de R\$ 503,9 bilhões para um período de quatro anos de energia (incluindo petróleo), infraestrutura social e urbana, e logística (rodovias, ferrovias, portos aeroportos, hidrovias). Tendo como objetivo: romper barreiras e superar limites ao crescimento econômico, de forma a sustentar uma taxa de crescimento de 5% ao ano (Sano & Abrucio, 2008).

O Brasil, particularmente, se aproveitou desse momento de expansão da economia mundial e conseguiu obter saldos expressivos na balança comercial em todo o período, processo este puxado mais pela elevação dos preços do que pela expansão do quantum exportado. De qualquer forma, os resultados mostravam um saldo comercial favorável da ordem de R\$ 24 bilhões em 2003, o qual passou para mais de R\$ 46 bilhões em 2007. Com a crise de 2008 e 2009 houve uma forte retração desses saldos. De qualquer forma, esse foi o fator determinante para o equilíbrio externo da economia brasileira (IPEA, 2009).

Gimenez e Cardoso Jr. (2012), em grande medida, essa ampliação das exportações ocorreu através do aumento das *commodities* agroindustriais no quantum exportador, destacando-se a soja, carnes, açúcar, suco de laranja, etc. Isso reposicionou internamente, inclusive, o setor do agronegócio, que acabou tendo um papel de destaque no Governo Lula. Assim, pode-se dizer que o aumento das exportações, além de gerar os dólares necessários ao ajuste das contas externas, transformou-se em uma fonte de crescimento da produção e do emprego doméstico em diversos setores de atividade.

A taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa SELIC, é fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), órgão do Banco Central. Essa taxa definida pela autoridade

monetária é crucial, uma vez que a partir dela são definidas outras taxas de juros relativas aos diversos tipos de financiamento (consumo interno e endividamento das famílias) e de operações financeiras (aplicações em atividades produtivas ou em ativos financeiros). Essa taxa mantém também uma relação com as contas externas do país: resultados deficitários em transações correntes são normalmente revertidos com a elevação dos juros, visando atrair capitais, processo este controverso, uma vez que capitais de curto prazo podem acabar agravando o *déficit* devido à volatilidade dos mesmos (Gimenez & Cardoso Jr, 2012).

Segundo Gimenez e Cardoso Jr. (2012), em 2008, o Governo lança o Plano Plurianual (PPA) com o objetivo desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade. O plano foi elaborado partindo-se de um cenário de retomada do crescimento econômico, forte expansão do emprego e da renda. Assim, o plano, apresentado como uma expansão da estratégia do PPA anterior incorpora, além do consumo de massa, novos componentes prioritários ao processo de desenvolvimento do país, com destaque para a expansão dos investimentos em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O novo modelo de desenvolvimento da educação inscrito no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a integração das políticas sociais pela Agenda Social tinha como objetivos: promover a inclusão social e a redução das desigualdades; promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda; propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade; fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania, com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos; implantar uma infraestrutura eficiente e integradora do território nacional; reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional; fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana; elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica; promover um ambiente social pacífico e

garantir a integridade dos cidadãos; e promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização (Gimenez & Cardoso Jr, 2012).

1.4.5.2 Política fiscal

De uma forma geral, a teoria das finanças públicas gira em torno da existência das falhas de mercado que tornam necessária a presença do governo, o estudo das funções do governo, da teoria da tributação e do gasto público. As falhas de mercado: são fenômenos que impedem que a economia alcance o ótimo de Pareto, ou seja, o estágio de *welfare economics*, ou Estado de bem-estar social através do livre mercado, sem interferência do governo (Paula, 2005).

Para Gimenez e Cardoso Jr. (2012) o gasto público, embora muito se tenha ouvido dizer sobre redução de gastos governamentais e redução do "tamanho" do Estado, a sua participação na economia é de extrema importância, e inúmeras são as funções desempenhadas. Fica difícil decidir onde serão feitos os cortes: se na saúde, educação, defesa, policiamento, justiça ou, enfim, no investimento econômico-social. Tem se observado um fenômeno de crescente participação do gasto público no PIB em todas as principais economias mundiais. Esse fato é historicamente explicado pelo envelhecimento da população e pelo processo de urbanização. É importante ressaltar que a elevação do gasto público tem sido total ou parcialmente compensada com elevação tributária, não causando grandes impactos no percentual da dívida sobre o produto interno.

1.5 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

De acordo com Abreu (1990) a reformulação institucional do Sistema Financeiro Nacional (SFN) começou pela criação do Banco central com a Lei n. 4.595/1964. A mesma Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Econômicas e das Organizações

extinguiu a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e criou o Conselho Monetário Nacional (CMN) como órgão formulador de políticas econômicas e o Banco Central do Brasil (BACEN o BC) como o órgão executor e fiscalizador dessas políticas. Entretanto, a manutenção do Banco do Brasil (BB) como depositário das reservas voluntárias dos bancos comerciais, prestador de serviços de compensação de cheques e titular da "conta-movimento" para nivelamento das reservas com o Banco Central, acabou gerando a coexistência de duas autoridades monetárias.

Dessa forma, o governo não tinha um perfeito controle da política monetária. Nota-se ainda que foram acrescentadas ao Banco Central algumas funções atípicas de uma autoridade monetária como a de fomento agrícola, de comércio exterior, na verdade, a "conta-movimento" referida no parágrafo anterior era um passivo do BB em relação ao BACEN que foi criado devido à falta de infraestrutura da nova autoridade monetária para poder desempenhar seu papel. Em suma o mercado de intermediação financeira está contido no sistema financeiro nacional e o mesmo possibilita a questão do investimento, captação e remuneração do capital. Vale lembrar que era para ser uma conta provisória, ou seja, que existiria apenas em um momento transitório. Acontece que essa conta acabou sendo perpetuada por facilitar a liberação de empréstimos e financiamentos sem que estes constassem no orçamento do governo (Loureiro, 2011).

Figura 1 – Sistema Financeiro Nacional.



Fonte: Banco Central do Brasil

De acordo com informações do Banco Central do Brasil (BCB), o Sistema Financeiro Nacional (SFN) pode ser subdividido em entidades normativas, supervisoras e operacionais.

1.4.1 Órgãos normativos

1.4.1.1 O Conselho Monetário Nacional (CMN)

O Conselho Monetário Nacional (CMN), que foi instituído pela Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN. Integram o CMN o Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Econômicas e das Organizações

Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil. Dentre suas funções estão: adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetárias, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa (Brasil, 1964).

1.5.2 Demais Instituições Financeiras

1.5.2.1 Agências de fomento

As agências de fomento têm como objeto social a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede. Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e estar sob o controle de Unidade da Federação, sendo que cada Unidade só pode constituir uma agência. Tais entidades têm status de instituição financeira, mas não podem captar recursos junto ao público, recorrer ao redesconto, ter conta de reserva no Banco Central, contratar depósitos interfinanceiros na qualidade de depositante ou de depositária e nem ter participação societária em outras instituições financeiras. De sua denominação social deve constar a expressão "Agência de Fomento" acrescida da indicação da Unidade da Federação Controladora. É vedada a sua transformação em qualquer outro tipo de instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional. As agências de fomento devem constituir e manter, permanentemente, fundo de liquidez equivalente, no mínimo, a 10% do valor de suas

obrigações, a ser integralmente aplicado em títulos públicos federais (Resolução CMN n. 2.828, de 2001).

1.5.2.2 Associações de poupança e empréstimo

As associações de poupança e empréstimo são constituídas sob a forma de sociedade civil, sendo de propriedade comum de seus associados. Suas operações ativas são, basicamente, direcionadas ao mercado imobiliário e ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). As operações passivas são constituídas de emissão de letras e cédulas hipotecárias, depósitos de cadernetas de poupança, depósitos interfinanceiros e empréstimos externos. Os depositantes dessas entidades são considerados acionistas da associação e, por isso, não recebem rendimentos, mas dividendos. Os recursos dos depositantes são, assim, classificados no patrimônio líquido da associação e não no passivo exigível (Resolução CMN n. 52, de 1967).

1.5.2.3 Bancos de desenvolvimento

Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais, e têm como objetivo precípua proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e à longo prazo, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado. As operações passivas são depósitos a prazo, empréstimos externos, emissão ou endosso de cédulas hipotecárias, emissão de cédulas pignoratícias de debêntures e de Títulos de Desenvolvimento Econômico. As operações ativas são empréstimos e financiamentos, dirigidos prioritariamente ao setor privado. Devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima, com sede na capital do Estado que detiver seu controle acionário, devendo adotar, obrigatória e

privativamente, em sua denominação social, a expressão "Banco de Desenvolvimento", seguida do nome do Estado em que tenha sede (Resolução CMN 394, de 1976).

1.5.2.4 Bancos de investimento

Os bancos de investimento são instituições financeiras privadas especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros. Devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima e adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão "Banco de Investimento". Não possuem contas correntes e captam recursos via depósitos a prazo, repasses de recursos externos, internos e venda de cotas de fundos de investimento por eles administrados. As principais operações ativas são o financiamento de capital de giro e capital fixo, subscrição ou aquisição de títulos e valores mobiliários, depósitos interfinanceiros e repasses de empréstimos externos (Resolução CMN 2.624, de 1999).

1.5.2.5 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado em 1952, como autarquia federal, foi enquadrado como uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, pela Lei n. 5.662, de 21 de junho de 1971. O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país. Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo e custos competitivos, para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a

comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no país, bem como para o incremento das exportações brasileiras. Contribui, também, para o fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e desenvolvimento do mercado de capitais.

Uma importante transformação no BNDES³ ocorreu em 1971, quando ele se tornou uma empresa pública. A mudança possibilitou maior flexibilidade na contratação de pessoal, maior liberdade nas operações de captação e aplicação de recursos e menor interferência política. O Banco, nos anos 70, foi uma peça fundamental na política de substituição de importações. Os setores de bens de capital e insumos básicos passaram a receber mais investimentos, o que levou à formação do mais completo parque industrial da América Latina. Começaram os investimentos em segmentos ainda incipientes, como a informática e a microeletrônica (Machado, 2009).

1.5.2.6 Cooperativas centrais de crédito

As cooperativas centrais de crédito, formadas por cooperativas singulares, organizam em maior escala as estruturas de administração e suporte de interesse comum das cooperativas singulares filiadas, exercendo sobre elas, entre outras funções, supervisão de funcionamento, capacitação de administradores, gerentes e associados, e auditoria de demonstrações financeiras (Resolução CMN 3.106, de 2003).

1.5.2.7 Sociedades de crédito, financiamento e investimento

As sociedades de crédito, financiamento e investimento, também conhecidas por financeiras, foram instituídas pela Portaria do Ministério da Fazenda 309, de 30 de novembro

³ Disponível em: www.bndes.gov.br

de 1959. São instituições financeiras privadas que têm como objetivo básico a realização de financiamento para a aquisição de bens, serviços e capital de giro. Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Crédito, Financiamento e Investimento". Tais entidades captam recursos por meio de aceite e colocação de Letras de Câmbio (Resolução CMN 45, de 1966) e Recibos de Depósitos Bancários (Resolução CMN 3454, de 2007).

1.5.2.8 Sociedades de crédito imobiliário

As sociedades de crédito imobiliário são instituições financeiras criadas pela Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 1964, para atuar no financiamento habitacional. Constituem operações passivas dessas instituições os depósitos de poupança, a emissão de letras e cédulas hipotecárias e depósitos interfinanceiros. Suas operações ativas são: financiamento para construção de habitações, abertura de crédito para compra ou construção de casa própria, financiamento de capital de giro a empresas incorporadoras, produtoras e distribuidoras de material de construção. Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima, adotando obrigatoriamente em sua denominação social a expressão "Crédito Imobiliário" (Resolução CMN 2.735, de 2000).

1.5.2.9 Sociedades de crédito ao microempreendedor

As sociedades de crédito ao microempreendedor, criadas pela Lei n. 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, são entidades que têm por objeto social exclusivo a concessão de financiamentos e a prestação de garantias a pessoas físicas, bem como a pessoas jurídicas classificadas como microempresas, com vistas a viabilizar empreendimentos de natureza

profissional, comercial ou industrial de pequeno porte. São impedidas de captar, sob qualquer forma, recursos junto ao público, bem como emitir títulos e valores mobiliários destinados à colocação e oferta públicas. Devem ser constituídas sob a forma de companhia fechada ou de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, adotando obrigatoriamente em sua denominação social a expressão "Sociedade de Crédito ao Microempreendedor", vedada a utilização da palavra "Banco" (Resolução CMN 2.874, de 2001).

1.5.2.10 Bolsas de Valores

As bolsas de valores são sociedades anônimas ou associações civis, com o objetivo de manter local ou sistema adequado ao encontro de seus membros e à realização entre eles de transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários, em mercado livre e aberto, especialmente organizado e fiscalizado por seus membros e pela Comissão de Valores Mobiliários, possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa (Resolução CMN 2.690, de 2000).

1.6 INCENTIVOS E FONTES DE FINANCIAMENTO EMPRESARIAL DE LONGO PRAZO

A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, ao regulamentar o artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição da República Federativa do Brasil, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, por meio das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos (Brasil, 1989).

Atualmente, os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): parcela de recursos tributários da União são destacados para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País.

Essa destinação está prevista na Constituição Federal de 1988. Assim, os recursos que compõem esses Fundos correspondem a 3% do produto da arrecadação do IPI e IR. Deste total, cabe ao FNO 0,6%, ao FCO 0,6% e ao FNE 1,8%. Além disso, compõem os recursos desses Fundos os retornos e resultados de suas aplicações, o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial e as disponibilidades dos exercícios anteriores (Brasil, 1988).

Os investimentos dentro do sistema econômico somente se tornam possível, por meio de linhas de financiamento de longo prazo, isso poderia e deveria ocorrer com grande frequência, mas existem fatores que contribuem e ou não para eu isso ocorra. Assim de acordo Araújo e Dias (2006) assim, é possível verificar que o mercado monetário da economia está afetando o setor real, tanto pelas reservas bancárias, que afetam a quantidade de empréstimos destinada a investimentos.

De um lado temos o sistema financeiro e de outro temos as empresas tomadoras de empréstimos e existe uma lacuna entre os interesses dos mesmos. Conforme Araújo e Dias (2006) um sistema bancário competitivo que recebe o depósito das famílias e concede empréstimos as firmas. Assumimos que esse sistema de intermediação possui custos para a atividade econômica.

Esses custos resultam em um repasse dos mesmos para o setor empresarial e isso implica em muitas vezes na inviabilidade da tomada de capital por parte das empresas. De acordo com Machado (2009), na eficiência alocativa um sistema financeiro é considerado

eficiente se ele for capaz de mobilizar e alocar recursos para empreendimentos que prometem maior retorno social, especialmente em se tratando de objetivos de longo prazo.

Conforme Araújo e Dias (2006) o sistema financeiro torna a alocação dos recursos monetários mais eficientes, o que conduz a uma maior captação de poupança e em consequência, a elevação no volume de recursos a serem emprestados. Tais recursos quando destinados a maiores investimentos em capital físico e humano, geram maior crescimento econômico. De acordo com Machado (2009), para que distorções sejam eliminadas é necessária cuidadosa política de liberalização que opte pelo mercado interno de capitais, por que é dele que ocorre o mau uso do trabalho na terra e impede o desenvolvimento da capacidade empresarial.

De acordo com o governo do Estado de Goiás, estão sendo oferecidos vários incentivos que estão contribuindo com o desenvolvimento da comercial e indústria de Goiás, entre esses se destacam o Produzir, o Banco do Povo e o Farol. A atuação do SEBRAE-GO, SENAI-GO, SENAC-GO através de assessoramentos e qualificação de mão-de-obra é de suma importância para a consolidação das confecções no Estado (Borges, 2014).

Ainda segundo o Governo do Estado, os micros e pequenos empresários recebem vários mecanismos de apoio que são eles: linhas de crédito com taxas de juros diferenciados, incentivos fiscais, redução da carga tributária, treinamentos e capacitação gerencial e desburocratização em todos os procedimentos oficiais em órgãos do Estado e na prefeitura.

1.6.1 Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO)

O Fundo de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) é um fundo de crédito criado pela Constituição Federal de 1988 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste. As empresas e os produtores rurais que desejarem iniciar,

ampliar ou modernizar atividades produtivas, na Região, podem contar com o apoio do FCO para financiar seus empreendimentos com longo prazo de pagamento e baixas taxas de juros. Para solicitar financiamento com recursos do FCO, o interessado deve ser empresário ou produtor rural que desenvolva atividades no Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul (Figura 2). Em alguns casos, a concessão de crédito está condicionada à existência de recursos do próprio proponente, correspondentes à sua participação no investimento, e ao cadastro atualizado no Banco do Brasil (Brasil, 1988).

Figura 2 – Regiões beneficiadas pelos FCF



Fonte: MIN (2009)

O Fundo Constitucional de FCO foi criado pela Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos. A Programação do FCO para 2016 foi

elaborada pelo Banco do Brasil e aprovada pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco, em consonância com as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei n. 7.827; as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015); as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.º 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015); a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO); e as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

De acordo com o site do Banco do Brasil⁴ para efeito da aplicação dos recursos do FCO, serão consideradas prioritárias as atividades assim propostas pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), com base nas sugestões das Unidades Federativas, e aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Condel/Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.º 37, de 27.10.2015, publicada no DOU de 28.10.2015, e alterada pela Resolução Condel/Sudeco n.º 45, de 26.04.2016, publicada no DOU de 02.05.2016), conforme relacionadas a seguir:

- a) Projetos de apoio a mini, pequenos e pequeno-médios tomadores, inclusive de apoio a empreendedores individuais e à agricultura familiar;
- b) Projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, de alianças mercadológicas e de arranjos produtivos locais, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;

⁴ Disponível em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3811219/FCO+-+Programa%C3%A7%C3%A3o+2016.11.01.pdf/c0002561-b53d-4932-aa37-0f138240a11f>. Acesso em 20 out. 2018.

- c) Projetos voltados para a conservação e a proteção do meio ambiente, a recuperação de áreas degradadas/alteradas, de reserva legal, de matas ciliares e/ou de preservação permanente, a recuperação de vegetação nativa e o desenvolvimento de atividades sustentáveis, bem como projetos de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF);
- d) Projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada e projetos que viabilizem a introdução de inovações tecnológicas nos sistemas produtivos, contemplando o apoio ao desenvolvimento tecnológico, implantação de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento, aquisição de equipamentos, aquisição de licenças de uso de tecnologias e processos, assim como o suporte às atividades de proteção do conhecimento (registro de marcas e patentes);
- e) Projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos turísticos;
- f) Projetos da indústria, prioritariamente: as atividades industriais voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia produtiva da indústria de alimentos e bebidas, vestuário, mobiliário, metal-mecânico, editorial e gráfico, fármacos e químico, construção civil e tecnologia da informação e das áreas de desenvolvimento econômico; e as atividades industriais consideradas estratégicas para a consolidação de parques industriais.
- g) Projetos do setor comercial e de serviços, prioritariamente:
- h) As atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais e industriais; a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos

agrícolas, rações etc.); a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares; a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino, de aperfeiçoamento profissional e de prática de esportes; e o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços defasados tecnologicamente e que necessitem de modernização.

- i) Projetos de apoio a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;
- j) Projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada e para o armazenamento e a distribuição de água, bem como projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca e da aquicultura;
- k) Projetos que apoiem a criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra e inter-regionais de renda;
- l) Projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): municípios da Faixa de Fronteira; municípios da Mesorregião de Águas Emendadas; municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste e do Oeste Goiano.
- m) Projetos que utilizem fontes alternativas de energia, contribuindo para a diversificação da base energética, observada a vedação de que trata o inciso I do art. 6º da Portaria MI n.º 201, de 28.08.2015, publicada no DOU de 31.08.2015, Seção 1, pp. 82-83, e

alterada pela Portaria MI n. ° 71, de 20.04.2016, publicada no DOU de 25.04.2016, Seção 1, p. 27.

Uma das principais vantagens em obter financiamento com recursos do FCO é a baixa taxa de juros das operações (Morais, 2014). A taxa é definida na legislação do FCO e varia de acordo com o porte de cada cliente, conforme a seguir:

Tabela 1 – Taxa de juros de operação FCO.

Segmento	Porte	Faturamento ou Renda Bruta	Taxa de Juros (% a.a.)*
Empresarial	Micro	até R\$ 240 mil	6,75
	Pequeno	acima de R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões	8,25
	Médio	acima de R\$ 2,4 milhões até R\$ 35 milhões	9,50
	Grande	acima de R\$ 35 milhões	10,00
Rural	Mini	até R\$ 150 mil	5,00
	Pequeno	acima de R\$ 150 mil até R\$ 300 mil	6,75
	Médio	acima de R\$ 300 mil até R\$ 1,9 milhão	7,25
	Grande	acima de R\$ 1,9 milhão	8,50

*Taxas sujeitas a alteração.

Fonte: site do Banco do Brasil (2017).

Este fundo de investimento é direcionado ao empresariado em geral tanto pessoas físicas como jurídicas, as linhas de crédito para indústria, comércio, turismo, serviços, infraestrutura e incentivo a exportações, são atendidos pelo FCO – empresarial. O FCO rural é um Programa de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural e Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF⁵ (Morais, 2014).

⁵ É um programa do Governo Federal que possui o objetivo de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar a partir do financiamento de atividades e serviços agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas que possam melhorar a qualidade de vida das famílias produtoras (Silva, 2014).
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Econômicas e das Organizações

Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) é uma linha de financiamento voltada EXCLUSIVAMENTE para a implantação e/ou ampliação de empresas que desenvolvam atividades produtivas, com tratamento preferencial às pequenas e microempresas com uso intensivo de matérias-primas e mão de obra local. Estas linhas adotam prazos de carência, limites de financiamento, juros e outros encargos favorecidos ou diferenciados em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais de cada empreendimento. Para a obtenção destes financiamentos com taxas de juros subsidiadas são priorizados projetos com alto grau de geração de emprego e renda de forma a contribuir para a dinamização regional. Os recursos do FCO são oriundos do Tesouro Nacional (Morais, 2014).

1.6.1.1 Perfil de distribuição do FCO

De acordo com informações da Superintendência para o desenvolvimento do Centro – Oeste (SUDECO). O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste foi criado em 1988 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste brasileiro. Regulamentado pela Lei n. 7.827 de 27 de setembro de 1989, têm o propósito de mudar o perfil da economia regional, gerando impactos dinâmicos na diversificação e modernização da estrutura produtiva (Brasil, 1989).

São disponibilizados 3% (três por cento) do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Produtos Industrializados, entregues pela União, na forma do artigo 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal distribuídos entre as Regiões Norte (0,6%), Nordeste (1,8%) e Centro-Oeste (0,6%). O aporte permanente dos recursos do Fundo (29% para Goiás, 29% para Mato Grosso, 23% para Mato Grosso do Sul e 19% para o Distrito Federal) possibilita financiamentos de longo prazo para

os setores econômicos, gerando novas perspectivas de investimentos para o empresariado comprometido com a dinamização da economia regional (Morais, 2014).

1.6.2 Programa de Incentivo Fiscal FOMENTAR

Criado em 1984 através da Lei n. 9.489/84, o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) torna-se um dos principais programas de estímulo fiscal para a economia goiana para estimular a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento do Estado. Segundo a Secretária de Desenvolvimento (SED), os resultados obtidos, nestes últimos 24 anos, foi o surgimento de um forte parque industrial alicerçado num amplo crescimento da agroindústria goiana. Hoje, são milhares de empregos diretos e indiretos que confirmam a tese "é preferível ter-se 30% de algo, que 100% de nada".

A experiência obtida com o FOMENTAR possibilitou Goiás criar um novo Programa de atração de investimentos - o PRODUZIR - que está situando o Estado como uma das melhores opções para investimentos no Brasil. O programa teve a edição na Lei nº 16.285, de 30 de junho de 2008, foi possibilitado às empresas beneficiárias do programa FOMENTAR migrar para o PRODUZIR, bem como, as mesmas poderão reformular seus projetos dentro do FOMENTAR. Sua criação está associada ao II PND de forma que este concebeu as condições para buscar o desenvolvimento industrial por meio de benefícios fiscais. Esses benefícios fiscais funcionavam de forma que o empresário recebia o benefício de financiar 70% do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) em um prazo de 5 a 7 anos, ocorrendo encargos financeiros de no máximo 33%, mas sem atualização monetária (Morais, 2014).

Segundo Paschoal (2001: 37), para o financiamento do programa foi utilizado meios secundários de recursos como:

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Econômicas e das Organizações

- De créditos orçamentários que fossem destinados pelo poder público;
- De recursos a qualquer título, colocados a disposição pelas instituições públicas e privadas;
- De rendimentos operacionais, inclusive os provenientes:
 - 1) De cobrança de encargos financeiros;
 - 2) De reembolso de capital despendido;
 - 3) Do produto de alienação de bens adquiridos pelo Fundo ou a ele incorporado;
 - 4) De aplicação em títulos imobiliários;
 - 5) E, de outras fontes ou aplicações não especificadas.

Para ser implantado, o Governo de Goiás, junto aos Municípios, teve que adotar algumas medidas como: isenção de ICMS pelo prazo de cinco anos, isenção sobre o consumo de água, energia elétrica e telefone, além de isenção de juros e correção monetária para empréstimos concedidos (Paschoal, 2001).

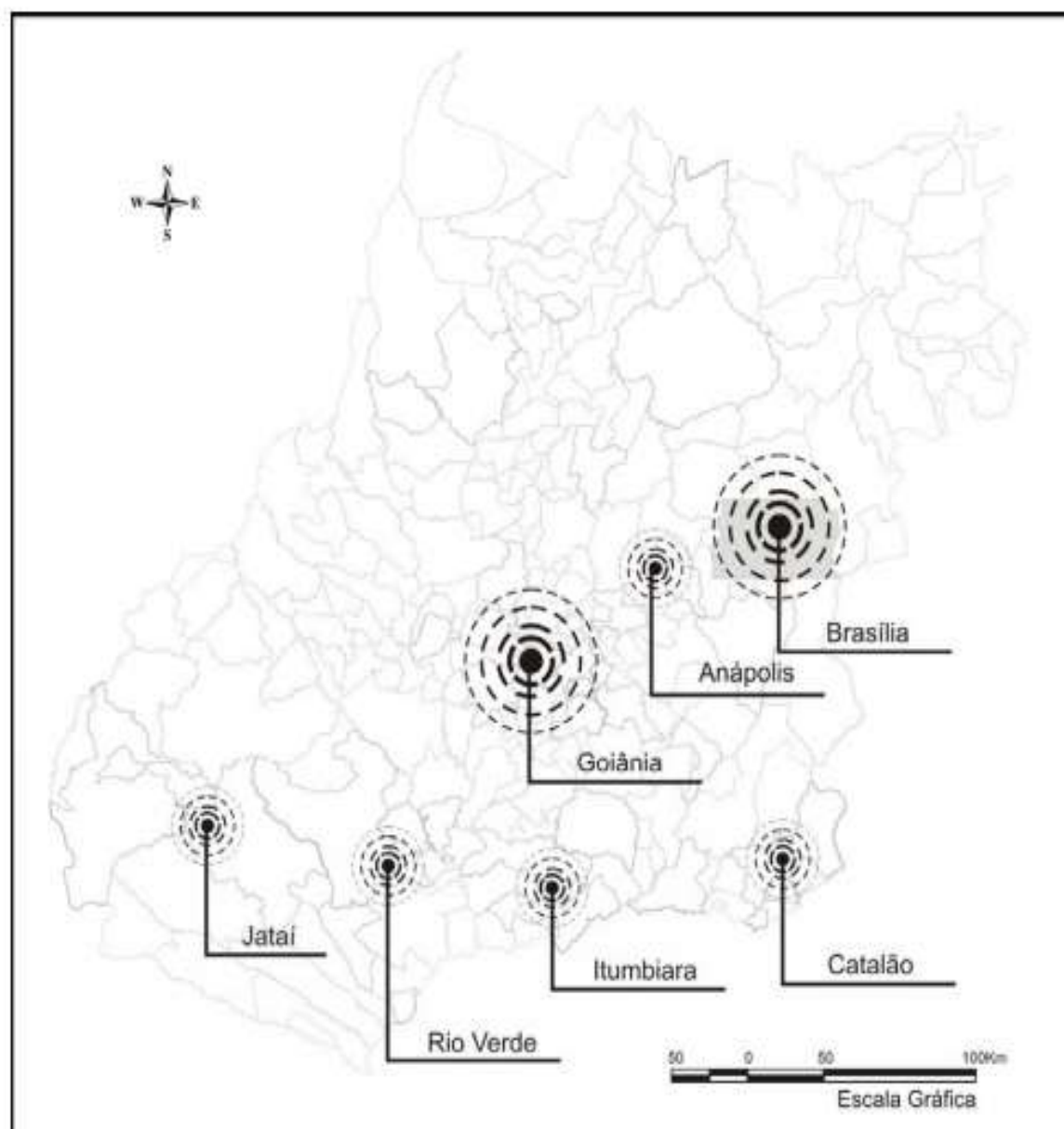
Para a obtenção do benefício, alguns critérios deveriam ser atendidos pela empresa, como localização do empreendimento, mercado do produto, geração de empregos, pioneirismo, entre outros. De forma geral, o programa objetivava atender segmentos industriais específicos, sendo eles:

- 1) Processamento de matérias-primas naturais e indústrias acessórias, como embalagens, adubos e rações;
- 2) Química, farmacêutica e automobilística, com a tentativa de diversificação da economia;
- 3) Setores tradicionais como de confecções, calçados e móveis, com objetivos de promover o adensamento de suas cadeias produtivas (CASTRO *apud* Romanatto, Arriel, & Lima, 2012).

Conforme observado por Bandeira (1999), o FOMENTAR foi responsável por viabilizar parte significativa da proliferação industrial no Estado, visto que, até então, estava ocorrendo uma diminuição do capital regional e aumento do capital estrangeiro, ou seja, a competição estava deixando de lado empresas regionais bem como cooperativas.

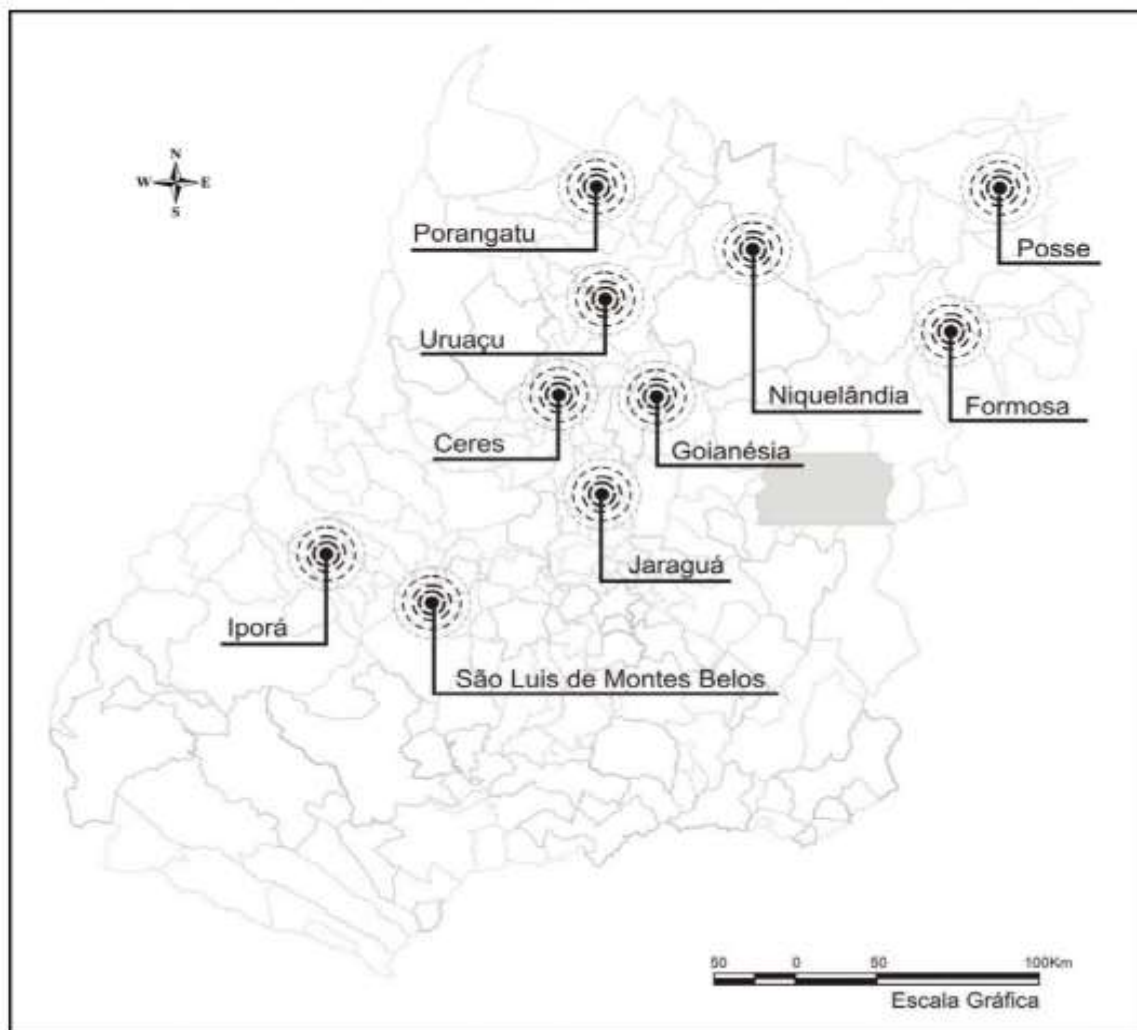
Antes disso, começam a surgir os distritos agroindustriais criados pelo governo do Estado, a destacar o Distrito Agroindustrial de Anápolis (criado em 1976), Itumbiara (criado em 1978) e o Distrito de Catalão criado em 1980. Estes exerceram papel indispensável para a transformação da economia goiana e consolidação do Centro-Oeste na economia nacional, conforme as Figuras 3 e 4.

Figura 3 – Cidades classificadas como polos regionais.



Fonte: Arriel (2010: 72).

Figura 4 - Cidades classificadas como subpolos regionais.



Fonte: Arriel (2010: 75).

Bandeira (1999: 42) nos mostra que a consolidação e reais desenvolvimentos dos distritos agroindustriais são viabilizados tão somente frente ao papel desempenhado pelo FOMENTAR como:

[...] a instalação das indústrias, dos diversos setores, especialmente as ligadas aos setores grãos-carne, somente foi possível, em larga medida, graças a esse instrumento estadual de política pública que previa o “financiamento de ICMS gerado pelas empresas incluídas no programa de incentivo do governo de Goiás, de 70%, por prazos de 05 a 10 anos, passando a ser um atrativo para os investimentos deslocados representados no Programa, porém destacam-se como maiores beneficiárias desses incentivos, as empresas ligadas ao setor produtivo rural-agroindustriais que desempenham papel vital para o estado na medida em que aproveitam as matérias-primas do setor primário.

Além do estímulo fiscal, a instalação dessas indústrias nos respectivos distritos, foi viabilizada por meio de concessão da infraestrutura básica para a operação dos negócios,

como por exemplo, o abastecimento de água, energia elétrica e cabos de telefonia, vias asfaltadas, construções de galpões, além de benefícios técnicos institucionais, como assistência técnica para solicitação de benefícios fiscais, assistência às empresas exportadoras e importadoras, isenção de IPTU e ISS, entre diversos outros (IBID, p. 43 e 44).

Desse modo, torna-se evidente o papel crucial do Estado para o desenvolvimento da região, uma vez que não somente era necessário estimular o empresário a investir localmente, mas também necessário existir uma infraestrutura que viabilize seus investimentos. Sem tais políticas públicas incentivando a atividade econômica, questiona-se seriamente a possibilidade de ter havido o crescimento e desenvolvimento econômico que aqui houve.

Outro instrumento de política fiscal empregado, que serviu de auxílio ou complemento aos benefícios gerados pelo FOMENTAR, é o chamado Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO. Trata-se de uma linha de crédito especial concedida subsidiada por meio da manutenção de juros baixos, com objetivo de fomentar a agroindústria local, através de: utilização de matéria-prima regional, intensificação, diversificação e modernização da agropecuária; melhoramento do parque industrial; redução de carências em infraestrutura econômica e a valorização do setor turístico (IBID, p. 44).

O Fundo, atualmente, é um instrumento para quem desejam expandir suas Atividades, seja por meio de investimentos de capital ou aquisição de capital de giro. Existem várias linhas de financiamento específicas para a atividade econômica. Os prazos do financiamento podem durar até 20 anos, com carência de até cinco anos. Para adquiri-lo, é necessário a elaboração de um projeto técnico ou projeto de viabilidade econômico-financeiro, e procurar alguma das instituições financeiras intermediárias (Banco do Brasil, Goiás Fomento, etc.). As Tabelas 2 e 3, trazem os detalhes das linhas de crédito concedidas, de acordo com o porte da empresa e a finalidade do financiamento.

Tabela 2 – FCO para Investimento e Capital de Giro Associado – 2013.

Porte	Classificação (base no faturamento)	Juros % a.a		% com bônus de Adimplência (1)	
		01/01 a 30/06/13	01/07 a 31/12/13	01/01 a 30/06/13	01/07 a 31/12/13
EI (2)	Até R\$ 60 mil				
Micro (3)	Até R\$ 360 mil				
Pequena	Entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões				
		3,5300	4,1200	3,0005	3,5020
Pequeno-Médio	Entre R\$ 3,6 milhões e R\$ 16 milhões				
Média	Entre R\$ 16 milhões e R\$ 90 milhões				
Grande	Acima de 90 milhões				

Fonte: Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável

Tabela 3 – FCO para Aquisição de Insumos e Matéria Prima e Formação de Estoques para Venda – 2013.

Porte	Classificação (base no faturamento)	Juros % a.a	% Com bônus de Adimplência (1)
EI (2)	Até R\$ 60 mil	6,7500	5,7375
Micro (3)	Até R\$ 360 mil	6,7500	5,7375
Pequena	Entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões	8,7500	7,0125
Pequeno-Médio	Entre R\$ 3,6 milhões e R\$ 16 milhões	9,5000	8,075
Média	Entre R\$ 16 milhões e R\$ 90 milhões	9,5000	8,075
Grande	Acima de 90 milhões	10,0000	8,5

Fonte: Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável

Como pode ser observado, quanto menor o porte da empresa, maior o benefício concedido através de juros mais baixos. Isso se justifica pelo motivo de buscar-se estimular ainda mais atividade de micro e pequenos empresários, considerados pelo SEBRAE como o principal meio de criação de empregos e estímulo ao empreendedorismo, estimulando a competitividade e atendimento das necessidades da população.

Por fim, para observa-se os resultados e importantes mudanças que o FOMENTAR trouxe para Goiás, cabe destacar a atração de grandes grupos empresariais, conforme disponibilizado por Arriel (2010: 16):

Neste período começaram a surgir os primeiros grandes empreendimentos do ramo de processamento de alimentos, com a atração de empresas como a Perdigão, Granol, Caramuru, e a forte expansão de empresas locais como a Mabel e a então Arisco. Além de importantes indústrias que dão início a um processo de diversificação industrial em Goiás, como CAMECO (John Deere) e MMC (Mitsubishi) em Catalão, que servem de base para a expansão da metal mecânica, e grandes laboratórios farmacêuticos, como Têuto e Neoquímica, que foram âncora para o desenvolvimento de um polo do segmento em Anápolis.

Esses grupos industriais foram de importância única para o desenvolvimento da região, com criação de empregos e abertura para geração de novos negócios, principalmente em se tratando de oportunidades no setor de serviços, uma vez que indústrias de grande porte, via de regra servem como centro gravitacional de outras atividades econômicas.

1.6.2.1 Requisitos para ser Beneficiado pelo programa FOMENTAR

Para Arriel (2010) após ser sancionado o decreto e estabelecida à lei do programa FOMENTAR, os recursos disponíveis para financiar o programa deveriam ser conduzidos em especial para as atividades agroindustriais, e a empreendimentos considerados de alta relevância para o desenvolvimento econômico do Estado de Goiás. Esses requisitos advinham da proposta da Diretoria Executiva do Fundo ao Conselho Deliberativo, a quem competia sua validação, depois de ser feita uma avaliação rigorosa.

Para Paschoal (2009), cada requisito solicitado para se beneficiar do programa foi definido pela legislação a atribuição de pontuação que varia de 10 a 20, a seguir seis requisitos solicitados:

- **O grau de integração dos empreendedores:** Quanto maior a utilização de matéria-prima regional, maior seria considerada a integração do empreendimento e maior seria a pontuação estabelecida, cumprindo esse requisito teria pontuação máxima.

- **A localização do empreendimento:** A pontuação em relação a localização da empresa era de acordo com a distância às rodovias municipais, estaduais e federais, em uma faixa de até 100 km de largura ao longo das rodovias já pavimentadas, a pontuação obtida seria a máxima, de 20 pontos, as não pavimentadas com 25 pontos, de 100 a 200 km em rodovias não pavimentadas 35 pontos.

- **O mercado a que os empreendimentos se destinassem:** O Fundo visava ao fortalecimento do mercado interno, sendo então, 50% da mercadoria produzida deve ser destinada ao mercado local (ao próprio município). A pontuação recebida seria de 25.

- **Por meio de geração de empregos:** Acima de 1.000 empregos gerados, obtinha-se 50 pontos, e de 300 a 999, a pontuação seria de 40, de 200 e 299 empregados a pontuação seria 30, e 100 empregados a 199 a pontuação seria 20, de 50 a 99 empregados a pontuação seria 15 e de 01 a 49 empregados a pontuação seria 10.

- **A diversidade e Criatividade:** A obtenção dos pontos estaria na dependência dos seguintes elementos:

- 1) Existência de similar no Estado – 25 pontos;
- 2) Inexistência de similar no local – 15 pontos;
- 3) Existência ou similar no Estado, porém sem significar restrição ou congestionamento no mercado – 10 pontos;
- 4) Existência de similar no local, porém sem significar limitações ao acúmulo de mercado – 5 pontos.

- **Pontuação extra:** A expansão de estabelecimentos industriais em Goiás receberá 15 pontos adicionais para efeito de avaliação e enquadramento nos benefícios do FOMENTAR.

Diante do somatório das pontuações obtidas por meio do cumprimento dos requisitos, cada empresa se enquadraria em alguns requisitos definindo assim as diferentes participações dos recursos concedidos pelo programa. A Tabela 4 demonstrando as cinco faixas de pontuação, classificadas em A, B, C, D e E.

Tabela 4 - Limites e quantidades de pontos estabelecidos pelo decreto nº 2.453/83.

Faixa de pontos	Participação dos recursos do FOMENTAR nos investimentos	Quantidade
A	De 100% (cem por cento)	Igual ou superior a 145
B	De 90 (noventa por cento)	De 120 a 144
C	De 80% (oitenta por cento)	De 101 a 119
D	De 70% (setenta por cento)	De 80 a 100
E	De 60% (sessenta por cento)	Inferior a 80

Fonte: Paschoal, 2009, p.41

Depois de estabelecido o percentual a ser financiado para cada empreendimento, foi estabelecido o prazo para pagamento, no entanto, esse prazo sofreu uma brusca alteração pelo Decreto de nº 3.822/1992, passando de cinco anos para trinta anos, sendo trinta anos de isenção com mais trinta para pagamento, totalizando sessenta anos (Brasil, 1992).

O pagamento dessas dívidas nem chegaram a acontecer, pois mais da metade do crédito de ICMS que foram gerados nem foram contabilizados, e a existência de passivos nos balancetes das empresas acabavam depreciando a possibilidade de as mesmas conseguirem o financiamento, sendo assim, era possível zerar legalmente essa dívida com o Estado. Mediante a esse fato, cresceram muito as pressões em cima do governo, obrigando a isentar as empresas da tal dívida.

No entanto, esses créditos que foram gerados se perderam devido à variação da inflação, e como não haveria correção monetária sobre o valor concedido as empresas e muito desses créditos não foram contabilizados pela União, e posteriormente o leilão, afirma-se que o programa nada acrescentou às receitas estaduais, porém o programa teve uma parte assertiva, pois a antecipação do Estado de pagamento da parte dos créditos fornecidos pelos 70% de ICMS do crédito que foi concedido as empresas, até aquele momento não havia entrado nos cofres públicos por causa do prolongamento do prazo de pagamento e resgate do benefício cedido as empresas, mas que porém pertencia ao programa (Paschoal, 2009).

Tabela 5 - Faturamento em (Bilhões de R\$) do setor industrial do Estado de Goiás – 1999 – 2007.

EMPRESA	CIDADE	Nº DE EMPREGOS	INVESTIMENTOS FIXOS (R\$)	CUSTO DO EMPREGO PARA O PROGRAMA
Cerveja Antártica Níger	Goiânia	1.140	79.875.424,00	70.066,17
Arisco Produtos Alimentícios	Goiânia	3.406	54.604.458,00	16.031,85
Cia Niq. Tocantins	Niquelândia	892	47.906.596,00	53.706,95
Lê Griffon S/A	Anápolis	1.121	44.770.569,00	39.938,07
Maeda S/A	Itumbiara	400	40.315.819,00	100.789,55
Caramuru Óleos Vegetais	Luziânia	358	35.077.977,00	97.789,55
agroelysa	São Simão	150	33.079.247,00	220.528,32
Alimentos Xereta	Itumbiara	102	28.776.101,00	282.118,64
Nutriz Agr. Ind, de Alim.	Ipameri	738	15.004.810,00	20.331,73
	Ipameri	299	13.580.805,00	45.420,76
TOTAL	-	8.606	392.991.806,00	946.915,22

Fonte: Elaborada por PASCHOAL, 2009 a partir de dados retirados do relatório de Auditoria realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no FOMENTAR no período compreendido entre 1986 a 1994. * Os investimentos realizados couberam ao Estado e aos Municípios

Além disso, a Tabela 6 traz o número de projetos aprovados pelo FOMENTAR e o número de contratos vigentes e encerrados.

Tabela 6 - Projetos aprovados e projetos efetivamente implantados pelo FOMENTAR – 1985-2003.

Projetos Aprovados	Projetos Implantados		
	Em Utilização	Encerrados	Total
1.565	245	12	364

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Executiva do FOMENTAR/PRODUZIR/SIC (*apud*, Ariel, 2010).

1.6.3 Produzir

O Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) e o Fundo de Atividades Industriais (FUNPRODUZIR) foram implantados pelo governo do Estado de Goiás em 18 de janeiro de 2000, pela Lei n. 13.591, com o objetivo de corrigir as distorções promovidas pelo Fomentar entre elas a falta de apoio à micro, pequeno e médios empreendimentos. O programa Fomentar que foi extinto devido ao estabelecimento de novas diretrizes estratégicas para apoio ao fomento industrial, o programa Fomentar foi reformulado dando origem ao Produzir (Goiás, 2000).

Pode-se dizer que o objetivo essencial do Produzir é apoiar novos investimentos produtivos para o Estado de Goiás e também incentiva a expansão, modernização e diversificação do setor industrial de Goiás (Araújo, 2016). Estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica das estruturas produtivas e aumentando a competitividade do estado no cenário nacional e internacional, com ênfase na geração de emprego e aumento na renda e redução das desigualdades sociais e regionais (Borges, 2014).

Esse programa é administrado tanto por conselho deliberativo quanto pela comissão executiva, sendo compostas pelas Secretarias de Governo, Associações de empresários e Federações. O programa Produzir, em virtude da globalização da economia, está aberto para

receber constantes aperfeiçoamentos através de sugestões das entidades que compõem a Fórum empresarial e do Comitê Técnico criado para essa finalidade (Borges, 2014).

A principal diferenciação entre o Programa Fomentar e o Produzir é que o último constitui-se num empréstimo financeiro e não fiscal. O Produzir proporciona incentivos às empresas de 70%, e aos pequenos e micro investidores por meio do MICROPRODUIR, com concessão de até 90% do ICMS às Microempresas, sendo por um prazo máximo de cinco anos⁶.

O PRODUIR surge no ano 2000 em substituição ao FOMENTAR e mantém como objetivo os mesmos segmentos industriais visados por este, assim como preserva os mesmos objetivos deste. Segundo a Sede de Desenvolvimento Industrial em Goiás (SED), O PRODUIR é um programa estadual que incentiva a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual com ênfase na geração de emprego, renda e redução das desigualdades sociais e regionais (Amaral, 2016; Araújo, 2016).

O programa em questão atua sob a forma de financiamento de parcela mensal de ICMS devido pelas empresas beneficiárias, tornando o custo da produção mais barato e seus produtos mais competitivos no mercado. Os prazos de fruição do benefício variam de acordo com a análise dos coeficientes de prioridade do projeto, calculados segundo critérios sociais e econômicos, especificados em regulamento (Araújo, 2016).

Um dos motivos do fim do FOMENTAR foi a criação de programa alternativo se deve às falhas ou problemas gerados por esse. Castro (2010) observa que dentre as falhas do FOMENTAR está o estímulo a regiões já densamente povoadas, como o entorno do Distrito Federal e o aglomerado urbano de Goiânia, algo que provocou uma considerável concentração urbana.

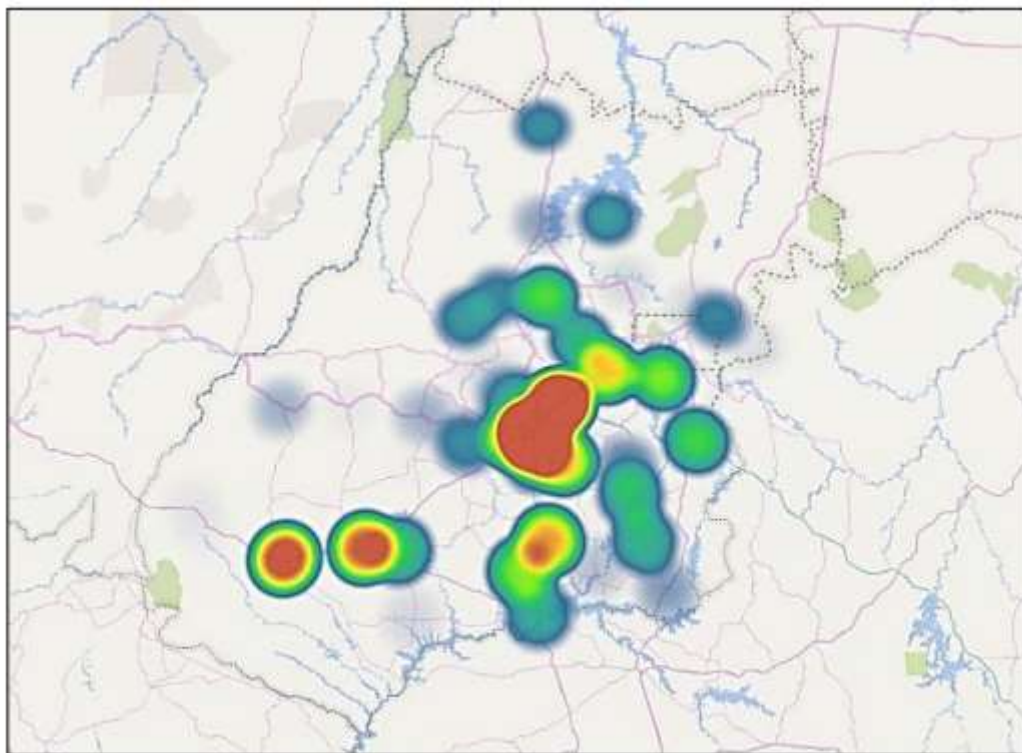
⁶ Disponível em: www.produzir.hpg.com.br. Acesso em 21 out. 2018.

Além disso, não contemplava pequenas empresas e aumentava sobre elas a inviabilidade operacional (problema contornado posteriormente pela criação do FCO). Também havia o problema do aumento considerável do passivo das empresas pelas parcelas não pagas do financiamento, isso prejudicava a saúde financeira da empresa e complicava a situação fiscal contábil em relação ao Estado (Amaral, 2016; Araújo, 2016).

Diante disso, o PRODUZIR possui a vantagem de fornecer a isenção (ou financiamento) do ICMS (antes ICM), em alíquotas diversas de acordo com o porte da empresa (incluindo então o benefício para micro e pequenas empresas). Cabe destacar o incentivo às empresas de micro e pequeno porte, as quais recebem até 90% de incentivo sobre o ICMS (Amaral, 2016).

Determinados trabalhos que se dedicaram a investigar os impactos do Produzir utilizaram-se dos dados, tanto de empregos, como de montantes incentivados, propostos nos projetos encaminhados pelas empresas à aprovação da Comissão do Programa (Amaral, 2016; Araújo, 2016). Tal abordagem decorre da falta de informações, inclusive por parte do Governo, disponíveis para se realizar tal avaliação, ou seja, a pesquisa poderia ser melhor estruturada e seus resultados mais relevantes caso os gestores públicos dispusessem de um controle efetivo de suas renúncias tributárias. Desta forma, foi solicitado via Serviço de Informações ao Cidadão, do Estado de Goiás, os dados referentes aos montantes dos incentivos efetivamente praticados no ano de 2014, por município. De posse destas informações, pode-se caracterizar o programa para o ano ora mencionado. A Figura 5 nos mostra a presença do Produzir, em valores incentivados, nos municípios goianos em 2014.

Figura 5 – Mapa da disposição do Produzir no Estado de Goiás em 2014, em valores incentivados



Fonte: Silva (2018, p. 32).

Para o ano de 2014 foram encontradas auditorias de 100 empresas, em 36 municípios diferentes. Através da Figura 5, percebe-se que o programa está concentrado no Centro do Estado, com grande presença também no Sul. O Norte de Goiás recebeu menos incentivo. A maioria dos municípios goianos sequer fora incentivada. Isto nos faz questionar a efetividade do programa, que busca diversificar e expandir a indústria goiana, principalmente levando desenvolvimento industrial ao Norte do Estado. Determinados autores destacam princípios para que estes programas alcancem seu propósito de desenvolvimento empresarial e regional, tais como: (i) ser devidamente planejados; (ii) contar com estrutura de prestação de contas; e (iii) realizar o acompanhamento dos resultados (BARTIK, 2005; FISHER; PETERS, 1997). Sendo assim, faz-se necessário que os gestores públicos se empenhem no que tange à: (i) elaboração de estratégias que tornem atraentes as regiões menos desenvolvidas; (ii) na

realização de auditorias em prazo mais curto; e (iii) na publicação de tais informações de forma mais ampla. A avaliação dos impactos de forma mais ágil poderá possibilitar a tomada de decisões tempestivas, bem como prestar contas à sociedade do recurso público, utilizado como indutor do desenvolvimento local, ao disponibilizar informações relativas aos resultados desta renúncia tributária.

1.6.3.1 Subprogramas do PRODUZIR

As informações sobre os desmembramentos do PRODUZIR em subprogramas ou programas direcionados a áreas específicas. Temos então, 6 subdivisões: microproduzir, centroproduzir, teleproduzir, comexproduzir, tecnoproduzir e logproduzir. Cada um tem seu detalhamento próprio, descrevendo adequadamente as condições estabelecidas.

Percebe-se então o esforço empregado para estimular áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento regional como um todo, focando no estímulo a microempresas, empresas de logística, tecnologia, informática e telecomunicações, entre outros (Castro, 2014).

– Empresas Beneficiadas pelo programa PRODUZIR

Tabela 7 - Projetos aprovados com incentivos/PRODUZIR – 2009 – 2014.

Ano	Nº de Empresas	Nº de Empregos	Investimentos Fixos (R\$ mil)
2009	91	11.040	2.023.903
2010	93	7.135	764.918
2011	73	5.810	2.018.967
2012	78	5.414	786.889
2013	108	7.374	977.103
2014	77	5.781	301.029

Fonte: SIC-GO / PRODUZIR. Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2016.

1.6.4 Crescimento do Setor Industrial após a implantação do PRODUIR

Conforme já demonstrado até aqui, a contribuição dos programas de incentivo fiscal foi peça chave para a promoção do desenvolvimento regional em Goiás. Além disso, sua atuação seu deu principalmente nos setores industriais e agropecuários. Agropecuário, pois, até então era o setor que apresentava maior crescimento na região, e industrial porque é o setor responsável por gerar maior riqueza e valorizar o mercado interno.

Nesse sentido, os números de faturamento obtidos pela indústria em Goiás no período vigente do PRODUIR. O crescimento constante do faturamento é perceptível, saltando de 10,8 bilhões de reais em 1997 para 45,3 bilhões de reais em 2007 (Amaral, 2016). Dentre os segmentos industriais beneficiados pelo PRODUIR, pode-se perceber uma ampla variedade de segmentos de atuação. Só em 2015, tivemos 85 empresas beneficiadas pelo programa, com geração de quase quatro mil empregos e mais de 250 milhões de reais em investimentos fixos.

Tabela 8 - Goiás: Projetos aprovados com incentivos/PRODUIR por atividade – 2014.

Atividades	Empresas	Nº de empregos	Investimentos Fixos (R\$ mil)
Total geral	85	3.995	254.628
Geradores e bombas	1	268	27.832
Indústria do álcool	1	146	25.840
Produtos de concreto em geral	1	333	21.755
Produtos origem animal	1	51	16.040
Transporte de carga	2	38	14.000
Fabricação de asfalto	1	173	13.752
Indústria de correlatos	1	232	10.886
Tubos e conexões	1	13	6.889
Indústria de produtos químicos	1	4	6.767
Torrefação e moagem café	1	10	6.669
Siderúrgico	1	50	6.601
Produção de rejeitos plásticos	1	38	6.051
Fabrica de móveis	1	200	5.810
Moveleiro	1	41	5.801
Medicamentos	1	143	5.726
Produtos automotivos	1	4	5.680
Plásticos	1	21	5.362
Abate de aves	2	265	4.594
Abate e corte de bovinos	1	18	4.011
Frigorífico	1	54	4.011
Embalagens	3	56	3.704

Argamassas e rejuntas	1	21	3.662
Cartonagem	2	81	3.588
Artigo de barro cozido	1	14	2.916
Cimento	1	9	2.875
Adubos e fertilizantes	1	25	2.705
Industria de PVC	1	16	2.700
Cosméticos	1	51	2.608
Farmacêuticos	1	7	2.533
Batata palha e onduladas	1	106	2.080
Geradores de energia	1	32	1.897
Pneumáticos	2	39	1.850
Máquinas equip. industrial	1	20	1.500
Madeira	1	26	1.312
Fraldas descartáveis	1	11	1.141
Indústria de produção rural	1	24	1.063
Artefatos de cimento	1	20	1.059
Vidros temperados	1	12	1.000
Cerâmica e barros cozido	1	22	981
Extração de pedras	1	21	900
Panificações	1	168	857
Corte e dobra de ferro	1	44	825
Cigarros e derivados	1	20	750
Têxteis	1	66	680
Vidros	1	7	605
Frigorífico de caprinos	1	66	602
Postes e artefat. Concreto	1	35	500
Laticínios	2	50	478
Fabricação de laticínios	1	100	470
Semi-jóias	1	5	417
Confecção	1	13	378
Exportação carnes	1	10	269
Demais atividades	26	696	1.648

Fonte: SIC-GO / PRODUZIR. Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2016.

Nos anos de 2015 e 2016, o número de contratos firmados para o programa foi mais de 1800. Em valores, tivemos mais de 45 milhões de reais liberados para as empresas. As informações estão na Tabela 9. Os recursos liberados se dividem para geração de capital de giro e investimento fixo. Dentre esses dois, maior parte foi para capital de giro, em ambos os anos. Ao tratarmos de atividade econômica, percebemos que nesses anos os recursos foram orientados em maior parte para os setores de comércio e serviços, seguidos pela indústria (Amaral, 2016).

Temos ainda a comparação de diferentes fundos de investimento do FUNMINERAL, Crédito Produtivo, Credi PAI, e o próprio PRODUIR. Nessa comparação é possível perceber que o Crédito Produtivo teve maior número de contratos estabelecidos, porém, o PRODUIR é, de longe, responsável pela liberação de maior parte dos recursos, conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 9 - Contratos e financiamentos da GOIÁS FOMENTO – 2015 – 2016.

Especificação	Quantidade de contratos		Valor liberado (R\$ mil)	
	2015	2016 ⁽¹⁾	2015	2016 ⁽¹⁾
Total	1.162	675	38.911.437	7.551.487
Recursos próprios por investimento	901	560	49.957	18.402
Investimento de Giro	583	416	29.222	11.263
Investimento Fixos/Mistos	318	144	20.735	7.139
Recursos próprios por atividade	901	560	49.957	18.402
Comércio	463	236	24.017	6.266
Serviço	326	200	19.142	8.302
Indústria	112	124	6.798	3.837
Agronegócio (CRA)	-	-	-	-
Fundos administrados	172	42	38.838.413	7.521.306
FUNMINERAL	20	5	4.321	596
Crédito Produtivo	96	-	1.634	-
Credi PAI	3	-	210	-
PRODUIR – Inc. fiscal	53	37	38.832.248	7.520.710
Recursos de Repasse	89	73	23.067	11.778
FCO	70	68	19.248	11.125
BNDES	19	3	3.819	653

Fonte: Agência de Fomento de Goiás S/A. Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2016.

Através de diversas políticas promovidas ao longo dos anos, o governo promoveu uma série de incentivos e investimentos, de forma que podemos entender a atuação do Estado tanto como alocando recursos, como distribuindo. Dentre essas políticas, o maior destaque recai para os programas FOMENTAR e PRODUIR, promovidos na década de 80 e no início do ano 2000, respectivamente. Esses foram os maiores programas sustentados pelo governo e

que buscaram o fortalecimento da agropecuária e da indústria em diversos segmentos (Amaral, 2016).

Em relação aos resultados auferidos por cada programa, pode-se verificar que o FOMENTAR deu início ao desenvolvimento econômico em níveis sem precedentes e, apesar de posteriores falhas estruturais, corrigiu seus defeitos no programa PRODUIR, que deu continuidade aos incentivos trazidos pelo FOMENTAR e ajudou a consolidar ainda mais a atuação agroindustrial na região.

As políticas fiscais de fomento à indústria de Goiás estão em vigor até hoje, e em 2014 as empresas contempladas pelos programas de incentivos fiscais, sendo eles o PRODUIR E FOMENTAR tiveram até o mês de junho para requerer a prorrogação do prazo dos benefícios fiscais que seria até o ano de 2020. (Agência de Fomento de Goiás S/A. - Instituto Mauro Borges/SEGPLAN-GO/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas, 2016).

1.7 DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DO ESTADO DE GOIÁS

De acordo com Borges (2014) a maioria dos economistas acredita que mercados competitivos, deixados por si mesmos, conduziram naturalmente ao desenvolvimento econômico. Entretanto, não há razões teóricas para se esperar que uma ordem espontânea promova o funcionamento econômico de forma harmônica na sociedade moderna.

Esteves (2004) ao longo do tempo, Goiás passou por transformações significativas no que se refere à sua estrutura social. Contudo, em nenhum momento de sua história, desde o início da mineração no século XVIII, as mudanças foram tão intensas quanto nas três últimas décadas do século passado e neste começo de milênio. Neste período, o Estado se tornou

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Econômicas e das Organizações

urbano e alcançou os primeiros lugares nos índices de urbanização do país. E em consequência disso surgiram diversos problemas sociais e ambientais.

Em meio a essas transformações, em 1988, o norte do Estado foi desmembrado, dando origem ao Estado do Tocantins. A partir da década de 1990 houve maior diversificação do setor industrial por meio do crescimento de atividades do setor de fabricação de produtos químicos, farmacêuticos, veículos automotores e produção de etanol. Um fator responsável pela atração desse capital foram os programas de incentivos fiscais estaduais implementados a partir da década de 1980 (Estevam, 2004).

Estevam (2004) o dinamismo econômico provocado por todos esses processos ocasionou também a redistribuição da população no território, por meio de um intenso êxodo rural. As novas formas de produção adotadas, intensivas em capital foram as principais responsáveis pela mudança da população do campo para a cidade. As cidades que receberam a maior parte desses migrantes do campo foram a capital Goiânia, as cidades do entorno de Brasília - como Luziânia e Formosa, e as cidades próximas às regiões que desenvolveram o agronegócio como Rio Verde, Jataí, Cristalina e Catalão.

De acordo com Estevam (2004) apesar da suposta “vocação natural” do Estado para agricultura, o papel interventor do setor público, tanto federal, como estadual, foram vitais para o processo de modernização da agricultura e desenvolvimento do setor agroindustrial. Segundo este autor em sua pesquisa mostra com detalhes como o setor público foi essencial para estruturação dessas atividades no território goiano. As culturas priorizadas foram, principalmente, a soja, o milho e, mais recentemente, a cana de a   ar. Essas culturas foram selecionadas devido seu maior potencial exportador e maior encadeamento com a indústria.

Estevam (2004) Goiás tornou-se também um local de alto fluxo migratório nas últimas décadas, tornando-se recentemente o Estado com maior fluxo migratório líquido do

país. As principais razões para esse alto fluxo migratório é a localização estratégica, que interliga praticamente todo o país por eixos rodoviários, o dinamismo econômico e também a proximidade com a capital federal - Brasília. Os indicadores que medem as condições de vida da população apresentaram desempenho positivo nas últimas duas décadas. Houve queda expressiva do número de pobres e extremamente pobres. Os indicadores de esperança de vida, mortalidade infantil, saúde, educação apresentaram melhorias significativas. Dentre os indicadores analisados, o único que não apresentou evolução desejável foi o de acesso a rede de esgoto sanitário.

A estratégia de desenvolvimento adotada pelo Estado de Goiás ao longo das últimas décadas foi baseada, fundamentalmente, no estímulo à atração de empreendimentos industriais, concentrando-se esforços, basicamente, na dotação de infraestrutura física requerida pelas plantas industriais e na oferta de reduções tributárias por meio dos incentivos fiscais. Essa estratégia mostrou-se eficiente para a alavancagem do crescimento econômico de Goiás e melhoria de alguns indicadores sociais, porém, esse modelo é insuficiente para o desenvolvimento homogêneo do território e incapaz de melhorar a distribuição funcional da renda (Oliveira, 2014).

Uma série de estudos reconhecem o papel do Estado central que, inspirado pela economia keynesiana, foi durante um certo período relativamente ativo na promoção do desenvolvimento regional e local. Durante a década de 1970 e 1980, a ação governamental foi particularmente forte no Brasil. Nesta linha, Castro descreve como os regulamentos econômicos federais e seus incentivos financeiros tendem a influenciar a localização das empresas. Crítica sobre os limites deste modelo, no entanto, mostrou que o desenvolvimento regional desigual permaneceu, mesmo depois de substanciais montantes de incentivos. Nas últimas décadas, com o surgimento de orientações neoliberais, vários autores argumentaram em favor de políticas endógenas como meio de promover o desenvolvimento.

A partir de 1970, o estado de Goiás lança o seu primeiro programa de incentivos, o GOIÁSRURAL. Este programa induziu à modernização da produção agrícola, facilitando a compra de insumos e foi um dos maiores atrativos para os migrantes sulistas que iniciaram a produção em larga escala de soja no estado.

Segundo Lopes (2008) o FOMENTAR, implementado em 1984, foi o programa que efetivamente acelerou o processo de industrialização, pois baseava-se na oferta de “subsídios financeiros ao ICMS de 70%, do imposto gerado com prazo de até 10 anos para usufruto e pagamento, com juros subsidiados e sem correção monetária”, que o tornava muito atrativo considerando-se os altos índices inflacionários do período. Foi substituído em 1999 pelo PRODUIR, que oferece a oportunidade de pagamento de 27% do imposto devido mensalmente e o diferimento dos 73% restantes para ser pago até 2020, além de se subdividir para oferecer benefícios direcionados para os diferentes setores e portes industriais.

Arriel e Castro (2009) ressaltam que, após 1999, além dos incentivos do PRODUIR, o governo do estado implementou um processo intenso de redução de alíquotas de ICMS e “criação de uma ampla gama de benefícios fiscais pontuais para ampliar a competitividade” do setor industrial goiano. Em Goiás existem 33 distritos industriais instalados em 30 municípios goianos com cerca de 400 empresas, geridos pela GOIASINDUSTRIAL, criada em 1973.

Além dos programas baseados em políticas tributárias adotadas pelo poder público para incentivar a industrialização o estado de Goiás utiliza de políticas de estruturação, como os Arranjos Produtivos Locais, a fim de promover uma interiorização e organização do parque industrial (Castro, 2014).

1.7.1 Contextualização da economia em Goiás

A fim de compreender o impacto do ‘FCO’ foi necessário contextualizar a realidade de Goiás. O Estado de Goiás vem passando por um rápido processo de desenvolvimento industrial, desde o início dos anos 90, movimento que se acelerou, ainda mais, após 1999, conforme Bandeira (1999).

Segundo Estevam (2004) em meio a essas transformações, em 1988, o norte do Estado foi desmembrado, dando origem ao Estado do Tocantins. A partir da década de 1990 houve maior diversificação do setor industrial por meio do crescimento de atividades do setor de fabricação de produtos químicos, farmacêuticos, veículos automotores e produção de etanol. Um fator responsável pela atração desse capital foram os programas de incentivos fiscais estaduais implementados a partir da década de 1980.

De acordo com Estevam (2004) o dinamismo econômico provocado por todos esses processos ocasionou também a redistribuição da população no território, por meio de um intenso êxodo rural. As novas formas de produção adotadas, intensivas em capital foram as principais responsáveis pela mudança da população do campo para a cidade. As cidades que receberam a maior parte desses migrantes do campo foram a capital Goiânia, as cidades do entorno de Brasília - como Luziânia e Formosa, e as cidades próximas às regiões que desenvolveram o agronegócio como Rio Verde, Jataí, Cristalina e Catalão.

No entendimento de Estevam (2004) apesar da suposta “vocação natural” do Estado para agricultura, o papel interventor do setor público, tanto federal, como estadual, foram vitais para o processo de moderniza o da agricultura e desenvolvimento do setor agroindustrial. Segundo este autor em sua pesquisa mostra com detalhes como o setor público foi essencial para estrutura o dessas atividades no território goiano. As culturas priorizadas foram principalmente a soja, o milho, e, mais recentemente a cana de a  ar. Essas culturas foram selecionadas devido seu maior potencial exportador e maior encadeamento com a indústria.

Arriel (2010) discorre sobre esse processo, explicando que ele surgiu da seguinte forma:

A primeira fase do processo de desconcentração produtiva foi provocada, em grande medida, pelas ações do Estado, por meio de políticas de desenvolvimento regional coordenadas em âmbito Federal, e teve grandes avanços até o início dos anos de 1980, quando a crise fiscal financeira enfraquece o papel indutor do Estado brasileiro. A ausência do governo federal na condução das políticas de desenvolvimento regional provoca o surgimento das políticas fiscais estaduais para a promoção de investimentos nos seus espaços geográficos, o que, pode-se dizer, inicia a segunda fase do processo de desconcentração industrial brasileiro (Arriel, 2010, p. 34).

O autor Arriel coloca o papel do Estado no fomento da economia goiana, marcada principalmente pelas frentes modernas de ocupação dos espaços vazios no centro-oeste por volta de 1960-70, a construção de Brasília como capital Federal, o que permitiu a formação de um mercado interno de consumo, e também estabeleceu a infraestrutura rodoviária para que a região viesse a ser, logo em seguida, a grande fornecedora de alimentos.

De acordo com Bandeira (1999), a estratégia de desenvolvimento adotada pelo Estado de Goiás ao longo das últimas décadas foi baseada, fundamentalmente, no estímulo à atração de empreendimentos industriais, concentrando-se esforços, basicamente, na dotação de infraestrutura física requerida pelas plantas industriais e na oferta de reduções tributárias por meio dos incentivos fiscais. Essa estratégia mostrou-se eficiente para a alavancagem do crescimento econômico de Goiás e melhoria de alguns indicadores sociais, porém, esse modelo é insuficiente para o desenvolvimento homogêneo do território e incapaz de melhorar a distribuição funcional da renda.

Uma série de estudos reconhecem o papel do Estado central que, inspirado pela economia keynesiana, foi durante um certo período relativamente ativo na promoção do desenvolvimento regional e local. Durante a década de 1970 e 1980, a ação governamental foi particularmente forte no Brasil. Nesta linha, Castro descreve como os regulamentos econômicos federais e seus incentivos financeiros tendem a influenciar a localização das

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Econômicas e das Organizações

empresas. Crítica sobre os limites deste modelo, no entanto, mostrou que o desenvolvimento regional desigual permaneceu, mesmo depois de substanciais montantes de incentivos. Nas últimas décadas, com o surgimento de orientações neoliberais, vários autores argumentaram em favor de políticas endógenas como meio de promover o desenvolvimento.

Arriel (2010), Goiás é um estado emergente dentro de um país também de economia emergente, com uma variação grande em termos de desenvolvimento socioeconômico, e poderia ter no desenvolvimento tecnológico (considerado por muitos, erroneamente, como uma prerrogativa das grandes empresas) um dos seus grandes vilões em termos de desemprego, intensificação da desigualdade social e diminuição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mas, ao contrário, Goiás vem tratando o desenvolvimento tecnológico como uma grande oportunidade de reverter todos os indicadores sociais e de promoção de interiorização do desenvolvimento, por meio da promoção da absorção de novos conhecimentos e acesso a novas tecnologias em estruturas espalhadas por todo o estado: os Institutos Tecnológicos de Goiás (Itegos) e suas unidades descentralizadas, os Colégios Tecnológicos (COTECs).

Na visão de Bandeira (1999), as inovações que surgem no decorrer de um dado período tornam mais atraentes os novos projetos de investimento. A influência desse fator é análoga à de um acréscimo do montante dos lucros que, no decorrer de um dado período, torna os projetos de investimento em geral mais atraentes do que eram no princípio desse mesmo período. Cada nova invenção, da mesma forma que cada acréscimo dos lucros, provoca certas decisões adicionais de investimento. Um fluxo constante de invenções, no que diz respeito ao efeito sobre o investimento, é comparável a uma taxa constante de acréscimo dos lucros.

Assim, para Arriel (2010) esse fluxo faz subir o nível de investimento por unidade de tempo que se teria sem ele. Esse é o impacto imediato das novas invenções sobre o

investimento. No entendimento deste autor, produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance. Produzir outras coisas, ou as mesmas coisas de maneira diferente significa combinar diferentemente esses materiais e forças. Na medida em que as “novas combinações” podem, com o tempo, originar-se das antigas por ajuste contínuo mediante pequenas etapas, há certamente mudança, possivelmente há crescimento, mas não um fenômeno novo nem um desenvolvimento em nosso sentido.

Para Bandeira (1999), o sistema financeiro é o responsável pelo papel de intermediação bancária, mas sofre influência diretamente do governo. Assim conforme Arriel (2010) afirma que o efeito da interferência governamental dentro do sistema financeiro nacional, a maior imposição de reservas tem efeitos deletérios sobre a taxa de crescimento da economia. O crescimento é afetado porque a imposição de uma alíquota mais elevada de reservas aos bancos impõe um imposto à acumulação de capital.

Segundo Estevam (2004), ao longo do tempo, Goiás passou por transformações significativas no que se refere a sua estrutura social. Contudo, em nenhum momento de sua história, desde o início da mineração no século XVIII, as mudanças foram tão intensas quanto nas três últimas décadas do século passado e neste começo de milênio. Neste período, de acordo com Bandeira (1990) o Estado se tornou urbano e alcançou os primeiros lugares nos índices de urbanização do país. E, em consequência disso surgiram diversos problemas sociais e ambientais.

1.7.2 Desempenho das indústrias na economia Goiana

A política estadual de desenvolvimento industrial em Goiás estruturou-se, inicialmente, em torno de um programa de benefícios fiscais, o FOMENTAR em 1984. A partir de 1999, avançou-se na tentativa de se construir uma política mais ampla, no âmbito do

programa estratégico de desenvolvimento do Estado denominado “Goiás Século XXI”. Nesse esforço foi criado o PRODUZIR, procurando atribuir maior seletividade setorial e regional aos benefícios fiscais. Iniciou-se um programa de apoio a Arranjos Produtivos Locais e implementou-se um conjunto de políticas horizontais de desenvolvimento da educação e capacitação profissional, ciência e tecnologia e infra-estrutura.

A política implementada nos últimos anos no Estado, apresentou resultados extremamente importantes. Entretanto, verifica-se que, apesar dos esforços, a concessão de benefícios se deu de forma horizontal e faltou articulação efetiva entre as diversas políticas em torno de uma política industrial mais ampla e explicitada.

A base industrial já construída e o volume de investimentos em curso e/ou planejados em Goiás, apontam para uma nova etapa de expansão industrial nos próximos anos, e impõem a necessidade de um salto de qualidade nas políticas implementadas. Necessidade reforçada pelo acirramento da competitividade em âmbito internacional e das condições da conjuntura nacional adversas ao desenvolvimento industrial regional.

Portanto, nota-se com base nas literaturas disponíveis, que o período correspondente ao estudo (2001-2010) no Estado de Goiás, houve uma crescente utilização dos programas de incentivo do governo FOMENTAR, PRODUZIR e FCO, nas indústrias do Estado. Gerando aumento na quantidade de postos de trabalho nos mais diversos segmentos, e aumento nas exportações, visto que Goiás se destaca da realidade nacional em agro exportação. Os programas impactam diretamente na economia do Estado, por meio dos incentivos para a indústria e agropecuária.

Levantamento do Instituto Mauro Borges mostra que riquezas produzidas no Estado subiram 1,8% no primeiro trimestre, diante de 1,2% no Brasil. Novo indicador econômico aponta que a economia goiana tem crescido acima da média brasileira. Informe técnico elaborado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Econômicos (IMB),

da Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), mostra que o Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás cresceu 1,8% no primeiro trimestre de 2018, diante de 1,2% no Brasil. É o terceiro melhor indicador entre os oito Estados que divulgam seus dados sistematicamente, atrás apenas de São Paulo e Pernambuco.

A agropecuária, mais uma vez, foi a principal responsável pelo bom desempenho do Estado, com elevação de 4,3% no período, diante de uma retração de 2,6% no País. Houve crescimento também na indústria (1,8% em Goiás e 1,6% no Brasil) e no setor de serviços (1,8% em Goiás e 1,2% no Brasil).

De acordo com o estudo do IMB, baseado no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve crescimento de produção de culturas importantes no Estado, nos três primeiros meses do ano, em comparação com mesmo período de 2017. A soja, por exemplo, atingiu novo recorde de produção, com 3.480 quilos por hectare e teve elevação de 2,2% no total colhido. Tomate (8,9%) e sorgo (34,5%) também apresentaram aumento de produção.

Na indústria, o resultado positivo se explica principalmente pela recuperação de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias, que acumulou alta de 18,1% no primeiro trimestre em Goiás. Também houve aumento de 0,6% no segmento de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, devido à maior produção de medicamentos.

A divulgação do PIB soma-se a outros dados positivos da economia goiana no primeiro semestre de 2018. Na semana passada, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, Goiás criou 29.220 novos postos de trabalho com carteira assinada, o sexto melhor desempenho no Brasil, atrás apenas de Estados das regiões Sul e Sudeste.

1.7.2.1 Geração de emprego e impactos na economia com o FCO

De acordo com reportagens recentes, observa-se que o estado de Goiás é o estado dos mais importantes na indução do crescimento nacional. O governo de Goiás, com a determinação do governador Marconi, tem feito a sua parte. O fato tem também muita relação com as medidas adotadas por ele em 2014, ocasião em que determinou a redução do número de secretarias de 16 para 10, a extinção de 5 mil cargos comissionados e de outros 9 mil temporários, dando o exemplo e direcionando a máquina do governo no rumo de uma gestão mais racional e equilibrada. Essa definição faz parte de um trabalho de análise organizado pelo setor de planejamento do governo de Goiás (IMB, 2018).

Desde então, foram economizados R\$ 3,5 bilhões com custeio da máquina e funcionalismo. A contenção de despesas garantiu os investimentos em infraestrutura em 2016, inclusive na manutenção da malha viária para o bom escoamento da safra. O governo de Goiás trabalha também como indutor do desenvolvimento econômico do Estado, quando aplica uma forte política de benefícios fiscais (IMB, 2018).

O Ministério do Trabalho comprova a recuperação econômica de Goiás ao divulgar pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), que mostrou a criação de 6.849 vagas de trabalho com carteira assinada no mês de fevereiro no Estado. No primeiro bimestre, o saldo goiano foi de 12.202 vagas formais de trabalho, o que posiciona Goiás na sexta colocação do *ranking* nacional de geração de emprego (IMB, 2018).

O setor industrial tem sido um dos pilares deste crescimento dos postos de trabalho. De acordo com pesquisa recente divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria goiana vem crescendo acima da média nacional, com avanço de 8,5% em janeiro de 2017 em comparação com o mesmo período do ano passado. A média nacional avançou 1,4%. O bom desempenho da indústria goiana foi puxado pelos setores farmoquímico e farmacêutico (91%) e de produtos alimentícios (9,1%) (IMB, 2018).

No primeiro bimestre deste ano de 2018, Goiás anotou 3.073 novos registros de empresas. O dado é 22,1% maior do que as inscrições do ano passado, segundo informações oriundas da Junta Comercial do Estado (Juceg). O resultado, para o período, é o maior nos últimos três anos, em que foram registrados mais encerramentos do que aberturas (IMB, 2018).

CAPITULO II - METODOLOGIA

2.1 OBJETIVOS

2.1.1 Objetivo geral da pesquisa

Analisar o possível impacto de desenvolvimento empresarial e econômico de indústrias do Estado de Goiás que usufruíram de recursos subsidiados do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO).

2.1.2 Objetivos específicos

- Compreender a economia e a participação do Estado;
- Descrever as formas de subsídios da linha de crédito do FCO;
- Analisar o impacto do subsídio para a gestão e o desenvolvimento da economia em três indústrias em seus vários aspectos.

2.2 JUSTIFICATIVA METODOLÓGICA

De acordo com a necessidade de maior competitividade através de inovações tecnológicas, visando o crescimento, as empresas buscam financiamentos de pequeno, médio e longo prazo, em bancos privados e de desenvolvimento, alcançando assim um volume maior de capital de giro, liquidez e grau de imobilizado. Vamos analisar as empresas que usufruíram do Fundo Constitucional do Centro Oeste e o impacto em sua gestão por meio desses recursos.

As políticas não podem ser exclusivamente locais ou exclusivamente regionais, mas devem se adequar tanto a nível nacional como internacional e sistemas territoriais. Assim, subscrevem não só a cooperação entre empresas, mas também a articulação para apoiar as instituições como fatores-chave para o desenvolvimento.

Uma análise exploratória sugere que, paralelamente à ação estatal e à existência de recursos naturais dos municípios de Goiás com maior participação social, arranjos institucionais o poder político teve melhores condições para promover o desenvolvimento econômico.

2.3 PROBLEMÁTICA

O presente trabalho é um estudo de múltiplos casos com três indústrias de vários setores em Goiânia e região metropolitana: a empresa A, a empresa B e a empresa C. O estudo de múltiplos casos foi eleito pelo autor para responder a seguinte problemática: Quais os impactos que as indústrias que utilizaram o FCO entre 2004 e 2014 ocasionam na empresa e na economia regional?

2.4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para Gressler (2004, p. 41), a pesquisa é a “tendência natural da inteligência humana”. A pesquisa proporciona novos conhecimentos e avanços, pois investiga as causas e as origens dos fatos para entender o modo como elas são ou ocorrem e o porquê das coisas. A pesquisa é, antes de tudo, uma forma inteligente de comparação entre a realidade e as evidências. Gil (1999, p. 19) define pesquisa como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. De acordo Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Econômicas e das Organizações

com Gil (1999, p. 49) “os tipos de pesquisa dependem dos objetivos do estudo e da natureza do problema”.

Em relação aos objetivos da pesquisa, a pesquisa foi exploratória, descritiva e explicativas. Segundo Gil (1999, p. 41), as pesquisas exploratórias buscam “proporcionar maior familiaridade com o problema”, desejando aumentar o conhecimento acerca de algum tema, fazendo-o geralmente através de levantamento de dados bibliográficos, questionários, participação, observação e experimentação.

As pesquisas descritivas procuram decifrar as características de uma sociedade ou fenômeno como motivação principal, embora também sirvam para procurar relações entre variáveis. Esse tipo de pesquisa é muito utilizada para desenvolver conhecimentos de ordem prática (Gil, 1999, p. 46). As pesquisas explicativas são as que mais contribuem para o desenvolvimento do conhecimento científico, pois tem como objetivo primordial identificar quais são os fatores que levam há determinado fenômeno, explicando o porquê de sua ocorrência. É um tipo de pesquisa que procura aprofundar mais acerca de um tema.

O presente trabalho é uma pesquisa exploratória, pois investigou como ocorrem os impactos e forma de utilização dos empréstimos do FCO em Goiás, com o objetivo de aumentar o conhecimento sobre o tema verificando como as indústrias aplicam os investimentos do poder público. O caráter exploratório também está presente na observação e no contato com pessoas que possuem experiência prática sobre a importância em se investir em tempo de crise.

O trabalho, ainda, é uma pesquisa com caráter qualitativa, pois, o autor fez uma interpretação das informações e dados coletados junto às três empresas e documentos IMB.

De acordo com Gil (1999), as pesquisas também podem ser classificadas com base em seus procedimentos técnicos. Podem ser pesquisas bibliográficas, pesquisas documentais, pesquisas experimentais, pesquisas *ex-post-facto* (causa-comparação), estudo de coorte,

pesquisa-ação, pesquisa participante, um levantamento, estudo de campo e um estudo de caso. Ainda existem as pesquisas históricas, pesquisas descritivas, pesquisas desenvolvimentistas, pesquisas correlacionais e pesquisas quase-experimentais (Freitas & Moscarola, 2002).

O estudo de múltiplos casos foi eleito pelo autor para analisar e aprofundar o conhecimento sobre a aplicação de teorias de investimentos financeiros. Com o estudo de caso é possível identificar fatores ou critérios que ainda não foram explorados nas teorias pesquisadas a fim de conceber informações novas para a criação de novas teorias ou hipóteses.

O estudo de caso tem como objetivo o conhecimento detalhado acerca de um objeto de estudo ou fenômeno. Para isso, o pesquisador investiga algo de forma profunda a fim de esclarecer sobre seu contexto e situação e explicar causas criando teorias ou hipóteses. Geralmente, suas conclusões não podem ser generalizadas, pois o objeto de estudo é um único ou poucos mais casos (Gil, 1999).

2.5 PROCEDIMENTOS

Os procedimentos da pesquisa se referem às etapas “mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos” (Lakatos & Marconi, 2003: 221).

Depois de estudar as teorias, foram analisadas as informações que necessitavam ser coletadas das indústrias para que os objetivos de pesquisa fossem atingidos. As informações necessárias foram sobre: FCO, investimentos, projetos, custos – benefício, objetivos, estratégias e impacto na geração de emprego.

A seleção das empresas pesquisadas foi realizada de forma intencional pelo autor que trabalha com várias outras indústrias prestando assessoria financeira. O autor solicitou via e-mail a autorização para as três indústrias para responderem a entrevista.

2.6 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Segundo Lakatos e Marconi (2003: 223), a etapa da população significa o conhecimento do “conjunto de seres animados ou inanimados que representam pelo menos uma característica em comum”. É em outras palavras, a “delimitação do universo” que será pesquisado, ou seja, as pessoas ou os objetos que serão pesquisados, explicitando também suas características sociais, econômicas, geográficas, pessoais, entre outros.

O presente trabalho tem como população de estudo três indústrias da Região Metropolitana de Goiânia, que são descritas a seguir.

2.6.1 Objetos de estudo

As empresas analisadas são de diferentes ramos, sendo uma no setor automotivo, outra na área de produtos alimentícios e outra na área de ferro e aço destinados a construção civil, são empresa com faturamento médio anual na faixa de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) a R\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais).

As empresas selecionadas possuíam entre 32 e 42 postos trabalhos diretos, antes do financiamento proposto, a escolha das mesmas se deu ao fato de que elas foram clientes do escritório no qual o pesquisador é sócio e também confeccionou os projetos. Pesou também para a escolha sendo empresas de ramos diferentes com faturamento e número de postos de trabalhos similares entre elas.

A primeira indústria selecionada via e-mail no mês de janeiro de 2018, se encontra enquadrada como Indústria A. É uma empresa familiar localizada em Trindade-GO. Os empresários estão no ramo de indústria e comércio de gelo mineral, há 26 anos. Com isto construíram todo seu patrimônio. Hoje pretendem expandir seu negócio, dentro do segmento industrial e, para tanto, escolhem o polo industrial da cidade de Trindade - Goiás para realocização da empresa através de uma nova unidade produtiva visando assim a expansão em produção no ramo do qual atuam.

A segunda empresa apresentada está no ramo de indústria e comércio de induzidos automotivos recuperação de sucatas de peças elétricas automotivas metalúrgicas, há mais de 35 anos em Abadia de Goiás-GO. A empresa está com a opção de incrementar seu pacote de produtos e para isso, pretendem expandir sua indústria.

A terceira e última indústria selecionada foi a Indústria de corte e dobra de ferro, comércio atacadista de ferro e comércio atacadista de materiais de construção. A Empresa funciona sob a forma de Responsabilidade Limitada, não atuando no mercado de capitais em Goiânia. Os empresários declaram que não possuem em nome da empresa propriedade acionária de nenhuma outra empresa.

2.7 PROCEDIMENTOS DE COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Os procedimentos das coletas de dados, segundo Lakatos e Marconi (2003: 166), são: a coleta documental, a observação, a entrevista, o questionário, o formulário, as medidas de opiniões e de atitudes, as técnicas mercadológicas, os testes, a sociometria, a análise de conteúdo e a história de vida.

A coleta documental teve início entre os meses de janeiro e março de 2018, com a seleção de livros específicos sobre os assuntos abordados no referencial teórico. Também foram selecionados artigos científicos que explorassem algum aspecto do tema proposto.

Para a coleta de dados e informações a técnica eleita foi o Roteiro de Entrevista com perguntas abertas, a partir das seguintes questões (valores utilizados do FCO para capital de Giro e ou investimentos; opções de mercado para alavancagem financeira o FCO; importância para o desenvolvimento das empresas, a disponibilidade de empréstimos com taxas de juros subsidiadas; recursos disponibilizados pelo FCO atenderam as necessidades de sua empresa; FCO contribuiu para o crescimento e desenvolvimento; criação de empregos diretos e indiretos o FCO tem cumprido com o papel destinado; mudanças de porte da empresa com a utilização dos recursos do FCO; necessidade de novos investimentos o FCO continua sendo a melhor opção). A fim de aprofundar a coleta de informações, junto as três indústrias.

Todas as entrevistas foram enviadas via e-mail, no mês de maio e junho de 2018, com autorização dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas em horário de trabalho dos entrevistados, pois, os mesmos alegaram não poder atender em outros horários, no momento da pesquisa todos foram esclarecidos quanto aos objetivos da pesquisa e sobre sua confidencialidade de acordo com o TCLE.

Os dados coletados foram transcritos literalmente, analisados de maneira minuciosa a interpretação das respostas, com comparação constante com as teorias. Os mesmos também foram tabulados para facilitar as análises quanti-qualitativa. Em seguida foram confeccionados gráficos com *Software Excel*, para apresentar os números relacionados ao faturamento e número de vagas de empresa durante os investimentos em cinco anos, e após as devidas análises dos números apresentados nessa dissertação.

CAPÍTULO III - ANÁLISE E TRATAMENTO DOS RESULTADOS

3.1 ESTUDO DAS INDÚSTRIAS DE GOIÁS

3.1.1 Indústria A

A Indústria A com apenas de um ano em operação já está entre as empresas mais relevantes do mercado siderúrgico na Região Centro-Oeste do país. É uma Organização alinhada com as tendências e novidades do setor, que investe em tecnologia e na compra, a empresa já conquistou um alto índice de satisfação junto ao mercado siderúrgico de Goiás.

A Indústria localiza-se às margens da GO 070 Chácara 454, no Setor de Chácaras São Joaquim no Município de Goiânia. A localidade é bem servida de ponto de acesso, de modo que a entrada de materiais e a saída de produtos e mercadorias são bastante facilitadas. A saída pela GO 070 dá acesso à Região Noroeste do Estado rumo ao Mato Grosso. O acesso com a Av. Perimetral Norte é rápido devido à proximidade de apenas 2 km, que dá acesso à Rodovia BR 153, rumo ao Norte do Estado e ao Tocantins e rumo ao Sul do Estado e a São Paulo e Minas Gerais. A Av. Perimetral Norte também dá acesso à Rodovia BR 060, pela saída norte, rumo ao Distrito Federal. O acesso da Empresa com a Rodovia GO 060, é também de 2 km, rumo ao Oeste do Estado e a Mato Grosso. Por último o escoamento da produção também pode ser feito pela saída sul da Rodovia BR 060, rumo ao Sudoeste do Estado e ao Mato Grosso do Sul, com apenas 5 km de distância da Empresa.

Indústria C transforma a grande experiência de sua Diretoria em soluções sob medida. Através do corte e de vergalhões, gera economia para os clientes e otimização de

tempo e espaço em suas obras. Além disso, a industrialização das etapas de preparação de armaduras elimina perdas, reduz o uso de mão-de-obra, permite o fornecimento de peças em diversos tamanhos e formas, de acordo com as necessidades dos clientes, com cortes precisos nas dimensões exatas do projeto e a entrega das peças ocorre sempre conforme o cronograma da obra.

A administração da sociedade é exercida pela sócia, a qual se responsabilizará por todas as operações sociais, representando a sociedade em juízo ou fora dele; fazendo uso da denominação social, inclusive junto a estabelecimentos de crédito, bancos, assinando cheques, ordens de pagamento da obra, depósitos; assinando instrumentos de aquisição de bens móveis e imóveis; alienando e constituindo gravame de móveis e imóveis a bancos; e nomeando e destituindo procuradores em nome de sociedade.

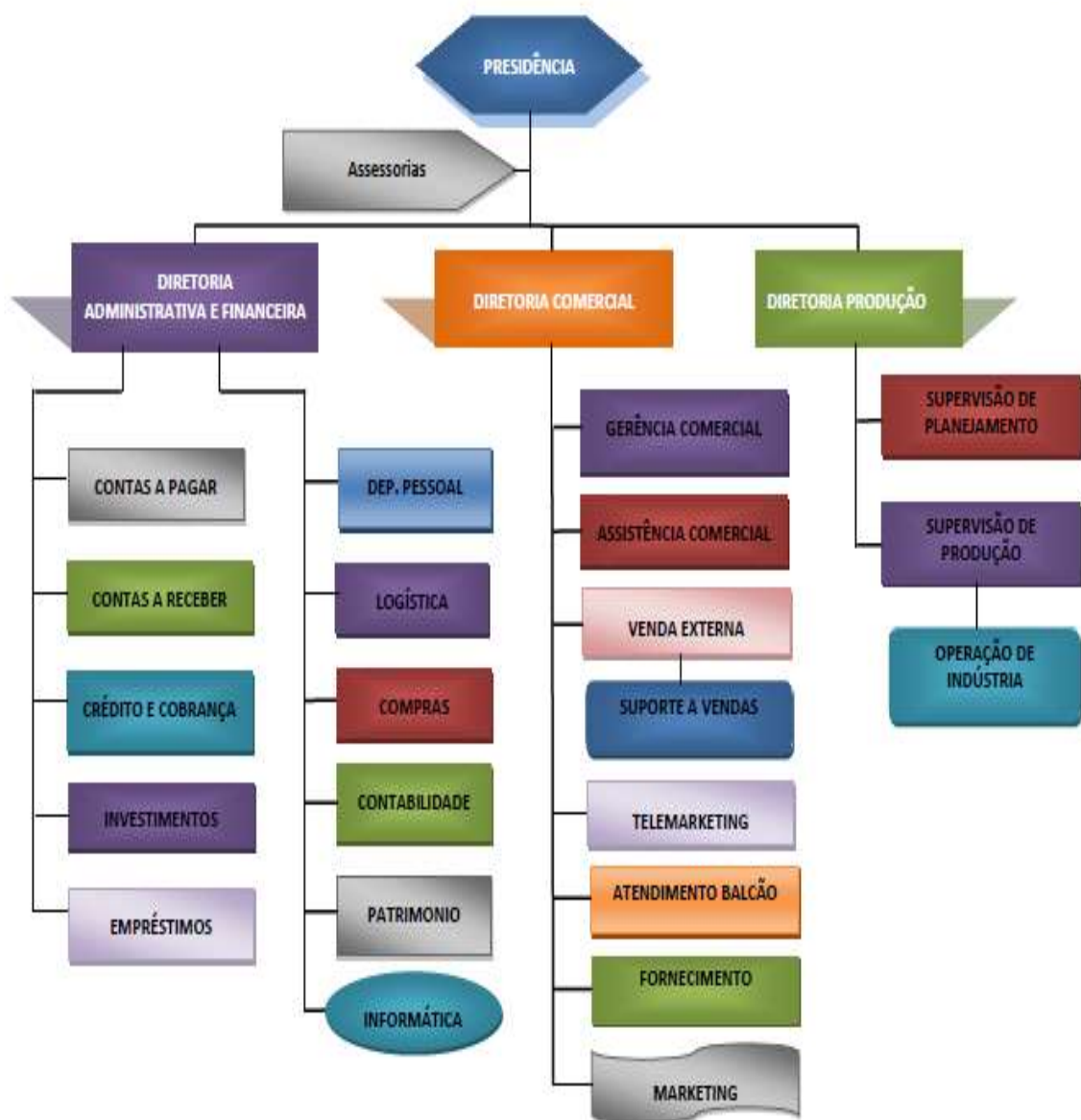
Desde 1980 vem atuando no ramo empresarial no mercado de ferro e aço como Distribuidor Autorizado Gerdau Aços Longos S/A. Já participou de vários cursos e treinamentos voltados para a gestão empresarial.

A Empresária possui grande conhecimento do segmento, pois está no ramo há 30 anos, tendo atuado em várias empresas de renome nacional, como distribuidor autorizado da Gerdau Aços Longos S/A; Fercom Comércio e Indústria de Ferragens, Elo Indústria e Comércio de Ferragens. Hoje está em sua própria empresa, oferecendo ao mercado vergalhões de aço, corte e dobras de peças, materiais correlacionados para construção civil, atendendo com grande atuação o mercado distribuidor em Goiás, já alcançando parte do Centro-Oeste e da Bahia, com destaque no atendimento diferenciado em logística, atendimento e pós-venda.

Atualmente é o Diretor Administrativo e Financeiro da Indústria A. Desempenhou anteriormente também a função de Diretor Administrativo e Financeiro na empresa Elo Ferragens, entre 2002 e 2008. Foi Diretor de Planejamento e Fiscalização de Construção de Subestações e Linhas de Transmissão na Empresa FURNAS Centrais Elétricas, de 1996 a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Econômicas e das Organizações

2002. Atuou na MB Engenharia, de 1992 a 1995, como Engenheiro e Responsável Técnico pela construção do Goiânia Shopping.

Figura 6 – Organograma da Indústria A.



Fonte: Dados da empresa.

Presidência - Tem como função a formulação das políticas estratégicas de toda a empresa, assim como sua supervisão total, com o apoio das Assessorias e da Diretoria. É responsável pelo estabelecimento de metas, sua avaliação e a análise do suprimento das

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Econômicas e das Organizações

necessidades para o alcance dos objetivos traçados. Esta diretoria cuida também da parte financeira da empresa, traçando suas políticas e metas voltadas para uma maior rentabilidade e lucratividade sempre analisando os resultados alcançados.

Assessorias - As assessorias são formadas pela Contabilidade e contratações externas periódicas, conforme a necessidade, tais como assessorias jurídicas, segurança no trabalho, ambientais etc. Compõe-se também pelos engenheiros Responsáveis Técnicos pelos produtos da Empresa.

Diretoria Administrativa Financeira - Cabe à Diretora Administrativa e Financeira a organização e controle financeiro da Empresa, cuidando das atividades relacionadas ao faturamento e aos pagamentos; bem como à orientação e organização do setor de recursos humanos e cadastramento, assim como a motivação e todas as situações relacionadas à gestão de pessoas dentro da Empresa. Atualmente o Diretor Administrativo e Financeiro é apoiado em suas atividades pela Diretora Presidente.

Diretoria Comercial - Esta Diretoria é formada pelo engenheiro civil, cujo acompanhamento e o apoio ao processo de fabricação e apoio técnico são fundamentais para a definição da quantidade, qualidade e tipo de material a serem utilizados pelos clientes em cada obra. Essa diretoria também tem a função de analisar o mercado, atualizando preços praticados, novas tecnologias e produtos.

A Comercial é responsável por toda a parte de vendas de produtos; bem como os representantes e distribuidores dos produtos produzidos pela empresa; além da organização da expedição do produto final.

Diretoria de Produção - A Diretoria de Produção tem como função toda a parte da engenharia interna, bem como a segurança do trabalho dos operários e dos técnicos; a direção de todo o setor de compras de materiais de consumo e insumos de produção; organização da produção e da fabricação dos produtos; atendendo as necessidades da Empresa, no processo

produtivo, com a finalidade de garantir a eficiência técnica. Esta Diretoria é acumulada atualmente pelo Diretor Administrativo e Financeiro.

Compromissos da Indústria A

- Incentivo ao relacionamento duradouro e de confiança mútua com os Clientes.
- Garantia de pleno atendimento ao contratado com os Clientes.
- Representantes Comerciais atuantes de maneira condizente com as Diretrizes Éticas do Grupo Gerdau.
- Respeito aos direitos dos clientes, atendendo a suas prioridades.
- Fornecimento de produtos e serviços adequados ao uso dos Clientes, utilizando procedimentos que aplicam conceitos e práticas da Qualidade Total.
- Promessas de entrega de produtos e serviços somente são assumidas quando podem ser realizadas.

A Empresa C possui Licença Ambiental Prévia nº 1415/2008 expedida pela Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA), conforme processo no 35486160, e Licença de Instalação no 1416/2008, com validade até 30 de dezembro de 2009.

O mercado concorrente é formado por unidades industriais e principalmente comerciais de porte médio e pequeno. Não há domínio de mercado por parte de nenhuma empresa. As principais empresas concorrentes se referem aos produtos Gerdau, e algumas são ao mesmo tempo fornecedoras para a Indústria C. Como o mercado de ferragens e aço é muito crescente, não há disputa acirrada no mercado.

Além da qualidade dos equipamentos, a Empresa ainda apresenta como vantagem competitiva a grande experiência de seu quadro de profissionais, há 30 anos no mercado, e o

pioneirismo de sua fundadora em corte e dobra de vergalhões. A Empresa trabalha com um corpo técnico muito qualificado, de modo que todos estão sempre atualizados, quanto às novidades do mercado de construção e novos equipamentos e tendências.

Tendo como meta a excelência em sua qualidade, a empresa oferece atendimento eficiente, e produtos com qualidade garantida, preços competitivos e entrega rápida. Interessada em atender com mais eficiência, a Indústria C investe em estoques variados, treinamento de pessoal e na conscientização e envolvimento de todos os seus colaboradores.

Financeiramente, a Empresa possui benefício fiscal PRODUIR, que lhe concede um desconto líquido de 65,7% sobre o ICMS a ser recolhido aos cofres públicos. Esta poupança é muito importante para as estratégias do negócio, permitindo-lhe ter maior flexibilização em seus preços, mantendo margens de lucro compatíveis com o mercado.

Por último, outro fator importante, é a forte liquidez da Indústria A. Possuidora de crédito aberto junto ao Banco do Brasil de R\$ 1 milhão para desconto de cheques e duplicatas, nunca utilizou tais operações e muito pouco já utilizou de sua conta garantida, cujo limite de R\$ 10 mil. Ao contrário, atualmente vem realizando suas compras num montante de 80% à vista, com a estratégia de aproveitar descontos obtidos dos fornecedores. Na atual conjuntura em que os juros estão cada vez mais baixos, as taxas de descontos obtidas, comparativamente ao mercado financeiro são muito vantajosas.

Os principais fornecedores são empresas localizadas na Região Sudeste do País, onde se concentra um parque siderúrgico de amplitude e importância significativas. São empresas de nível internacional, tais como a Gerdau, que consideram as empresas clientes suas parceiras.

O planejamento geral garante o fornecimento adequado conforme as necessidades. No caso da Indústria A, seu planejamento é respeitado pelo quadro de pessoal, de modo que os processos se caracterizam por compras racionais, de acordo com a capacidade de pagamento

de seus compromissos, características valorizadas por todos os seus fornecedores. Atualmente as compras se concentram à vista, não pelo fato de a Indústria C estar iniciando atividades, pois sua sócia majoritária já está no mercado há 30 anos, mas porque a Empresa mantém forte liquidez, para se consolidar de vez no mercado.

Os insumos básicos da Indústria C são os aços longos, fornecidos pela Gerdau, que possui unidades em todas as regiões do país, inclusive em Goiânia e Aparecida de Goiânia e responde por $\frac{1}{4}$ da produção brasileira de aço bruto. Grande parte dos demais insumos são adquiridos de outras empresas no Estado de Goiás, também com forte concentração em Goiânia, Aparecida e Anápolis.

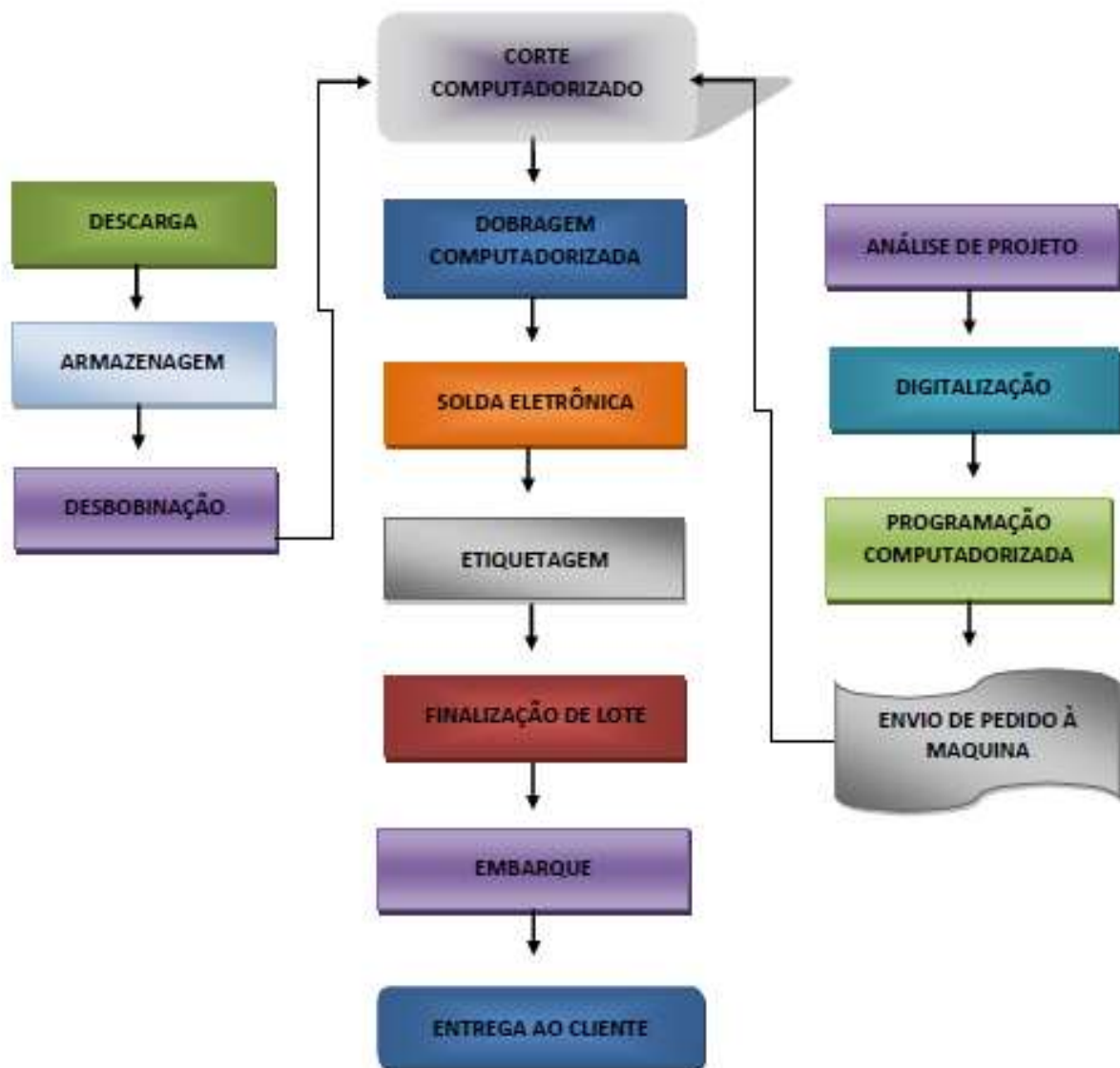
A Indústria A trabalha com automação no corte e dobra de vergalhões. Todas as soldas são feitas por equipamento automático, apenas pequenos serviços diferenciados são feitos manualmente, com uso de equipamentos do tipo policorte e dobradeira.

O processo produtivo é totalmente planejado, pelo fato de o produto final ter que atender especificações de encomendas, sendo digitalizado e automatizado por computador. O nível de qualidade do produto final imposto pela Empresa tem permitido a continuidade das encomendas de modo a garantir um forte crescimento da área produtiva.

Como a Indústria C está ainda em processo inicial de operação, o comércio representa um valor muito elevado na distribuição de seu faturamento, bastante atuando no mercado atacadista distribuidor. A representação dos produtos Gerdau confere à Empresa lugar de destaque no ramo de aços longos e a empresária administradora da Sociedade acumula experiência de 29 anos nessa representação. Por isto, a produção industrial, que deverá ser a atividade principal, representa 29% das receitas mensais do negócio.

Em virtude de realizar grande parte de suas compras à vista, a Empresa opera com estoques estratégicos, no sentido de atender a demanda, sem incorrer em custos de estoques desnecessários.

Figura 7 – Fluxograma de produção da Indústria A.



Fonte: Dados da empresa.

Atualmente a Indústria é uma unidade industrial que atua fortemente no mercador distribuidor atacadista. O objetivo almejado com os novos investimentos é a expansão da produção, de modo a alterar a estrutura, reduzindo proporcionalmente o peso da área comercial em virtude do aumento da elaboração de produtos finais, ampliando a ênfase da indústria em sua estrutura produtiva.

Com a ampliação industrial a Empresa poderá expandir também seu mercado, com um maior atendimento no Eixo Goiânia-Brasília e nos entorno das duas capitais, cuja demanda é muito elevada. E como a Indústria A já começou a atender demandas fora de Goiás, será perfeitamente possível expandir suas vendas para a Bahia e alcançar o Estado do Tocantins e os demais Estados de todo o Centro-Oeste.

Quadro 1 - Distribuição geográfica do mercado consumidor da Indústria A.

Origem do Cliente	Margem de Contribuição
Goiás	93,0%
Fora de Goiás	7,0%
Região Sul	0,0%
Região Sudeste	0,0%
Região Centro-Oeste	6,0%
Região Norte	0,0%
Região Nordeste	1,0%
Total	100,0%

Fonte: Dados da empresa -2009.

A localização estratégica e a logística são pontos fortes para a atividade, pois tem grandes facilidades de recepção e distribuição dos produtos, em nível regional e mesmo nacional. A localização privilegiada de Goiânia possibilita uma maior abrangência do mercado da Empresa.

A localidade possibilita a contratação de serviços de boa qualidade e competência para fabricação, transporte e a distribuição de seus produtos. Além disto, a cidade está situada na Região Central do País, equidistante dos principais centros consumidores brasileiros, o que proporcionará maior facilidade de expansão no mercado futuramente.

A grande vantagem que a Empresa terá com os novos investimentos programados está relacionada ao armazenamento do produto final. Atualmente, por falta de espaço adequado e incapacidade de empilhamento, os produtos ficam armazenados no pátio a céu aberto, com deslocamento do parque produtivo por empilhadeiras e por guicho.

O fato de ficarem espalhados, devido à impossibilidade de empilhamento, ocupa muito espaço nos pátios e aumenta o tempo de carregamento dos caminhões de entrega, cujo trabalho é feito com empilhadeiras e pequenos guindastes. O fato de ficarem a céu aberto proporciona aparecimento de oxidação no produto, o que não afeta sua qualidade, mas lhe imprime um aspecto ruim, obrigando a Empresa a trabalhar em ritmo relativamente reduzido para reduzir os prazos de armazenagem.

As pontes rolantes possibilitarão um maior empilhamento dos produtos acabados, dentro do galpão, reduzindo em muito o tempo de trabalho hoje na Empresa, uma vez que as empilhadeiras e os guinchos serão substituídos nessa tarefa. O produto será entregue com aspecto de novo, como se tivesse saído do processo produtivo, demonstrando maior qualidade junto ao cliente. Por último, a possibilidade de armazenamento maior em condição protegidas permitirá ao setor produtivo imprimir um ritmo mais acelerado ao processo, aumentando em muito a produtividade e a quantidade de materiais a serem oferecidos no mercado.

Quadro 2 – Resumo do projeto para FCO da Indústria A.

Empresa	Goyão Indústria e Comércio de Ferragens Ltda.
CNPJ	10.235.161/0001-18
Empresária	Maria Helena Naves
Telefone	(62) 3297-5300
Objetivo	Expansão da atividade produtiva com aquisição de equipamentos e obras de construção civil, através de financiamento do Programa FCO.
Localização da Empresa	Rodovia GO 070 Chácara 454 km 2, Bairro Setor de Chácaras São Joaquim – CEP 74.470-280 Goiânia-GO
Responsável pelo Projeto	Econ. Eber Vaz – Corecon 840/D de 26/11/1985
Total do Investimento	R\$ 1.329.890,00
Recursos FCO	R\$ 1.062.903,68
Recursos próprios	R\$ 266.986,32
Fonte Recursos Próprios	Lucros acumulados no Fluxo de Caixa da Empresa
Enquadramento	Médio Porte
Prazo Total Solicitado	108 meses
Carência Solicitada	12 meses
Garantias Oferecidas: R\$ 2.999.945,00	
Valor Venal R\$ 840.000,00	Terreno comercial, Chácara 402, com área de 8.736 m ² , situado na Rodovia GO 070 km 2, Estrada 117, Chácaras São Joaquim – Goiânia-GO.
Valor Venal R\$ 1.500.000,00	Terreno comercial, Chácara 454, com área de 4.972 m ² , com área construída de 2.300 m ² , situado na Rodovia GO 070 km 2, Estrada 114, Setor de Chácaras São Joaquim – Goiânia-GO.
Valor Venal R\$ 533.145,00	Galpão a ser construído, com 3.600 m ² no valor total de R\$ 1.066.290,00, considerados 50% de seu valor.
Valor Venal R\$ 126.800,00	Equipamentos a serem adquiridos no valor total de R\$ 253.600,00, considerados 50% de seu valor.

Fonte: Dados da empresa-2009.

Não houve mudanças na estrutura administrativo-organizacional após a ampliação com o FCO. O organograma da Empresa continuou o mesmo, com as mesmas funções. Futuramente a expansão das atividades exigirá a contratação de um novo diretor, que deverá assumir as funções administrativa e financeira, hoje acumuladas com a diretoria de produção ocupadas pelo Eng.

Quadro 3 - Quadro geral de investimentos do projeto da Indústria A.

Investimentos	Valor (R\$)
Investimentos Fixos	1.319.890,00
Construções	1.066.290,00
Máquinas e equipamentos	253.600,00
Equipamentos de informática	-
Móveis e utensílios	-
Veículos	-
Investimentos Semifixos	10.000,00
Elaboração de projetos	10.000,00
Total	1.329.890,00

Fonte: Dados da empresa 2009.

A Empresa possui uma equipe de vendedores internos, que operam com vendas por *telemarketing* e alguns representantes comerciais autônomos, sob a supervisão direta do Diretor Comercial. Com os novos investimentos esta equipe deverá ser ampliada, dentro de um ou dois anos, uma vez que sua capacidade atual ainda não está esgotada.

As entregas dos produtos são feitas por frota terceirizada, mas como logística organizada pela Empresa, para que seja garantida a maior rapidez e qualidade no atendimento a seus clientes. Parte das entregas é feita por outra empresa transportadora de propriedade das pessoas ligadas à Indústria A, de modo que fica muito fácil a organização do processo de distribuição dos produtos finais.

Quadro 4 - Expansão da capacidade produtiva da Indústria A.

Produto/Mercadoria	Atual		Futura	
	Receita (R\$)	Estrutura (%)	Receita (R\$)	Estrutura (%)
Produtos Industriais	14.421.707,28	29,03	28.843.414,56	45,00
Mercadorias para Revenda	35.251.930,80	70,97	35.251.930,80	55,00
Total	49.673.638,08	100,00	64.095.345,36	100,00

Fonte: Dados da empresa 2009.

Considerando que a produção industrial da Empresa é muito baixa para o mercado e para sua estrutura operacional, e considerando que os investimentos programados são o dobro dos já realizados na capacidade produtiva, estima-se que a capacidade atual de produção industrial deverá no mínimo dobrar, com a realização dos investimentos previstos. Na visão dos Empresários esta capacidade deverá ser multiplicada pelo menos por 5 vezes, baseados nas condições atuais da Empresa, mas não há suporte técnico para sustentar tal previsão.

Como não há investimentos vinculados ao processo de venda de mercadorias, considerou-se a continuidade da capacidade atual, conforme já estabelecida. Com a alteração da capacidade industrial a estrutura das receitas passa de 29/71 para 45/55.

Quadro 5 - Projeção dos custos após expansão até estabilidade da Indústria A valores em R\$.

Discriminação	Ano 1 35,5%	Ano 2 57,7%	Ano 3 75,0%	Ano 4 85,0%	Ano 5 90,0%
Custos Operacionais	18.507.544,51	29.139.632,85	37.447.365,07	42.291.868,75	44.711.872,03
Custos Monetários	18.338.567,95	28.970.656,29	37.278.388,51	42.122.892,19	44.542.895,47
Custos Variáveis	17.597.596,51	28.229.684,85	36.537.417,07	41.381.920,75	43.801.924,03
Mercadorias para Revenda	11.473.585,89	18.648.617,06	24.239.970,18	27.471.966,20	29.087.964,22
Insumos para Produção	4.221.662,64	6.861.688,29	8.919.005,58	10.108.206,32	10.702.806,70
Embalagens	10.056,07	16.344,66	21.245,22	24.077,92	25.494,26
Fretes e Carretos	314.106,07	510.532,97	663.604,38	752.084,96	796.325,26
Energia Elétrica	34.784,01	56.536,26	73.487,34	83.285,65	88.184,81
Salários, Férias e 13º	374.591,10	424.384,11	474.259,09	524.052,09	547.835,43
Encargos e Benefícios	382.082,92	432.871,79	483.744,27	534.533,13	558.792,14
Serviços de Terceiros	16.469,20	26.768,25	34.794,09	39.433,30	41.752,91
Telefone de Vendas	24.387,01	39.637,48	51.521,85	58.391,43	61.826,22
Comissões sobre Vendas	134.511,33	218.628,28	284.178,87	322.069,39	341.014,64
Publicidade e Propaganda	113.769,22	184.915,04	240.357,51	272.405,18	288.429,01
Outros	497.591,05	808.760,66	1.051.248,69	1.191.415,18	1.261.498,43
Custos Fixos	740.971,44	740.971,44	740.971,44	740.971,44	740.971,44
Salários, Férias e 13º	194.132,52	194.132,52	194.132,52	194.132,52	194.132,52
Encargos e Benefícios	218.295,12	218.295,12	218.295,12	218.295,12	218.295,12
Honorários Contábeis	17.400,00	17.400,00	17.400,00	17.400,00	17.400,00
Demais Custos Fixos	311.143,80	311.143,80	311.143,80	311.143,80	311.143,80
Custos Não Monetários	168.976,56	168.976,56	168.976,56	168.976,56	168.976,56
Custos Não Operacionais	45.403,58	63.925,60	78.359,43	86.702,68	90.874,31
Despesas Financeiras	29.618,54	48.140,56	62.574,39	70.917,64	75.089,27
Despesas Tributárias	15.785,04	15.785,04	15.785,04	15.785,04	15.785,04
Total	18.552.948,09	29.203.558,45	37.525.724,50	42.378.571,43	44.802.746,34

Fonte: Dados da empresa -2009.

Os Custos Variáveis foram projetados considerando o percentual de utilização da Capacidade Instalada, exceto quanto aos Salários e Encargos, cuja projeção foi feita em planilha própria, pois a alteração do quantitativo de pessoal é diferenciada conforme a função. Neste caso também, ainda que para os demais custos o valor projetado chega no máximo a 90%, para os gastos com pessoal o valor projetado alcança 100% do quadro de pessoal futuro. As despesas financeiras foram projetadas conforme a utilização da capacidade instalada e as despesas tributárias foram consideradas como fixas.

Não haverá impacto ambiental proporcionado pelos equipamentos a serem instalados, mas ao contrário, haverá proteção ao meio ambiente, uma vez que os produtos da Empresa em aço dobrado costumam sofrer oxidação pela umidade, sendo esta depositada no solo quando chove, embora em pequena monta e portanto de baixo impacto.

Os investimentos projetados farão com que os produtos sejam armazenados protegidos da umidade e, portanto, com maior tempo sem sofrer oxidação, e mesmo que isto ocorra, ficará depositada dentro do galpão.

Os recursos para contrapartida do financiamento estão disponíveis no caixa da Empresa, sendo provenientes de lucros do exercício e de recursos dos empresários à disposição da Empresa. A Indústria A disponibilizará dois imóveis, onde atualmente está instalada a administração e onde será construído o galpão a ser financiado, sendo o valor de mercado em torno de R\$ 2.340.000,00, que considerados a 75% de seu valor alcançam uma avaliação de R\$ 2.130.000,00, a título de garantias reais, em primeiro grau e sem concorrência de terceiros.

Para garantias hipotecárias será oferecido o galpão a ser construído com valor de orçamento em R\$ 1.066.290,00 e os equipamentos, que são pesados e de grande porte, no valor orçamentário de R\$ 253.600. Juntas as garantias, consideradas a 50% de seu valor de face, podem ser avaliadas em R\$ 659.945,00. Desse modo as garantias totais chegam a R\$ 2.789.945,00. Considerando um financiamento pleiteado de R\$ 1.062.903,68, as garantias cobrem um valor de 262% do recurso a ser comprometido.

A Indústria A apresentou uma necessidade de financiamento de R\$ 1.062.903,75, através do Formulário de Intenção de Negócios, cujo valor foi aprovado pelo Banco do Brasil, que solicitou apresentação do projeto. Entretanto ao refazer orçamentos o valor do investimento ficou mais elevado que o inicial. Assim foi utilizado o percentual de 79,92418% para o financiamento, sendo este o que mais permitiu aproximação com o valor já aprovado

anteriormente. A Indústria A possui liquidez bastante elevada, não necessitando de financiamento para capital de giro.

3.1.2 Indústria B

O empresário atua no mercado no ramo desde 1977, tem sua formação principal no ramo industrial de produtos elétricos automotores, além de reciclagem de peças elétricas automotivas e conhecimento no mercado de siderurgia e metalúrgica, está localizada na R NA-14 APM-02 Área – Institucional CEP 75.345-000 Jardim Nova, Abadia, Abadia de Goiás- Goiás.

Figura 8 – Localização da indústria B.



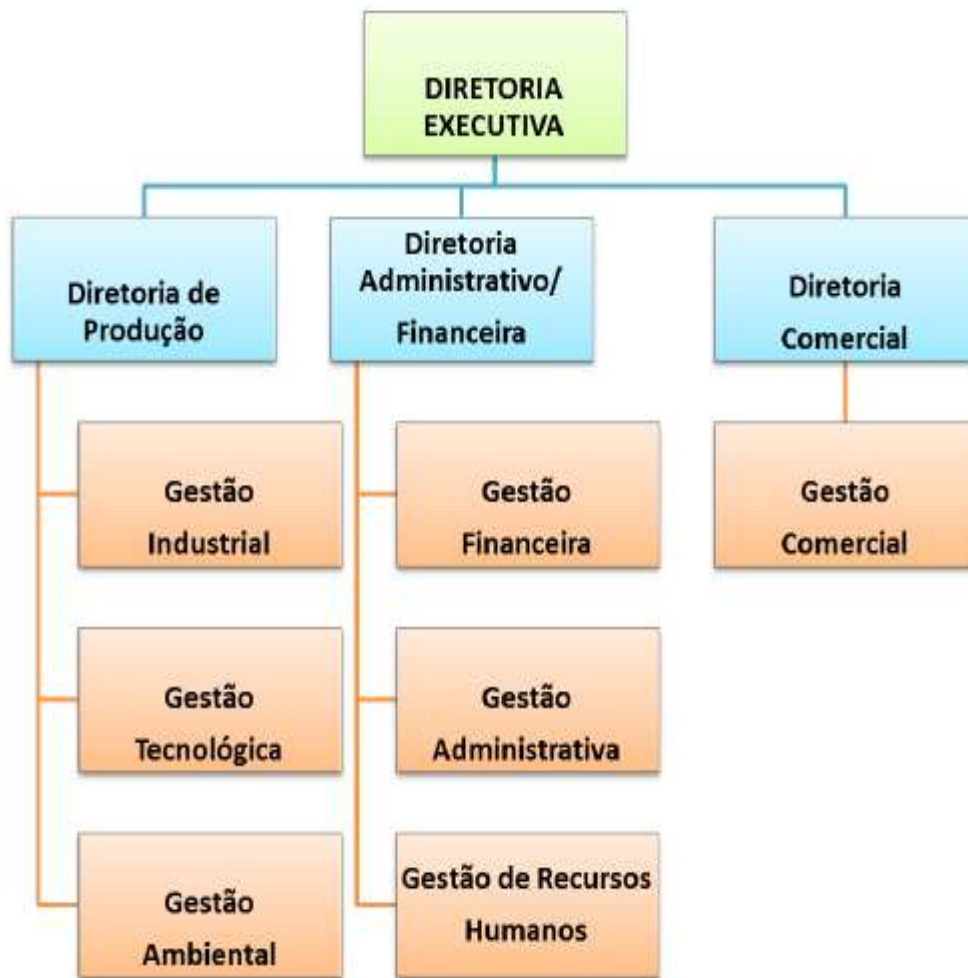
Fonte: Dados da empresa 2014.

A cidade Abadia de Goiás em que a indústria está localizada, situa-se na região do centro goiano à 18 km da capital. A principal via de acesso ao município é através da BR-060/GO que o corta a cidade. Em um raio em torno de 209Km do município encontram-se algumas das principais cidades do interior de Goiânia – Anápolis, Trindade, Rio Verde, entre outras - sendo o acesso facilitado pela qualidade das rodovias.

A empresa funciona durante a semana de segunda a sexta, totalizando 44 horas efetivas semanalmente, ou um máximo de 192 horas efetivas de trabalho por mês. O horário de atividade é de segunda à sexta das 8:00 às 18:00 horas, com intervalo de uma hora para almoço. Os funcionários fazem suas refeições no próprio local, sendo fornecidas pela Empresa. Os horários de atividade podem se flexibilizar, efetuando-se horas extras de acordo com a necessidade da Empresa e da produção.

O empreendimento de indústria no município de Trindade-GO. Deverá ter instalações modernas, para atender a demanda crescente do mercado e ser um diferencial no mercado produtivo de itens reciclados com seu porte. O principal resultado de sua implantação será a melhoria do bem-estar da população local, que terá através da geração de emprego e renda um apoio para a sustentabilidade do município e do estado.

Figura 9 – Organograma da Indústria B.



Fonte: Dados da empresa 2014.

Conforme organograma da indústria, a diretoria executiva será formada pelo sócio majoritário e terá como função a coordenação e o planejamento estratégico da empresa, serão seus subordinados imediatos Diretoria administrativa, o Diretor de Produção e a Diretoria Comercial.

Diretoria Executiva: - Caberá a esta diretoria a formulação das políticas e estratégias de mercado, assim como a supervisão total do supermercado, com o apoio das assessorias, com o estabelecimento de metas, sua avaliação e a análise do suprimento das

necessidades para o alcance dos objetivos traçados. Esta diretoria também cuidará da parte financeira do empreendimento, traçando seus limites e suas metas, sempre avaliando os resultados alcançados e mensurando as possibilidades de estabelecimento de novos patamares para a melhor liquidez possível da empresa.

Diretoria Comercial - Esta diretoria terá foco específico no que se consideram as peças-chaves do empreendimento: a compra e a venda. O acompanhamento e o apoio ao processo de compras são fundamentais para a definição dos preços a serem praticados, pois a Empresa deverá sempre operar com alguns preços bastante competitivos para atração e permanência de consumidores em seu negócio. Esta diretoria deverá realizar constantemente a arte do *benchmarking* para manter a indústria sempre atualizada quanto a preços, marcas, disposição de produtos e *lay out*, ou seja, toda configuração necessária ao bom comércio em seu segmento.

Diretoria Administrativa e Financeira - O Administrador terá como função coordenar a equipe operacional e administrativa, no sentido de atender a todos os quesitos estabelecidos pelos diretores, sobre a conduta, a motivação e todas as situações relacionadas à gestão de recursos financeiros, recursos produtivos e pessoas dentro da Empresa, com a finalidade de torná-las sempre produtivas.

Diretoria de Produção - Diretoria de Produção é responsável pela Administração da produção que envolve o sistema de produção que transforma os insumos (matérias-primas, pessoal, tecnologia, máquinas, e outros recursos) em saídas (produtos) da empresa. São funções básicas:

Disponibilizar os produtos fabricados por tipo e quantidades em espaços separados, a fim de facilitar a movimentação para o Armazenamento. Manter perfeita integração informacional com o PCP, Armazenamento e Departamento Comercial.

A Empresa funciona sob a forma de Responsabilidade Limitada, não atuando no mercado de capitais. Os Empresários declaram que não possuem em nome da Empresa propriedade acionária de nenhuma outra empresa. O licenciamento ambiental se fará junto ao órgão competente da Prefeitura de Abadia de Goiás-GO: Secretária Municipal de Meio Ambiente, através da empresa de consultoria EM\$ Consultoria Empresarial e Governamental.

O mercado concorrente é formado por unidades industriais e principalmente comerciais de porte médio e pequeno. Não há domínio de mercado por parte de nenhuma empresa. A empresa não possui concorrentes no estado de Goiás, sendo que seus maiores concorrentes encontram-se no estado de São Paulo. Como o mercado de ferragens e aço é muito crescente, não há disputa acirrada no mercado.

A Empresa Induzidos Universal é uma Indústria de Auto Peças Elétricas, especializada em Motor de Partida e Alternador – e seus principais componentes: Induzido, Bobina de Campo, Solenoide, Impulsor, Estator, Rotor e Mancal. Os remanufaturados da Universal são caracterizados pelo melhor custo/benefício do mercado. As Peças da linha Remanufaturadas são completamente reindustrializadas. Cada produto que retorna para a fábrica é completamente desmontado sendo que o que é descartado pela indústria é direcionado ao mercado através das empresas de reciclagem de resíduos metálicos. Todos os componentes passam por testes e inspeções individuais, saindo com qualidade igual ao do produto novo.

Reciclar/Remanufaturar é ter consciência quanto a preservação do nosso meio ambiente, reciclando os resíduos utilizados no processo industrial, respeitando dessa maneira, a sociedade, a natureza e o meio em que vivemos. Com essa consciência é que procuramos produzir e ofertar produtos ao mercado. Apesar de existir um pequeno aumento da concorrência no setor, o crescimento do poder de compra no Estado e no país indica um cenário positivo.

O mercado fornecedor não apresenta grandes problemas, a empresa encontra-se situada no estado de Goiás, em Goiânia e nessa região, um número também satisfatório de geração de sucatas de induzidos e outros produtos comercializados pela empresa também consumirá aço e materiais ferrosos e não ferrosos.

O mercado consumidor de está ligado a empresa e consumidores de produtos e materiais ferrosos e não ferrosos. A cada ano há crescimento cada vez mais acentuado neste segmento para atender as novas empresas que adentram no mercado. A empresa também atende empresas que usufruem de perfis metálicos que contará com sua maior demanda, segue a seguir a relação de clientes que comprará o subproduto que são sucatas e materiais recicláveis.

Quadro 6 - Distribuição geográfica do mercado consumidor da indústria B.

Origem do Cliente	Margem de Contribuição
Goiás	55,0%
Fora de Goiás	45,0%
Exportação	5,0%
Total	100,0%

Fonte: Dados da empresa 2014.

A localização estratégica e a logística são pontos fortes para a atividade, pois tem grandes facilidades de recepção e distribuição dos produtos, em nível regional e mesmo nacional. A localização privilegiada de Abadia de Goiás possibilita uma maior abrangência do mercado da Empresa.

A localidade possibilita a contratação de serviços de boa qualidade e competência para fabricação, transporte e a distribuição de seus produtos. Além disto, a cidade está situada

na Região Central do País, equidistante dos principais centros consumidores brasileiros, o que proporcionará maior facilidade de expansão no mercado futuramente.

A grande vantagem que a Empresa terá com os novos investimentos programados está relacionada ao avanço tecnológico da produtividade proporcionando aumento da qualidade da produção e o armazenamento do produto final. Atualmente, com pouco investimento em maquinários e por falta de espaço adequado e incapacidade de empilhamento.

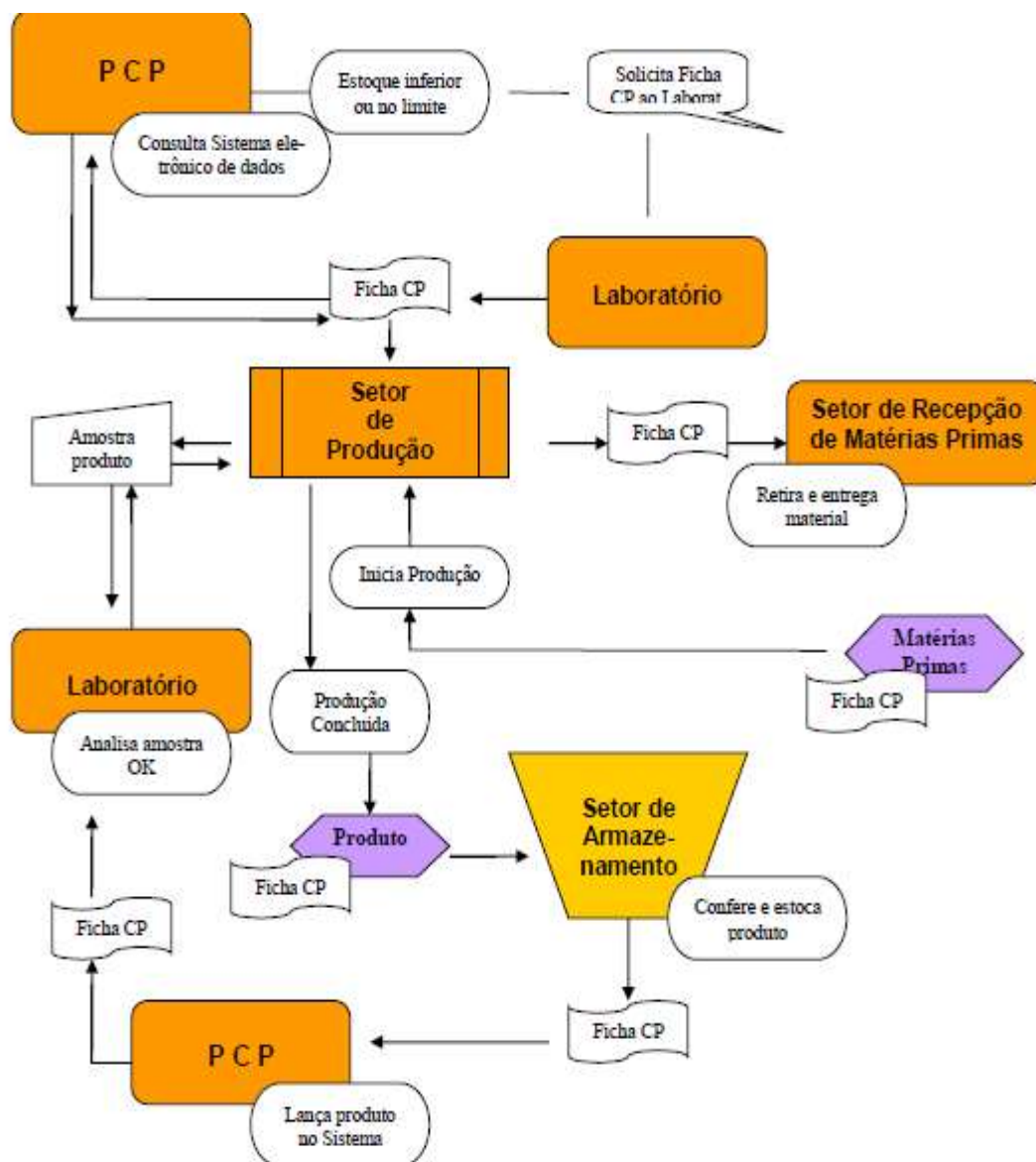
Tabela 10 – Capacidade atual de produção e vendas em R\$.

Produto/Mercadoria	Preços (R\$/kg)	Quantidade (unid/mês)	Receita Mensal (R\$)	Receita Anual (R\$)
Produtos Remanufaturados			491.306,70	5.895.680,40
Induzidos Automotivos Remanufaturado	56,98	3.529	201.091,92	2.413.103,00
Bobina de Campo Remanufaturada	29,62	1.542	45.664,17	547.970,00
Estator Remanufaturado	33,77	2.704	91.319,71	1.095.836,50
Rotor Remanufaturado	38,29	3.101	118.730,91	1.424.770,90
Caveira (mancal) Remanufaturado	30,00	1.150	34.500,00	414.000,00
Produtos Novos			556.557,98	6.678.695,76
Induzidos Automotivos Novo.	79,85	1.425	113.786,25	1.365.435,00
Bobina de Campo Nova	39,64	1.025	40.631,00	487.572,00
Estator novo	58,35	1.379	80.440,34	965.284,05
Rotor Novo	70,89	1.326	93.982,42	1.127.789,01
Caveira (mancal) Nova	39,11	5.823	227.717,98	2.732.615,70
	-		-	-
Totais		23.003	1.047.864,68	12.574.376,16

Fonte: Dados da empresa 2014.

Na Tabela 10, é notório que a empresa se encontra em uma situação ideal de capacidade de produção e seu quantitativo de vendas.

Figura 10 – Fluxograma de produção da indústria B.



Fonte: Dados da empresa 2014.

O empreendimento que a empresa construiu a partir do FCO tem instalações modernas, para atender a demanda crescente do mercado e ser um diferencial no mercado produtivo de itens reciclados com seu porte. O principal resultado de sua implantação foi a melhoria do bem-estar da população local, que terá através da geração de emprego e renda um apoio para a sustentabilidade do município e do estado. Conforme resumo do projeto a seguir.

Quadro 7 – Resumo do projeto para FCO da Indústria B.

Objetivo	Implantação de unidade Industrial de Induzidos automotivos e recuperação de peças elétricas automotivas. Com usufruto do financiamento pelo FCO.
Localização da Empresa	R NA-14 APM-02 Área – Institucional CEP 75.345-000 Jardim Nova, Abadia, Abadia de Goiás- Go.
Responsável pelo Projeto	Econ. Edson Júnior santana. – Corecon/GO 2162/D
Total do Investimento	R\$ 2.502.992,53
Recursos FCO	R\$ 2.000.440,31
Recursos próprios	R\$ 502.482,22
Fonte Recursos Próprios	Lucros acumulados no Fluxo de Caixa da Empresa
Enquadramento	Médio Porte
Prazo Total Solicitado	108 meses
Carência Solicitada	12 meses
Garantias Oferecidas: R\$ 2.688.205,00	
Valor Venal R\$ 1.200.000,00	Loja comercial, Av dom Emanuel, 297 - Quadra: 19; Lote: 19; Rodoviário - Goiania/GO. CEP 74.430-180
Valor Venal R\$956.097,11	Galpão a ser construído, Institucional CEP 75.345-000 Jardim Nova, Abadia, Abadia de Goiás- Go.
Valor Venal R\$1.488.205,00	Maquinários, equipamentos e veículos a serem adquiridos no valor total de R\$ 2.126.007,14 considerados 70% de seu valor.

Fonte: Dados da empresa 2014.

Não houve mudanças na estrutura administrativo-organizacional após a implantação do projeto. O organograma da Empresa continuará o mesmo, com as mesmas funções. Futuramente a expansão das atividades exigirá a contratação de um novo diretor, que deverá assumir as funções administrativa e financeira.

Quadro 8 - Expansão da capacidade produtiva da Indústria B em R\$.

Produto/Mercadoria	Atual		Futura	
	Receita (R\$)	Estrutura (%)	Receita (R\$)	Estrutura (%)
Produtos Remanufaturados	5.895.680,40	46,89	7.074.816,48	43,07
Produtos Novos	6.678.695,76	53,11	9.350.174,06	56,93
Total	12.574.376,16	100,00	16.424.990,54	100,00

Fonte: Dados da empresa 2014.

Nota-se que ao longo dos cinco anos, a indústria aumentará de maneira significativa tanto os custos operacionais como os custos monetários. Os Custos Variáveis foram projetados considerando o percentual de utilização da Capacidade Instalada, exceto quanto aos Salários e Encargos, cuja projeção foi feita em planilha própria, pois a alteração do quantitativo de pessoal é diferenciada conforme a função. Neste caso também, ainda que para os demais custos o valor projetado chega no máximo a 90%, para os gastos com pessoal o valor projetado alcança 100% do quadro de pessoal futuro. As Despesas Financeiras foram projetadas conforme a utilização da Capacidade Instalada e as Despesas Tributárias foram consideradas como fixas.

Quadro 9 - Quadro geral de investimentos do projeto da Indústria B valores em R\$.

Discriminação	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
	55,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%
Custos Operacionais	3.881.828,17	5.741.388,80	6.132.536,21	6.560.043,51	6.910.791,02
Custos Monetários	3.491.107,33	5.350.667,96	5.741.815,37	6.169.322,67	6.520.070,18
Custos Variáveis	1.969.165,20	3.828.725,82	4.219.873,23	4.647.380,53	4.998.128,04
Mercadorias para Revenda	-	-	-	-	-
Insumos para Produção	1.574.925,99	1.718.101,08	2.004.451,26	2.290.801,44	2.577.151,62
Embalagens	12.042,03	13.136,76	15.326,22	17.515,68	19.705,14
Fretes e Carretos	31.739,33	34.624,73	40.395,52	46.166,30	51.937,09
Energia Elétrica	2.851,20	3.110,40	3.628,80	4.147,20	4.665,60
Salários, Férias e 13º	19.828,67	853.584,54	873.584,49	911.584,39	911.584,39
Encargos e Benefícios	20.225,24	870.656,23	891.056,18	929.816,08	929.816,08
Serviços de Terceiros	7.805,16	8.514,72	9.933,84	11.352,96	12.772,08
Telefone de Vendas	5.203,44	5.676,48	6.622,56	7.568,64	8.514,72
Comissões sobre Vendas	179.178,32	195.467,26	228.045,13	260.623,01	293.200,88
Publicidade e Propaganda	45.168,75	49.275,00	57.487,50	65.700,00	73.912,50
Outros	70.197,07	76.578,62	89.341,73	102.104,83	114.867,94
Custos Fixos	1.521.942,14	1.521.942,14	1.521.942,14	1.521.942,14	1.521.942,14
Salários, Férias e 13º	518.665,32	518.665,32	518.665,32	518.665,32	518.665,32
Encargos e Benefícios	549.898,68	549.898,68	549.898,68	549.898,68	549.898,68
Honorários Contábeis	20.300,06	20.300,06	20.300,06	20.300,06	20.300,06
Demais Custos Fixos	433.078,08	433.078,08	433.078,08	433.078,08	433.078,08
Custos Não Monetários	390.720,84	390.720,84	390.720,84	390.720,84	390.720,84
Custos Não Operacionais	2.130,43	2.187,74	2.302,37	2.416,99	2.531,62
Despesas Financeiras	630,43	687,74	802,37	916,99	1.031,62
Despesas Tributárias	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
Total	3.883.958,60	5.743.576,54	6.134.838,58	6.562.460,50	6.913.322,64

Fonte: Dados da empresa 2014.

O maior valor investido dessa indústria será destinado aos investimentos fixos, em: construção, projeto elétrico, máquinas e equipamentos, móveis e veículos. O equipamento é simples e de fácil instalação e será montado pelo fornecedor, durante o processo de construção do galpão.

Não haverá impacto ambiental proporcionado pelos equipamentos a serem instalados, mas ao contrário, haverá proteção ao meio ambiente, uma vez que os produtos da Empresa em aço dobrado costumam sofrer oxidação pela umidade, sendo esta depositada no solo quando chove, embora em pequena monta e portanto de baixo impacto.

Os investimentos projetados farão com que os produtos sejam armazenados protegidos da umidade e, portanto, com maior tempo sem sofrer oxidação, e mesmo que isto ocorra, ficará depositada dentro do galpão.

Os recursos para contrapartida do financiamento estão disponíveis no caixa da Empresa, sendo provenientes de lucros do exercício e de recursos dos empresários à disposição da Empresa.

Para garantias hipotecárias será oferecido o galpão a ser construído com valor de orçamento em R\$956.097,11, os maquinários e equipamentos, no valor orçamentário de R\$938.010,03, e os veículos no valor de R\$231.900,00. Juntas as garantias acima, consideradas a 70% de seu valor de face, podem ser avaliadas em R\$1.488.205,00.

Desse modo as garantias totais chegam a R\$2.688.205,00. Considerando um financiamento pleiteado de R\$ 2.000.440,31, as garantias cobrem um valor de 134,38% do recurso a ser comprometido. Seguir é demonstrado o quadro com os valores do financiamento.

Quadro 10 - Resumo do Financiamento da Indústria B Valores em R\$.

Investimentos	Valor (R\$)
Investimentos Fixos	2.179.107,14
Construção	956.097,11
Projeto elétrico	82.000,00
Maquinas e Equipamentos	837.110,03
Moveis	72.000,00
Veiculos	231.900,00
Investimentos Semifixos	10.000,00
Elaboração de projetos	10.000,00
Total	2.189.107,14

Fonte: Dados da empresa 2014.

3.1.3 Empresa C

O mercado no ramo de gelo mineral tem passado por grande expansão no Estado de Goiás. A empresa A tem se destacado neste mercado sendo a pioneira e líder no mesmo. O empresário atua no ramo desde 1988. A Empresa se encontra devidamente constituída e registrada nos órgãos competentes, com uso do solo e licença de funcionamento pela Prefeitura do município de Trindade-GO. As principais vantagens de instalação da indústria nesta localização é a proximidade com a capital e isto facilita o recebimento de insumos e escoamentos da produção sendo que a cidade e polo em questão contam com vias de acesso rápido. A localização da indústria esta na figura a seguir.



Figura 11 – Localização da Indústria C.

O ramo de fornecimento de gelo é marcado por uma pacata disputa de mercados, na qual pequenas vantagens operacionais são capazes de gerar grandes vantagens competitivas. Apesar de existir um pequeno aumento da concorrência no setor, o crescimento do poder de compra no Estado indica um cenário positivo.

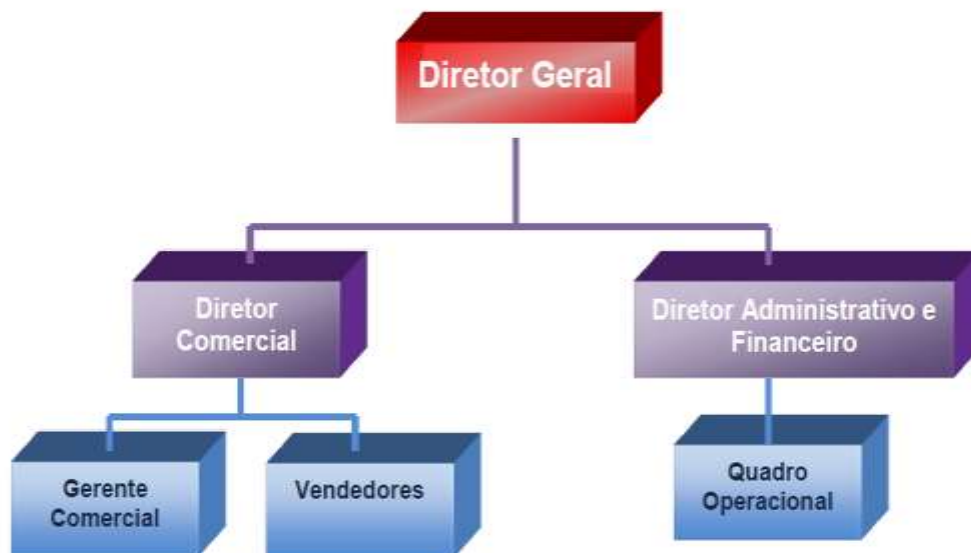
As principais vantagens da empresa é a proximidade com o consumidor, pois, a empresa dispõe de contratos de consignação em vários postos de combustíveis e distribuidoras de bebidas que atendem o consumidor final, além de bares e restaurantes que buscam qualidades em seus produtos, pois, possuem como diferencial competitivo a fabricação do produto que possui um elevado padrão na matéria prima utilizada feita através de análise e acompanhamento técnico do processo de produção.

O mercado fornecedor não apresenta nenhum problema, encontra-se em Goiás, em Goiânia e região, um número também satisfatório de unidades fabris abastecedoras dos itens consumidos na produção que basicamente é composta por água mineral e energia elétrica.

O mercado consumidor de gelo no Estado de Goiás está em expansão. A cada ano há crescimento cada vez mais acentuado, alcançando nestes últimos anos o melhor desempenho registrado pela empresa, quando registrou um crescimento de 8,66%, sobre o ano de 2013. As perspectivas melhoram com o aumento da confiabilidade do consumidor e com políticas voltadas ao aumento da renda e poder de consumo da sociedade.

Mesmo com o surgimento de novas indústrias o setor tem registrado altas constantes na ordem de pelo menos 5% ao ano, e as perspectivas melhoram com a busca pelo crescimento e estabilidade da economia através do crescimento do emprego e da renda.

Figura 12 – Organograma da Indústria C.



A diretoria é formada pelo sócio majoritário e terá como função a coordenação e o planejamento estratégico da empresa é subordinado imediato o Administrador, e Diretor Comercial.

Diretoria Geral - Cabe a esta diretoria a formulação das políticas e estratégias de mercado, assim como a supervisão total do supermercado, com o apoio das assessorias, com o estabelecimento de metas, sua avaliação e a análise do suprimento das necessidades para o alcance dos objetivos traçados. Esta diretoria também cuidará da parte financeira do empreendimento, traçando seus limites e suas metas, sempre avaliando os resultados alcançados e mensurando as possibilidades de estabelecimento de novos patamares para a melhor liquidez possível do Supermercado.

Diretoria Comercial - Esta diretoria tem foco específico no que se consideram as peças chaves do empreendimento: a compra e a venda. O acompanhamento e o apoio ao processo de compras são fundamentais para a definição dos preços a serem praticados, pois a Empresa deverá sempre operar com alguns preços bastante competitivos para atração e permanência de consumidores em seu negócio. Esta diretoria realiza constantemente a arte do

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Económicas e das Organizações

benchmarking para manter o supermercado sempre atualizado quanto a preços, marcas, disposição de produtos e *layout*, ou seja, toda configuração necessária ao bom comércio em seu segmento.

Diretoria Administrativa e Financeira - O administrador tem como função coordenar a equipe operacional e administrativa, no sentido de atender a todos os quesitos estabelecidos pelos diretores, sobre a conduta, a motivação e todas as situações relacionadas à gestão de recursos financeiros, recursos produtivos e pessoas dentro da Empresa, com a finalidade de torná-las sempre produtivas.

Quadro 11 - Resumo do Projeto da indústria C.

Objetivo	Implantação de unidade comercial tipo Industrial de Gelo Mineral.
Localização da Empresa	Será Relocalizada no polo industrial de Trindade-GO. Alameda das Gardenias, Qd. C-03 lotes 33,34,35,36, no Residencial Maria Monteiro, em Trindade Goiás, CEP – 75.384.627
Responsável pelo Projeto	Econ. Edson Júnior santana. – Corecon/GO 2162/D
Total do Investimento	R\$ 2.992.504,78
Enquadramento	Média Empresa

Fonte: Autor (2014).

O objetivo do financiamento do FCO é para a viabilidade econômico-financeira e mercadológica do empreendimento de fabricação de gelo comum, via agente financeiro Banco do Brasil. O empreendimento deverá ter instalações modernas e aprazíveis, de modo a se diferenciar das unidades existentes hoje no estado de Goiás, em seu porte. O principal resultado de sua implantação foi a melhoria do bem-estar da população local, que contou com a geração de emprego e renda um apoio para a sustentabilidade do município e região.

O mercado consumidor de gelo no Estado de Goiás está em expansão. A cada ano há crescimento cada vez mais acentuado, alcançando nestes últimos anos o melhor desempenho registrado pela empresa, quando registrou um crescimento de 8,66%, sobre o ano de 2013. As

perspectivas melhoram com o aumento da confiabilidade do consumidor e com políticas voltadas ao aumento da renda e poder de consumo da sociedade. A indústria produz a partir de toda sua capacidade em 100%.

Quadro 12 - Produção do empreendimento a 100% da capacidade da Indústria C.

Produto	Percentual sobre A Receita	Receita Mensal (R\$)	Receita Anual (R\$)
Gelo Mineral	100,00%	999.000,00	11.988.000,00
Totais	100,00%	999.000,00	11.988.000,00

Fonte: Autor (2014).

Quadro 13 – Projeção dos custos anuais a 100% da Indústria C valores em R\$.

Discriminação	Ano 1 50%	Ano 2 60,0%	Ano 3 70,0%	Ano 4 80,0%	Ano 5 90,0%
Custos Operacionais	3.367.777,56	3.575.098,78	3.782.420,01	3.989.741,23	4.197.062,45
Custos Monetários	2.549.505,46	2.756.826,68	2.964.147,91	3.171.469,13	3.378.790,36
Custos Variáveis	1.116.974,98	1.324.296,21	1.531.617,43	1.738.938,66	1.946.259,88
Matéria-prima	144.000,00	172.800,00	201.600,00	230.400,00	259.200,00
Insumos	342.180,00	410.616,00	479.052,00	547.488,00	615.924,00
Fretes e Carretos	10.000,00	12.000,00	14.000,00	16.000,00	18.000,00
Energia Elétrica	114.596,79	137.516,15	160.435,51	183.354,86	206.274,22
Salários, Férias e 13o.	238.719,40	278.505,97	318.292,54	358.079,10	397.865,67
Encargos e Benefícios	243.493,79	284.076,09	324.658,39	365.240,69	405.822,99
Serviços de Terceiros	6.000,00	7.200,00	8.400,00	9.600,00	10.800,00
	-	-	-	-	-
Comissões sobre Vendas	5.994,00	7.192,80	8.391,60	9.590,40	10.789,20
Publicidade e Propaganda	8.991,00	10.789,20	12.587,40	14.385,60	16.183,80
Outros	3.000,00	3.600,00	4.200,00	4.800,00	5.400,00
Custos Fixos	1.432.530,48	1.432.530,48	1.432.530,48	1.432.530,48	1.432.530,48
Salários, férias e 13o.	224.983,44	262.480,68	299.977,92	337.475,16	374.972,40
Encargos e Benefícios	229.483,11	267.730,29	305.977,48	344.224,66	382.471,84
Demais Custos Fixos	675.086,24	675.086,24	675.086,24	675.086,24	675.086,24
Custos Não Monetários	818.272,10	818.272,10	818.272,10	818.272,10	818.272,10
Total	3.367.777,56	3.575.098,78	3.782.420,01	3.989.741,23	4.197.062,45

OBS: Os percentuais se referem ao escalonamento do uso da capacidade de produção a ser instalada.

Fonte: Autor (2014).

No Quadro 14, nota-se que as projeções são de 100% nos custos operacionais, monetários e variáveis, comissão sobre vendas, custos fixos e ainda os custos não monetários.

Quadro 14 - Quadro geral de investimentos do projeto da Indústria C.

Investimentos	Valor (R\$)
Investimentos Fixos	1.932.879,70
Construções	961.575,90
Máquinas e equipamentos	966.330,00
Equipamentos de informática	4.973,80
Móveis e utensílios	-
Veículos	-
Investimentos Financeiros	1.059.625,08
Capital de giro	1.034.625,08
Elaboração de projetos e Estudos	25.000,00
Total	2.992.504,78

Fonte: Autor (2014).

Conforme o Quadro 14 é observado que o maior valor gasto no projeto é em investimentos fixos.

Não haverá impacto ambiental significativo. Dois serão os tipos de impactos a serem causados, cujos estudos estão em andamento: efluentes sólidos e impactos de vizinhança. Os efluentes sólidos são caixas de papelão, papel, plásticos. Para tanto está sendo elaborado Plano de Controle e Gestão Ambiental, para o melhor acondicionamento do material e sua destinação, pois grande parte pode ser destinada a processos de reciclagem.

Quadro 15 - Resumo do Financiamento da Indústria C valores em R\$.

ANO	Investimento Fixo		Capital de Giro		Total Anual
	Juros	Amortização	Juros	Amortização	
0	-	-	-	-	-
1	77.172,16	-	51.601,93	144.847,51	273.621,60
2	123.180,81	123.001,44	42.428,25	289.695,02	578.305,52
3	111.495,68	123.001,44	14.907,22	289.695,02	539.099,36
4	99.810,54	123.001,44	-	-	222.811,98
5	88.125,40	123.001,44	-	-	211.126,84
6	76.440,27	123.001,44	-	-	199.441,70
7	64.755,13	123.001,44	-	-	187.756,57
8	53.069,99	123.001,44	-	-	176.071,43
9	41.384,86	123.001,44	-	-	164.386,29
10	29.699,72	123.001,44	-	-	152.701,16
11	18.014,59	123.001,44	-	-	141.016,02
12	6.329,45	123.001,44	-	-	129.330,88
12	789.478,60	1.353.015,79	108.937,40	724.237,56	2.975.669,35

Fonte: Autor (2014).

Ao analisar o projeto apresentado na linha do FCO e demonstrados tanto da parte organizacional, aspectos econômicos e financeiros, do projeto de implantação da indústria apresenta performance de um modo geral compatível com suas pretensões aqui abordadas e analisadas.

Com referência ao projeto de implantação em análise, pelos dados analisados, e à vista dos demais méritos técnicos, econômicos e financeiros realçados, concluímos que o presente projeto é considerado viável econômica e financeiramente.

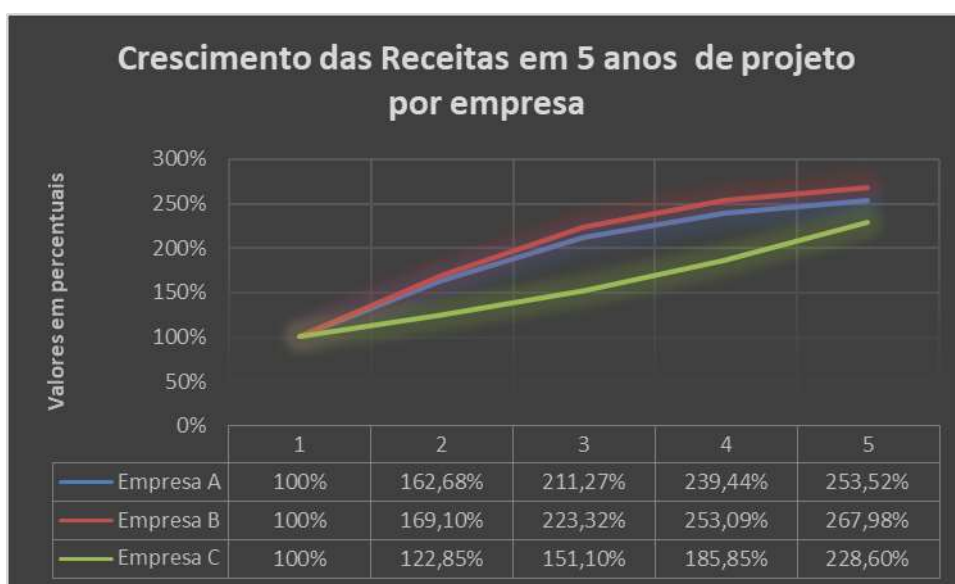
Após a caracterização das empresas, ficou evidenciando que são indústrias de segmentos diferentes, porém, possuem projetos e projeções financeiras com a utilização do FCO, notou-se que todas as três investiram em estrutura física, projetos de produção e previsões orçamentárias de aumento da mão de obra. A seguir são apresentados os resultados qualitativos a partir da coleta de dados com a utilização do instrumento de entrevista semiestruturada.

3.2 ANÁLISES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS INDÚSTRIAS GOIANA COM FCO

A três indústrias apresentadas estão localizadas no Estado de Goiás, na região Centro-Oeste do Brasil, que ocupa uma área de 340.086,698 km². É o 7º Estado do país em extensão territorial. Limita-se ao norte com o Estado do Tocantins, ao sul com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a leste com a Bahia e Minas Gerais e a oeste com Mato Grosso. Goiás possui 246 municípios e envolve quase todo o Distrito Federal.

Na Figura 12, tem-se o nível de crescimento das receitas em cinco anos de projetos por indústrias, em que nota-se a empresa B foi a que mais cresceu em termos de receita, ou seja, no período de análise de cinco anos de execução de projeto a mesma foi de 100% a 267,98% no último ano. A empresa A cresceu também bem próxima da empresa B, e chegou em 253,52% ao final da execução do projeto e a empresa C ficou em 228,60% na finalização dos investimentos.

Figura 13 – Crescimento das receitas em R\$ em 5 anos de projetos por empresa.



Fonte: Autor (2018).

Na Figura 13, observa-se o crescimento em dólares no período de cinco anos de projetos, e, a empresa B obteve maior receita no período entre as demais e cresceu 196,48%, a empresa A faturou em dólares 182,26% do faturamento inicial e a empresa C cresceu 167,61% no faturamento recebido nos cinco anos.

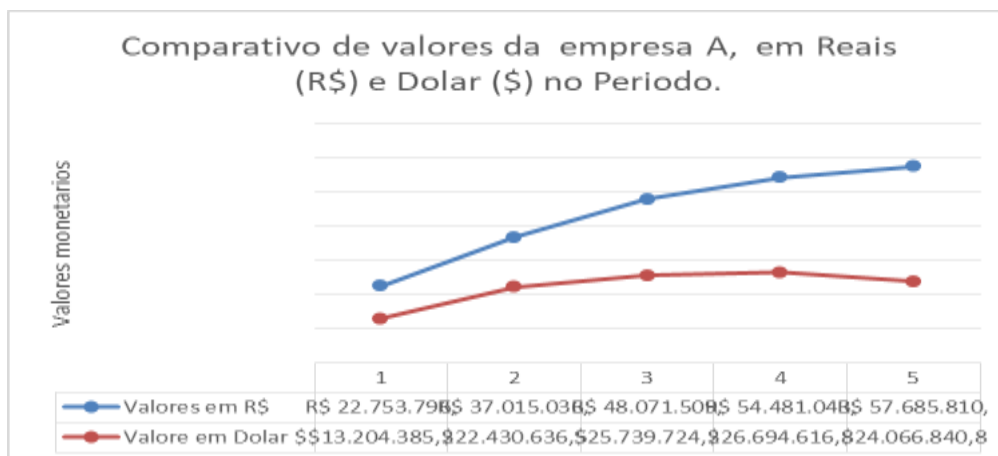
Figura 14 – Crescimento das receitas em dólar \$ por 5 anos de projeto por empresa.



Fonte: Autor (2018).

Na Figura 14, fica evidenciado os valores em reais e em dólares, em que a empresa A, faturou mais em reais no período do investimento em relação ao dólar.

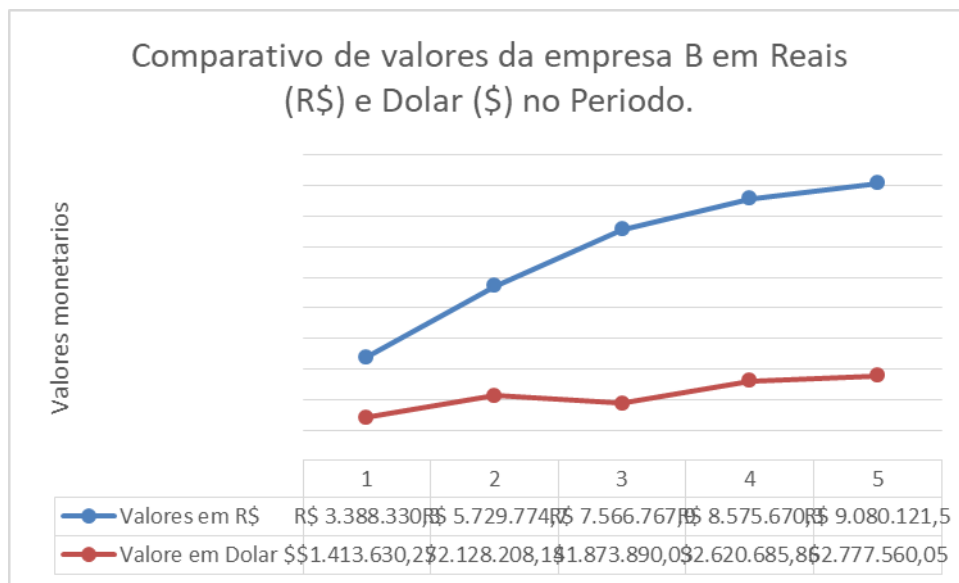
Figura 15 – Comparativo de valores da empresa A, em reais (R\$) e dólar (\$) no período.



Fonte: Autor (2018).

A Figura 15 mostra os valores em reais e em dólares que a empresa B faturou com os investimentos, e notou-se que faturou uma diferença significativa no período estudado.

Figura 16 – Comparativo de valores da empresa B, em reais (R\$) e dólar (\$) no período.



Fonte: Autor (2018).

Observa-se na Figura 16, que a empresa C como as demais também faturou mais em reais, identificando assim, que as indústrias movimentam o mercado nacional e contribuem com a economia regional.

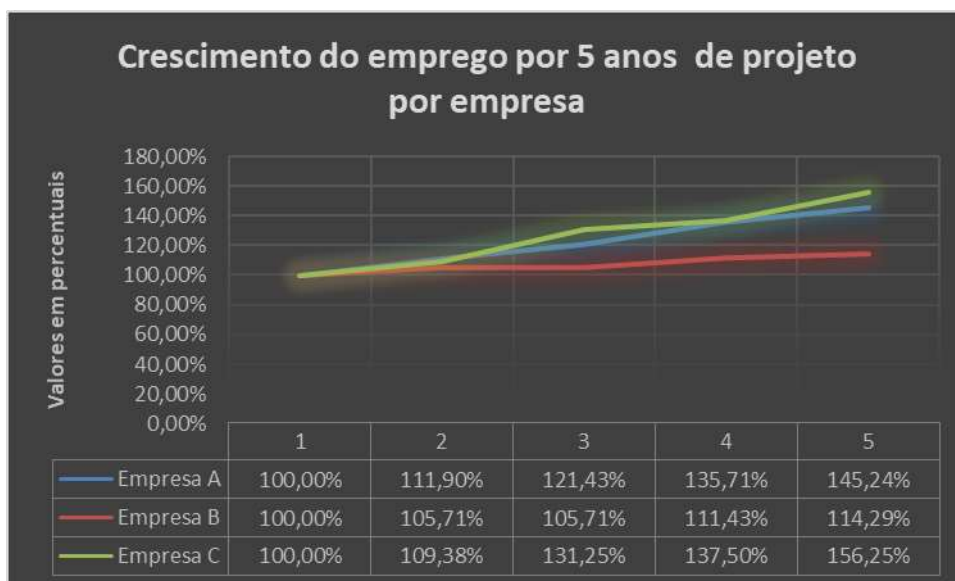
Figura 17 – Comparativo de valores da empresa C, em reais (R\$) e dólar (\$) no período.



Fonte: Autor (2018).

Em relação a Figura 17, mostra o crescimento de numero de postos de empregos durante estes cinco anos analisados nas três indústrias, a empresa C cresceu em 156,25% (19) as vagas de empresa nos cinco anos analisados, seguida da empresa A com 145,24% (18) de aumento nas vagas de emprego e por última a empresa que mais obteve faturamento tanto em reais como em dólares foi a que menos disponibilizou postos de trabalhos 114,29% (5).

Figura 18 – Crescimento do emprego por 5 anos de projeto por empresa.



Fonte: Autor (2018).

Atualmente, o Estado de Goiás tem uma população aproximada de 6,5 milhões de habitantes, espalhada em seus 246 municípios. O seu PIB em 2011 estava na casa dos R\$ 111 bilhões 16, na proporção aproximada de 11%, 23% e 64%, entre os setores: agropecuário, industrial e de serviços, respectivamente. Neste ano o PIB per capita foi de R\$ 18 mil, aproximadamente. Como apresentado anteriormente, as linhas de financiamento do FCO se distribuem conforme as atividades econômicas, isto é, o Programa Empresarial está ligado ao setor industrial e de serviços, e o Programa Rural se relaciona com as linhas rurais e do PRONAF.

Silva, Resende e Neto (2009) avaliou a aplicação dos recursos do FNE, do FNO e do FCO na perspectiva das firmas. Para atingir seus objetivos, os autores utilizaram o método de PSM para estimar o impacto do fundo sobre o salário médio e o número de empregados. Os resultados apontaram, que para o FNO e FCO, não houve diferenças significativas entre a taxa de variação do emprego e dos salários com o controle e os tratados. Por sua vez, para o FNE não foi possível encontrar evidências de impactos significativos sobre os salários médios. Mas, em relação à taxa de variação do número de empregados, os resultados apontaram positivamente para a aplicação dos recursos desse fundo sobre as firmas beneficiadas.

Os resultados sugerem que estes efeitos positivos são em grande medida influenciados pelos empréstimos do FCO do programa Empresarial.

A geração de empregos é um dos principais meios de cumprir os objetivos do FCO, no que se refere ao desenvolvimento econômico e social. Nesta seção o foco é a relação do FCO e seus programas com os postos de trabalho nos municípios, utilizando os dados relativos aos empregos formais, disponibilizados pela RAIS do MTE. Apesar de todos os projetos aprovados para o financiamento conterem dados relativos à geração ou manutenção de empregos, isso não garante que as empresas criem ou mantenham as vagas prometidas, como no caso da empresa B que faturou dentro do esperado porém, contratou apenas 5 funcionários.

3.3 ANÁLISE QUALITATIVA

Neste item da pesquisa serão apresentadas as respostas dos diretores e/ou responsáveis pelas indústrias da pesquisa, para que subsidiassem os dados quantitativos. A primeira pergunta foi se os valores utilizados do FCO foram para capital de Giro e/ou outros investimentos?

Foram utilizados para investimentos em construção civil, máquinas e equipamentos produtivos e capital de giro (Indústria A, 2018).

Foram aplicados em investimentos através de máquinas, equipamentos e construção civil. Também houve valores disponibilizados e utilizados através de capital de giro, para compra de mercadoria para a estoque de matéria e para as atividades da empresa (Indústria B, 2018).

Não faltaram foram suficientes sim. Os investimentos que foram feitos em sua maioria foi em máquinas e equipamentos. A empresa também pegou uma parte em capital de giro (Indústria C, 2018).

Dentre as opções de mercado para alavancagem financeira o FCO estava a frente das demais linhas ofertadas? O que a diferenciava das outras?

Sim o FCO possuía e ainda possui juros mais atrativos em relação as outras linhas, sabemos que pode melhorar, mas a sua diferença em termos percentuais é maior que 30% no mínimo em relação a outras linhas (Indústria A, 2018)

O diferencial é a taxa de juros, sendo que o FCO possui taxas diferenciadas e bem atrativas, o que se paga por ano com as taxas do FCO, em muitas linhas paga-se o mesmo valor de taxa no mês (Indústria B, 2018).

Na época o FCO era sim a melhor opção de financiamento, na época o FCO era quase a metade do valor das taxas de juros em relação as outras linhas disponíveis (Indústria C, 2018).

Qual a importância para o desenvolvimento das empresas, a disponibilidade de empréstimos com taxas de juros subsidiadas.

Vivemos em um país em que o governo recebe uma contra partida elevada através de carga tributária que é alta, por isso se não houver uma forma subsidiada para financiar a atividade empresarial os setores econômicos irão patinar e não conseguiram se expandir, por isso é muito importante que exista essa linha de crédito (Indústria A, 2018).

Tem uma importância enorme, a gente consegue fazer um investimento a longo prazo, bem mais tranquilo e se consegue fazer mais coisas e o empresário tem uma preocupação menor em relação ao pagamento do financiamento, pois as taxas menores proporcionam uma maior viabilidade para a amortização (Indústria B, 2018).

As taxas de juros normais comerciais do Brasil são muito altas, inviabiliza os negócios. Na verdade a taxa de juros FCO ainda é pesada, apesar de comparativamente ser bastante competitiva ainda não é o valor ideal, existe países no mundo que não cobram taxas de juros para investimentos, então para você pagar de 7% a 11% ainda sacrifica o empresário, mas se comparada a outras taxas dentro do mercado que nós temos ela é bastante competitiva saudável as taxas do FCO (Indústria C, 2018).

Os recursos disponibilizados pelo FCO atenderam as necessidades de sua empresa?

Naquele momento sim até mesmo por que a empresa não poderia se endividar muito (Indústria A, 2018).

Sim foram o suficiente para o investimento (Indústria B, 2018).

Sim foram o suficiente para o investimento (Indústria C, 2018).

Quanto o FCO contribuiu para o crescimento e desenvolvimento de sua empresa?

O FCO foi fundamental pois através dele conseguimos implantar nossa sede em polo industrial e vislumbrarmos novos horizontes e os investimentos terão continuidade (Indústria A, 2018).

Contribui sim para o desenvolvimento e o crescimento, se não tivéssemos acesso a esse crédito a empresa iria demorar muitos anos para atingir esse patamar de mercado (Indústria B, 2018).

Na verdade, o investimento foi pequeno dentro do que poderia ter feito algo maior na época e o FCO contribui sim para o crescimento da empresa, na época me ajudou muito (Indústria C, 2018).

Quanto a criação de empregos diretos e indiretos o FCO tem cumprido com o papel destinado?

Com certeza através dessa linha do FCO hoje mais famílias tem acesso ao emprego e a renda, com ele foi possível a empresa ofertar mais postos de trabalho cerca de 10% a mais (Indústria A, 2018).

O FCO contribuiu bastante, pois foi através dele que conseguimos aumentar o volume de nossa produção e com essa ampliação a empresa contratou mais pessoas para trabalhar algo superior a 15% de seu staff anterior (Indústria B, 2018).

Sem dúvidas é através de investimento que se gera empregos com o investimento foi possível uma contratação superior a 30% de seu staff anterior (Indústria C, 2018).

Houve mudança de porte da tua empresa com a utilização dos recursos do FCO?

Sim, aumentamos nosso parque produtivo e com isso conseguimos expandir a nossa produção em mais de 40% (Indústria A, 2018).

Sim, saímos de uma classificação de microempresa para a próxima classificação onde hoje somos uma empresa de médio porte (Indústria B, 2018).

Houve mudança do porte empresarial antes era somente a nossa matriz e hoje já contamos com duas filiais a empresa mudou seu porte sim (Indústria C, 2018).

Havendo necessidade de novos investimentos o FCO continua sendo a melhor opção?

Sim, ainda não surgiu nenhuma linha e ou oferta de credito mais vantajosas do que o FCO (Indústria A, 2018).

Sim com certeza o FCO ainda continua sendo a melhor opção, sendo que a taxa de juros para o investimento possui alta relevância para que as empresas possam optar por esse caminho em momentos de expansão e ou ampliação de seus parques produtivos (Ricardo, Induzidos Universal, Indutec e Automax, 2018).

Hoje o FCO é a melhor opção, sem sombra de dúvidas (Indústria C, 2018).

De maneira unânime, todos afirmam que o FCO foi a linha escolhida devido a atratividade dos juros, o que contribuiu para seus investimentos em reforma/ampliação e aquisição de bens ou materiais. Ainda, afirma que diante de sua ampliação, puderam gerar mais empregos e rendas, com a mudança do porte a empresa, diante do aumento significativo de empregos.

Para enfatizar as declarações, quando estudado o sistema de intermediação nota-se que as empresas dependem muito deste sistema e o Sistema Financeiro Nacional (SFN) tem um papel de extrema importância neste contexto, é através dele que ocorre as operações de captações de recursos para atividade econômica, onde o financiamento depende e muito de um sistema constituído de bancos e outras instituições. Infelizmente estes créditos que são disponibilizados têm um custo de capital (juros) muito elevado e com isso onera muito o custo empresarial, por essa razão uma linha de financiamento como o FCO é imbatível em termos de custo de capital no caso do Brasil e da região Centro-oeste.

3.4 RELAÇÃO ENTRE CUSTO BENEFÍCIO E O IMPACTO DOS SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA

A fim de correlacionar estes dados com a economia regional é notório observar que o Brasil, desde a segunda metade do século XX, tem tido uma das maiores economias do sistema capitalista mundial. Devido ao seu grande território e população, a complexidade de sua sociedade, suas condições históricas e o desenvolvimento peculiar de seu sistema capitalista, o Brasil também desenvolveu uma das maiores desigualdades de renda nas últimas décadas, pelo menos em termos espaciais. Por exemplo, em 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) da Região Sudeste foi de 55,3% do PIB nacional quatro vezes superior ao PIB da Região Nordeste e quase 11 vezes maior do que o PIB da Região Norte. Neste contexto, a criação dos Fundos de Financiamento tem como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento social das regiões⁷. Através do apoio atividade produtiva diferenciada nessas regiões, o FCO facilita, assim, a redução de distorções entre as regiões brasileiras.

No artigo 159 da Constituição Federal de 1988, seção I, alínea "c", definida que 3% do ingresso de imposto de renda (IR) e imposto sobre bens industrializados (IPI) é para financiamento dos setores privados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste regiões do Brasil. Posteriormente, a Lei nº 7827, de 1989, que regulamentou o artigo 159, seção I, parágrafo "c" da Constituição Federal de 1988, criou o Fundo Constitucional de Financiamento Fundos do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). Isso teve o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social dessas regiões através de empréstimos ao setor privado.

Os empréstimos do FCF devem buscar maior efetividade, a fim de aumentar a produtividade das empresas, criar novos empregos, aumentar a arrecadação de impostos e melhorar a Distribuição de renda.

Desde a criação da política, esses empréstimos FCF têm sido fundamentais no desenvolvimento da economia, melhorando as condições econômicas e sociais das regiões.

⁷ É importante definir quais estados compõem quais regiões de destinatário: a) Norte: Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins; b) Nordeste: Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, além das partes norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; e c) Centro-Oeste: estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

Esses empréstimos contribuem para a geração de emprego e renda e apoiam o potencial de desenvolvimento nessas regiões, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Ministério da Integração (MI) e os Conselhos Deliberativos de seus Fundos.

A forte capacidade destes empréstimos para contribuir para o crescimento e desenvolvimento das regiões é muito importante. Diagnóstico para medir os impactos devem ser desenvolvidos para construir proposições para melhorias, assim os empréstimos são ainda mais eficazes no processo de desenvolvimento regional.

Portanto, é essencial avaliar os impactos econômicos e sociais decorrentes dos investimentos do FCO para: (1) verificar que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos para a aplicação de recursos; (2) identificar possíveis gargalos operacionais que implicam limitações aos objetivos recomendados; (3) otimizar impactos econômicos e sociais, com a geração de emprego, renda e aumento na arrecadação de impostos; e (4) verificar a possibilidade de otimizar a redução de desigualdades, com o objetivo de subsidiar sua melhoria, ajustando a PNDR para direcionar melhor o investimento dos recursos para o esforço institucional, combater desigualdades regionais e eliminar a pobreza extrema.

Assim, contribuir para o cumprimento, finalidade, monitoramento e avaliação dos Fundos de Financiamento, envolvendo aspectos sociais e econômicos decorrentes de seus empréstimos.

O Artigo 6º da Lei nº 7827, de 1989, define a constituição das fontes de recursos que compõem o orçamento para esses Fundos. As principais fontes são:

a) 3% do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Disto total, o FNE tem uma participação de 1,8% e os outros dois fundos (FCO e FNO) uma participação de 0,6%; e

b) retornos e resultados de suas aplicações. É importante notar que o Governo Federal não pode recursos desses fundos. Os recursos do orçamento em um determinado ano que talvez não seja totalmente implementada, a disponibilidade fornecerá recursos para fazer novos empréstimos nos próximos anos financeiros. A decisão de investir é, portanto, um ato discricionário dos administradores desses recursos, combinada com a demanda por crédito dessas regiões.

Os Fundos também terão isenção de impostos. As operações de financiamento estão livres de qualquer imposto ou contribuição, incluindo o imposto sobre operações de crédito ou qualquer tipo de contribuições.

Até 2003, as tendências mostraram um aumento na participação de médias e grandes empresas, com uma redução significativa a partir do ano seguinte. Assim, havia claramente dois períodos de estabilidade separados por um boom de médio e grande porte até 2003, e que o período mais recente tem participação ainda maior de micro e pequenos empreendimentos. No caso do FCO, o Banco do Brasil, desde 2003, tem como meta encaixar no mínimo metade dos recursos disponibilizados anualmente com este segmento de pequenas empresas (IMB, 2016).

A segunda indústria descrita na pesquisa foi a do segmento de siderurgia, que hoje o crescimento no Brasil deve-se em grande parte ao dinamismo apresentando pela construção civil nos últimos anos. Segundo dados da Pesquisa Anual de Construção Civil (PAIC, 2007, IBGE), cerca de 110 mil empresas empregaram mais de 1,8 milhões de pessoas no Brasil. Estas empresas injetaram na economia o montante de R\$ 20,7 bilhões somente em salários e outras remunerações. O movimento total desta atividade no Brasil para aquele ano foi de R\$ 128 bilhões apresentando saldo crescente em relação ao ano anterior (16,9%).

Com relação a terceira e última indústria localizada em Goiânia, do ponto de vista de sua atividade, Goiânia oferece muitas oportunidades de negócios, uma vez que a construção

civil é pujante na capital e deverá crescer muito nos próximos anos, devido ao crescimento vegetativo da população e da renda familiar. Goiânia também vem sendo caracterizada como uma das cidades de melhor qualidade de vida do país. Neste contexto o setor de fabricação e venda de produtos relacionados à construção civil deverá acompanhar o desempenho do setor, surgindo possibilidades de ampliar ganhos, para quem estiver aparelhado para o atendimento da demanda. Com as futuras ampliações, haverá um grande salto na produtividade, que permitirá um fluxo produtivo em perfeitas condições para a expansão da Empresa. O local hoje conta infra-estrutura para os negócios da Empresa, tanto a parte produtiva, quanto a parte administrativa. Entretanto o aspecto de maior importância é a extensão da área e a distância dos vizinhos, ou seja, os ruídos provocados pelo processo produtivo serão abafados pelo galpão, não alcançando a vizinhança, contribuindo assim para um baixo impacto ambiental.

Houve um longo e intenso debate sobre a justificativa para o desenvolvimento políticas de desenvolvimento econômico entre acadêmicos, especialistas e formuladores de políticas. Esta seção, em vez de fornecer uma revisão completa das justificativas para todos perspectivas econômicas, resume brevemente algumas justificativas teóricas para política de desenvolvimento econômico regional. Neste contexto, esta seção fornece discussão de fundo das teorias do crescimento econômico e suas implicações política de desenvolvimento subjacente à literatura de avaliação do desenvolvimento regional política no Brasil.

Araújo e Dias (2006) as políticas regionais são justificadas pela existência de falhas de mercado, como imperfeições do mercado de crédito, externalidades e informações imperfeitas. Dadas estas fracassos, as agências de desenvolvimento regional em todo o mundo elaboraram políticas para mitigar essas falhas. Além disso, os modelos “nova geografia econômica” lançar luz sobre o possível *trade-off* entre equidade e eficiência quando políticas são realizadas. Como destacado por Resende (2013), antes do modelo de crescimento de Solow, a discussão sobre o papel do Estado na promoção da economia crescimento e

industrialização baseava-se em duas idéias básicas: o conceito de que maior crescimento da produção per capita se deveu a maiores taxas de investimento, o papel do Estado na redução das disparidades regionais de renda per capita enfraquecida. Para Sousa (1999) esses modelos prevêm que, devido aos retornos decrescentes do capital, as disparidades regionais são apenas temporárias e devem diminuir com o tempo. De fato, debate sobre fatores que afetam o crescimento econômico de longo prazo veio com o (1956) modelo de crescimento. A partir da década de 1990, usando o chamado crescimento endógeno modelos (também chamados de “nova teoria do crescimento”) como base, desenvolvimento regional agências em todo o mundo implementaram políticas para realizar uma ação mais ativa política regional.

Durante a década de 1990, outro campo econômico chamado “nova geografia” centrou-se no desenvolvimento de um modelo abstrato formal de aglomeração. Esses modelos focaram no papel que os retornos crescentes. Bresser-Pereira, Oreiro, Marconi (2014) nos últimos anos, discutiram implicações para a política, incluindo o *trade-off* entre crescimento nacional e igualdade econômica regional. Em outras palavras, esses modelos sugerem que a aglomeração espacial (desigualdade regional).

CONCLUSÃO

O estudo teórico apresentado demonstrou que o desempenho do setor industrial em Goiás é um assunto com grande relevância a ser discutido, uma vez que, atualmente, existe uma crise política e econômica no país. O termo desenvolvimento significa a passagem de um estado a outro, de tal modo que o seguinte é sempre mais perfeito do que o anterior. Logo, desenvolvimento é sinônimo de progresso, evolução, melhoria da qualidade de vida.

Pode-se concluir que o contexto desta discussão parte de um fato que historicamente o Brasil foi guiado pelas políticas governamentais e o governo tem influência nas atividades econômicas. A partir dos anos 1970, houve no Brasil números de crescimento econômico maiores, concomitante ao aumento do poder intervencionista do Estado. Como consequência, as regiões periféricas passaram a sediar novas empresas com isso melhorou a questão de distribuição do emprego e renda.

Com intuito de atenuar as desigualdades quando da elaboração da Constituição Federal de 1988, criou-se os Fundos Constitucionais, esse processo foi desenvolvido com a fim de diminuir e atenuar as disparidades no desenvolvimento regional do país, algumas regiões foram contempladas, sendo elas a região norte e nordeste e também a região centro oeste, para a mesma houve a criação do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), que contempla os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Os resultados mostraram que a gestão estratégica é a coleção abrangente de atividades e processos contínuos que as organizações usam para coordenar e alinhar sistematicamente recursos e ações com missão, visão e estratégia em toda a organização. As atividades de gerenciamento estratégico transformam o plano estático em um sistema que fornece *feedback* de desempenho estratégico para a tomada de decisões e permite que o plano evolua e cresça à

medida que os requisitos e outras circunstâncias mudam. A execução da estratégia é basicamente sinônimo de gerenciamento estratégico e equivale à implementação sistemática de uma estratégia.

Recentes pesquisas têm mostrado que houve um avanço no setor industrial em Goiás. A industrialização é um processo socioeconômico que visa transformar uma área da sociedade, inicialmente anacrônica, em uma fonte de maior riqueza e lucro. Isso acontece por meio de maquinários específicos nas indústrias, substituindo algumas funções antes exercidas pelo homem, pressupondo também a existência de capital humano e de mão-de-obra qualificada.

O processo de industrialização traz urbanização, conseqüentemente, crescimento econômico. Dentre as principais características do mesmo pode-se observar: aumento na divisão de trabalho, avanços na produtividade industrial e agrícola, crescimento da renda per capita e do padrão de consumo, além da expansão das receitas públicas.

Foi observado na pesquisa que o Estado de Goiás avançou o processo de industrialização na década de 1970 e tornou-se mais robusto na década de 1990, mediante aos incontáveis sacrifícios estatais para atrair novas indústrias, através de políticas fiscais agressivas de atração de investimentos, fazendo com que as mesmas permanecessem no Estado.

E assim, para atrair novos investidores, foram criados vários programas públicos de financiamento objetivando a implantação e a expansão de indústrias no território goiano. O Estado em conjunto com os municípios doou terrenos com infraestrutura básica para que as fábricas pudessem começar a trabalhar, gerando condições para que as mesmas se mantivessem no local e promovessem crescimento, para, no futuro serem criados os parques industriais.

Uma vez entendida a necessidade da interferência do Estado na economia, o foco passa a serem os instrumentos utilizados para tal finalidade. Esses instrumentos podem ser entendidos como as políticas de intervenção ou controle da economia quando necessário. Keynes defendia a ação do Estado através de empresas estatais, as quais seriam responsáveis por prover os bens públicos, sendo financiados através de taxaço sobre a demanda. Para que Keynes constituísse uma base teórica para estudar os impactos da execução do Governo em relação ao nível de atividades econômicas, ele desenvolveu a análise de equilíbrio geral. Pode-se observar que nessa análise, no curto prazo, a eficiência da produtividade permanece inalterável de modo que os níveis de renda, preços e emprego se alteram em função da modificação da demanda agregada.

A persistência histórica dos desequilíbrios regionais no Brasil foi o pano de fundo para o estabelecimento de políticas regionais apoiadas por fundos públicos, com o objetivo de promoção do desenvolvimento e diversificação da produção das regiões mais pobres o país. Esta percepção também esteve presente na última assembleia constituinte nacional quando as questões regionais e federalistas eram objetos de debates que culminaram no artigo 159 da Constituição Federal de 1988.

Em primeiro lugar, a Constituição Federal de 1988 determinou que 21,5% e 22,5% do ingresso do Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados, traduzido como Imposto sobre Bens Industrializados (IPI) seriam aplicados, respectivamente, nos Fundos Estaduais (FPE) e Fundos Municipais (FPM). Isso criou condições objetivas para o processo de descentralização fiscal no país, o que aumentou a capacidade dos governos subnacionais entidades para a prestação de serviços e políticas públicas.

Em segundo lugar, também reservou 3,0% desse mesmo influxo (IR + IPI) para aplicação em programas de financiamento para o setor privado cujos investimentos foram encontrados no Norte, Regiões Nordeste e Centro-Oeste. Através do financiamento financeiro

regional do Governo Federal instituições, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, metade dos recursos destinados a sua região foram reservados para o semi-árido da região Nordeste Brasil. A obrigação da formulação, financiamento e implementação e políticas regionais de desenvolvimento foram recuperadas com a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essas políticas abandonadas no contexto da crise dos anos 80 abalaram os fundamentos da economia brasileira.

Os resultados empíricos demonstraram que as três indústrias estudadas mesmo de segmentos diferentes, por meio de seu crescimento em sua receita e aumento de vagas disponíveis de emprego, somaram com a implementação e execução dos projetos financiados pelo FCO, o que se percebeu com o número foi que mesmo diante de um cenário nacional de economia fragilizada, o Estado manteve sua economia ainda que de forma tímida mais crescente em número, e houve um impacto positivo na empregabilidade no Estado, confirmando a hipótese de que o referido crédito assume o seu viés de contribuir com a economia regional e consequentemente a nacional, e até mesmo em exportações.

Os resultados apontaram que os recursos do FCO apresentaram impacto positivo sobre o crescimento do PIB per capita do Estado, resultado dos empréstimos concedidos aos vários segmentos.

Com base no desenvolvimento desta dissertação, bem como uma visão crítica e científica dos acontecimentos históricos tanto no país como no Estado em relação ao FCO, pode-se concluir que, as empresas estão mais atentas aos créditos de subsídios no governo, para alavancarem e impactarem a economia local e com projeções a partir dos investimentos em exportações, visto que as indústrias fazem investimentos com o intuito de aumentar a escala de produção e consequentemente abrir novos postos de trabalho.

Ainda, há entraves deste contexto, quais sejam, como o principal objetivo do FCO é promover a redução da desigualdade regional, há necessidade de que, nas regiões pouco dinâmicas, promova a elevação do crédito e/ou incentivos para que estimule à expansão da economia e assim contribuir para aumento do emprego e renda.

Como limite de pesquisa, pode-se evidenciar que é válido salientar a existência de poucos estudos que buscam avaliar os impactos econômicos e sociais do FCO. De maneira geral, a literatura sobre o tema indica que os recursos têm assumido duas características relevantes para o desenvolvimento regional do estado de Goiás.

O estudo não finaliza por aqui, deve ser reproduzido em outras indústrias e até em outras regiões do país, a fim de demonstrar a relevância do FCO na economia de todo o PIB do país. Diante desta realidade apresentada, deve haver mais estudos futuros para contribuir com essa abordagem, ampliando para as macro e micro regiões de grande potencial do Estado de Goiás. Recomenda-se que novos estudos sejam realizadas com a finalidade de ampliar a amostra de pesquisa, para que se possa conhecer o impactos em outros segmentos, como, por exemplo o agronegócio em Goiás.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu M. P. A. (1990). Ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana 1889-1989. 17. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- Agência de Fomento de Goiás S/A. Elaboração: Instituto Mauro Borges/SEGPLAN-GO/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2016
- Arraes, R. A., & Teles, V. K. Qualidade institucional e crescimento econômico. Revista Econômica do Nordeste, v.31, n.esp., p.882-897, nov. 2000.
- Arriel, M. F. (2010). Perfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana (1999-2007). 103 f, Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-01/perfil-produtivo-e-dinamica-espacial-da-industria-goiana-1999-2007.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- Arriel, M. F., & Castro, S.D. (2010). O perfil produtivo da indústria goiana. Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, n.15. SeplanGO, p. 14-24, set. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj15/artigo02.pdf>> Acesso em: 25 set. 2018.
- Antunes, F. (2005). Reformas do Estado e da educação: o caso das escolas profissionais em Portugal. Revista Brasileira de Educação, (29), 40-51. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000200004> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Araújo, E. C, & Dias, J. (2006). Endogeneidade do setor financeiro e crescimento econômico: uma análise empírica para a economia brasileira (1980-2003). Revista de Economia Contemporânea, 10(3), 575-609. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482006000300005> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Amaral, A. P. X. (2016). Incentivos Fiscais E O Programa “Produzir” Em Goiás: Impactos. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração Contabilidade e Economia, Programa de Pós-Graduação em Administração, Goiânia/GO, 103f.
- Araujo, E. S. (2016). Avaliação dos Programas de Incentivos Fiscais do Estado de Goiás entre 2000 e 2013. Economia-Ensaio, v. 30, n. 2, p. 65-87.
- Bandeira, A. J. P. (1999). Políticas públicas e modernização agrícola em Goiás (1970-1990). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Batista Jr, P. N. (2016). A economia como ela é... 3. ed. São Paulo: Boitempo. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Escola de Ciências Econômicas e das Organizações

- Bartik, T. J. Solving the problems of economic development incentives. *Growth and Change*, v. 36, n. 2, p. 139-166, 2005.
- Bernardi, L. A. Manual de empreendedorismo e gestão. São Paulo: Atlas, 2007.
- Bobbio, N. (1988). Dicionário de política. Brasília, Editora Universidade de Brasília. _____. (1988). Liberalismo e democracia. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Borges, E. B. (2014). Incentivos fiscais e desenvolvimento socioeconômico de Goiás: Análise de Impactos dos Programas Fomentar e Produzir (1995-2011), (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
- Batista, C & Simpson, X. (2010). Determinantes políticos do déficit fiscal nos estados brasileiros (1987-1997). *Revista de Sociologia e Política*, 18(35), 131-149. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000100009> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Bresser-Pereira, L. L; Oreiro, J. L; Marconi, N. (2014). *Developmental Macroeconomics: new developmentalism as a growth strategy*. Routledge: Londres.
- Brasil. _____. Lei nº 4.320, de 17 março de 1964 – Estatui Normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- _____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988/ organização, revisão, atualização e índices por Geraldo Magela Alves e Equipe. – Rio de Janeiro: Forense, 2001- Artigo nº 107.
- _____. Lei nº 11.180, de 19 de abril de 1990. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1990/lei_11180.htm. Acesso em: 27. abr. 2018.
- _____. Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.
- _____. Decreto nº 4.989, de 30 de dezembro de 1998 – Regulamenta a Lei 13.436, de 30 de dezembro de 1998 – DOE nº 18.088, de 30/12/98.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. Pesquisa de Informações Básicas Municipais– MUNIC 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

- Bresser-Pereira, L. C. (2008) Crescimento E Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.crescimentodesenvolvimento.junho19.2008.pdf>
- Brondani, G; Santos, L. A. M. dos. (2003). O Planejamento Estratégico nas Organizações Produtivas. In: XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. 6. 2003. Anais... Ouro Preto, Minas Gerais, MG.
- Castro, J. A. (2014). Política social e desenvolvimento no Brasil. Economia e Sociedade, v. 21, n. especial, p. 1011-1042.
- De Bolle, M. B. (2015). O BNDES eleva a produtividade? 2015. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/231749-o-bndes-eleva-a-produtividade.shtml> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Estevam, L. (2004). Tempo da transformação: estrutura e dinâmica econômica de Goiás. Goiânia: Ed.da UCG.
- Fisher, P. S., & Peters, A. H. (1997). Tax and Spending Incentives and Enterprise Zones. New England Economic Review, v. 1, p. 109–137.
- Freitas, H.; & Moscarola, J. (2002). Da Observação À Decisão: Métodos De Pesquisa E De Análise Quantitativa E Qualitativa De Dados. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 1, jan-jun/.
- Giambiagi, F. & Alem, A. C. (2010). Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Gil, A. C. (1999). Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Goiás. Decreto nº 5.265, de 31 de julho de 2000. Aprova o Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR. Gabinete Civil de Goiás, Goiânia, 31 jul. 2000.
- _____. Lei nº 9.489 de 19 de julho de 1984. Cria o Fundo de Fomento à Industrialização FOMENTAR. Sefaz, Goiânia, 19 jul. 1984.
- _____. Lei nº. 13.591 de 18 de janeiro de 2000. Institui o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR e o Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais - FUNPRODUZIR e dá outras providências. Sefaz, Goiânia, 18 jan. 2000b. Disponível em: http://www.sefaz.go.gov.br/LTE/LTE_VER_40_3_hm/Produzir/Leis/L_13591.htm. Acesso em: abr. 2018.
- Gimenez, D. M & Cardoso Júnior, J. C. (2011). Planejamento e desenvolvimento:

- considerações à luz de documentos do governo brasileiro entre 2003 e 2010. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1020/1/td_1690.pdf Acesso em: 30 abr. 2018.
- Hunt, E. K. (1981). *História do Pensamento Econômico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- IMB. (2016). Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/> Acesso em 06 de jan. 2018.
- _____. (2014). *Análise do Censo Fomentar – Produzir*. Estudos do IMB.
- IPEA. (2014). *População Brasileira*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>
- _____. (2015). *Região Metropolitana de Goiânia*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/150820_74657_relatorio_analise_rm_Goiania.pdf. Acesso em: 15 de abr. 2018.
- Ipiranga, A. S. R., Godoy S. S & Brunste, J. (2011). Em 1987, a divulgação do Relatório Brundtland. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online) v.12 n.3 São Paulo.
- Lakatos, E. M & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Lopreato, F. L. C. (2013). Milton Friedman e a efetividade da política fiscal. *Revista de Economia Contemporânea*, 17(2), 201-220. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482013000200001> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Lopes, J. A. (2008). *Incentivos fiscais e desenvolvimento econômico*. Brasília.
- Loureiro, P. R. A. (2012) *Ensaio sobre economia e trabalho*. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9907> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Kalecki, M. (1997). *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Nova Cultural, p. 184.
- Marin, S. R, & Quintana, A. M. (2012). Amartya Sen e a escolha social: uma extensão da teoria da justiça de John Rawls?. *Revista de Economia Contemporânea*, 16(3), 509-532. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482012000300007> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Mankiw, N. G. (2003). *Macroeconomia*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, p.123 e 124
- Machado, F. R. (2009). *Financiamento de Longo Prazo e o Papel do BNDES*. Dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico, Universidade Federal do Paraná.
- Mazzucato, M. (2014). *O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público x setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin.

- Meggison, L. C., et al. (1998). Administração: conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998.
- Ministério do Trabalho e Emprego – MTE <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default> Acesso em 08-01-2018
- Morais, J. M. (2016). Programas especiais de crédito para micro, pequenas e médias empresas: BNDES, PROGER e fundos constitucionais de financiamento. <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/capitulo10.pdf>
- Nassif, L.; Teixeira, L., & Rocha, F. (2015). Houve redução do impacto da indústria na economia brasileira no período 1996-2009? Uma análise das matrizes insumo-produto. Econ. soc. [online]. 2015, vol.24, n.2, pp.355-378. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n2art5>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- Oliveira, G. R.; Menezes, R. T.; & Resende, G. M. (2015). Efeito Dose Resposta do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) no Estado de Goiás. Texto para Discussão N. 2133, IPEA, Brasília, 2015.
- Oliveira, G. R., Resende, G. M., & Melo, H. O. (2016). Fundo Constitucional De Financiamento Do Centro-Oeste (FCO) Em Goiás E No Distrito Federal Entre 2004 E 2014: Um Cálculo Dos Subsídios Implícitos. Instituto Mauro Borges de Estatística E Estudos Socioeconômicos Goiânia.
- Paschoal, J. A. R. (2009). O papel das políticas públicas de incentivos e benefícios fiscais no processo de estruturação industrial de Goiás 2000 – 2008. Conjuntura Econômica Goiana, Goiânia, nº 12, dez. 2009.
- Paula, A. P. P. (2005). Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. Revista de Administração de Empresas, 45(1), 36-49. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902005000100005> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Pellaud, F. (2002). Concepções, paradigmas e valores para o desenvolvimento sustentável. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte), 4(2), 154-161. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1983-21172002040206> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Porter, M. S. (1986). Estratégias competitivas: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. Rio de Janeiro: Campos, p. 33.
- Porter, M. S. (1989). Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. 18ª ed. Rio de Janeiro: Campos, p.01.
- Oliveira, G. R., Arriel, M. F., & Silva, E. L. (2014). Macro impacto do Fundo Constitucional

- de Financiamento do Centro-Oeste (FCO): ocaso de Goiás. Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
- Resende, G. M., Cravo, T. A & Pires, M. J. S. (2010). Avaliação dos impactos econômicos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) entre 2004 e 2010.
- Resende, G. M. (2013). Multiple dimensions of regional economic growth: the Brazilian case, 1991-2000. *Papers in regional science*, v. 90, n. 3, p. 629-662, 2013.
- Rebouças, D. (2015). Planejamento estratégico – Conceito, metodologias e práticas. 33. ed. São Paulo: Atlas.
- Rattner, H. (1999). Sustentabilidade - uma visão humanista. *Ambiente & Sociedade*, (5), 233-240. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200020> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Romanatto, E., Arriel, M. F., & Lima, W. M. (2012). O Programa FOMENTAR/PRODUZIR - Informações e Análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões. (2012). Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj22/artigo02.pdf> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Sano, H & Abrucio, F. L. (2008). Promessas e resultados da Nova Gestão Pública no Brasil: o caso das organizações sociais de saúde em São Paulo. *Revista de Administração de Empresas*, 48(3), 64-80. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902008000300007> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Sandoval, V. M. A & Garcia, M. E. (2008). Fundamentos de Economia. 3º ed. São Paulo: Saraiva.
- Silva, A. M. Â., Resende, G M., & Silveira Neto, R M. (2009). Eficácia do gasto público: uma avaliação do FNE, FNO e FCO. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 89-125, jan./mar.
- Silva, A. R. (2018). O programa Produzir – Goiás e o impacto na promoção de emprego, renda e arrecadação local. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/8515/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Alexandre%20Rezende%20Silva%20-%20202018.pdf> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Schumpeter, J. A. Teoria do desenvolvimento: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico. Nova Cultural, 1997. p.73-76, 204.
- Sousa, N. J. Desenvolvimento econômico. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- Souza, M. R. P. (2004). Fatores determinantes do crescimento das regiões - um processo de mensuração. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30367861.pdf> Acesso em:

30 abr. 2018.

- Stal, E & Campanário, M A. (2011). Inovação em subsidiárias de empresas multinacionais: a aplicação do paradigma eclético de Dunning em países emergentes. *REAd. Revista Eletrônica de Administração* (Porto Alegre), 17(2), 560-591. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-23112011000200010> Acesso em: 30 abr. 2018.
- Stoner, James A.F; & Freeman, R. E. (1995). *Administração*. São Paulo: Prentice Hall.
- Vasconcellos, M. A. S. (2006). *Economia: Micro e Macro*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- Van Bellen, H. M. (2004). Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. *Cadernos EBAPE.BR*, 2(1), 01-14. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512004000100002>

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Goiânia, 11, de maio de 2018

Prezado(a) Senhor(a),

Estamos realizando um estudo cujo os objetivos é analisar o impacto de desenvolvimento empresarial das indústrias do Estado de Goiás que usufruíram de recursos subsidiados do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), no período entre 2004 a 2014.

A pesquisa está sendo realizada pelo discente Edson Júnior Santana sob a orientação do professor Dr. Antônio Augusto Teixeira da Costa, e se refere a um estudo para a conclusão de Mestrado em Gestão empresarial pela universidade Lusófona.

Este é um convite para que o(a) senhor(a) e sua empresa participe desta pesquisa respondendo aos questionários que fazem parte do estudo. O encontro respeitará a sua conveniência e disponibilidade de tempo. Ressaltamos que as informações fornecidas são sigilosas e que o anonimato dos participantes está garantido. Na publicação dos resultados, serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação é voluntária, sendo que o(a) senhor(a) poderá interromper ou se retirar do estudo, em qualquer momento, se assim o desejar, bastando para isso informar sua decisão de desistência. Foi esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, o(a) senhor(a) não terá direito a nenhuma remuneração. A participação na pesquisa não acarretará em riscos ou prejuízos de qualquer natureza.

Caso esteja de acordo em participar, pedimos sua assinatura em duas cópias deste documento: uma ficará com o(a) senhor(a) e a outra com a equipe de pesquisa. Qualquer dúvida ou informação complementar sobre a pesquisa pode ser respondida pelo discente Edson Júnior Santana por telefone ou endereço eletrônico.

Esperando contar com a sua participação, agradecemos antecipadamente a sua valiosa contribuição para a compreensão dos fatores estudados neste trabalho.

Sim, aceito participar deste estudo.

Nome: _____ Tel: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Analisar o impacto de desenvolvimento empresarial das indústrias do Estado de Goiás que usufruíram de recursos subsidiados do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO), no período entre 2004 a 2014.

Ainda,

Compreender a economia e a participação do Estado;

Descrever as formas de subsídios da linha de crédito do FCO;

Analisar a correlação entre o custo benefício e o impacto dos subsídios para o desenvolvimento da economia em seus vários aspectos.

Os valores utilizados do FCO foram para capital de Giro e ou investimentos?

Dentre as opções de mercado para alavancagem financeira o FCO estava a frente das demais linhas ofertadas? O Que a diferenciava das outras?

Qual a importância para o desenvolvimento das empresas, a disponibilidade de empréstimos com taxas de juros subsidiadas.

Os recursos disponibilizados pelo FCO atenderam as necessidades de sua empresa?

Quanto o FCO contribuiu para o crescimento e desenvolvimento de sua empresa?

Quanto a criação de empregos diretos e indiretos o FCO tem cumprido com o papel destinado?

Houve mudança de porte da tua empresa com a utilização dos recursos do FCO?

Havendo necessidade de novos investimentos o FCO continua sendo a melhor opção?
